

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LETRAS

TESE DE DOUTORADO

**IMAGENS DE SI NO
DISCURSO SOBRE O
TRABALHO DOMÉSTICO:
ENTRE O PRESCRITO E
O REAL NA ATIVIDADE**

NEUZER HELENA MUNHOZ BAVARESCO



NEUZER HELENA MUNHOZ BAVARESCO

**IMAGENS DE SI NO DISCURSO SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO:
ENTRE O PRESCRITO E O REAL NA ATIVIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial à obtenção do grau de doutora em Letras, sob orientação da Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas.

Passo Fundo

2022

CIP – Catalogação na Publicação

B353i Bavaresco, Neuzer Helena Munhoz
Imagens de si no discurso sobre trabalho doméstico :
entre o prescrito e o real na atividade / Neuzer Helena
Munhoz Bavaresco. – 2022.
145 f. ; il. color. ; 29 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas.
Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Passo
Fundo, 2023.

1. Ergologia. 2. Análise do discurso. 3. Empregadas
domésticas. 4. Cenografia. I. Freitas, Ernani Cesar de,
orientador. II. Título.

CDU: 801.73

Catálogo: Bibliotecária Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a tese

“Imagens de si no discurso sobre o trabalho doméstico: entre o prescrito e o real na atividade”

Elaborada por

Neuzer Helena Munhoz Bavaresco

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Letras, Área de concentração: Letras, Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso”

Aprovada em: 21 de dezembro de 2022
Pela Comissão Examinadora



Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas
Orientador - Presidente



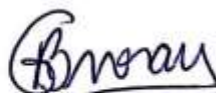
Prof.ª Dr.ª Fátima Cristina da Costa Pessoa
UFPA



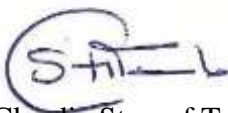
Prof.ª Dr.ª Vanessa Fonseca Barbosa
USP



Prof. Dr. Luis Henrique Boaventura
UPF



Prof.ª Dr.ª Gisele Benck de Moraes
UPF



Prof.ª Dr.ª Claudia Stumpf Toldo Oudeste
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras

*Dedico este trabalho às minhas filhas:
Giovanna e Camila.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me proporcionar essa vivência de aprendizado e crescimento pessoal e profissional.

Ao meu marido, Jorge, por mostrar perseverança, ser motivação e apoio. Mesmo diante de todas as dificuldades de ter um bebê durante o doutorado, sendo pais de uma linda menina, foi fundamental para eu seguir estudando e trabalhando na realização desta etapa acadêmica.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas, por ser uma pessoa inspiradora, que mostra compromisso com um trabalho de excelência e uma dedicação incansável em instruir, em mostrar o caminho.

À minha família, que sempre foi um lugar de apoio, de luta e de resistência diante dos desafios apresentados pela vida.

Às minhas amigas, Renata, Caroline e Josiane, pelas palavras de motivação e engajamento e pela amizade sempre presente e fiel.

À minha colega, Elaine, por partilhar as aflições e alegrias do processo de escrita, pela parceria em tantos trabalhos, pela companhia na jornada do doutoramento.

Agradeço aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, que sempre foram inspirações tanto na carreira docente quanto como pesquisadores.

À banca de avaliação pela leitura, interesse e disponibilidade de contribuição.

Agradeço às empregadas domésticas que se dispuseram a revelar um pouco de sua rotina diária e contribuir para esta pesquisa.

E, finalmente, agradeço ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – pelo financiamento deste estudo.

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó

*ecoou criança
nos porões do navio.*

*Ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

A voz de minha avó

*ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

A voz de minha mãe

*ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas*

*roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado*

rumo à favela

A minha voz ainda

*ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.*

A voz de minha filha

recolhe todas as nossas vozes

recolhe em si

*as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

A voz de minha filha

recolhe em si

a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha

se fará ouvir a ressonância

O eco da vida-liberdade.

(Conceição Evaristo)

RESUMO

O tema desta pesquisa interdisciplinar trata da construção da cenografia e do *ethos* discursivo no trabalho doméstico, com foco no discurso laboral de empregadas domésticas em sua constituição como sujeitos *na e pela* linguagem, debatendo o papel social dessas mulheres no cotidiano de suas atividades de trabalho. Este trabalho tem como objetivo geral descrever e analisar como se constrói o *ethos* discursivo que se origina do uso de si por si e pelos outros nas cenografias emanadas de práticas linguageiras sobre o trabalho de empregadas domésticas, visto o debate de normas e valores que caracteriza essa atividade laboral. Nesta pesquisa, a tese defendida é de que a trabalhadora, ao se enunciar, constitui uma cenografia e um *ethos* discursivo advindos de uma memória sócio-histórica sobre o trabalho doméstico, perpetuado em desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero na sociedade brasileira. Este estudo está embasado na teoria enunciativo-discursiva de Maingueneau (2008a, 2008b, 2010, 2020), entrelaçada com os pressupostos da Ergologia de Schwartz (2010a, 2010b, 2010c, 2011), selecionando para a análise das práticas linguageiras os discursos produzidos pelas empregadas domésticas em situação de entrevista, mediante noções conceituais centrais que se delimitam aos marcos teóricos mobilizados. Com relação à Ergologia, emprego as noções de debate de normas e valores, dramáticas de uso de si por si e pelos outros, corpo-si, renormalizações e atividade de trabalho. No que tange à teoria sociodiscursiva, utilizo espaço discursivo, interdiscurso, cena enunciativa, cenografia e *ethos* discursivo. No que se refere à metodologia, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, bibliográfica, de campo e documental com abordagem qualitativa. Os *corpora* de análise são integrados por entrevista individual realizada com quatro empregadas domésticas e recortes de três relatos da obra *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (PRETA-RARA, 2019), além de utilizar alguns trechos da cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015), para melhor compreender o funcionamento das normas prescritas à atividade laboral da empregada doméstica. Como resultados, aponto que a linguagem sobre o trabalho demonstrou como se constitui a vida diária de uma empregada doméstica e revelou as dramáticas do uso do corpo-si nessa atividade. Além disso, as pistas linguísticas analisadas possibilitaram a construção de cenografias das quais emanam *ethos* discursivos decorrentes da norma prescrita, das trabalhadoras e do antiethos da empregadora que revelaram marcas sinalizadoras de uma sociedade que ainda se baseia em um modelo escravocrata de relação trabalhista.

Palavras-chave: Ergologia. Cenografia. *Ethos* discursivo. Empregada doméstica.

ABSTRACT

This interdisciplinary research study concerns the construction of the discursive ethos and scenography in housework, focusing on cleaning ladies' language in their constitution as subjects in and by language, discussing the social role of these working women in the daily life context of their work activities. The thesis defended in this study is that the worker, by enunciating herself, constitutes a discursive ethos and scenography that arise from a socio-historical memory about housework, which is perpetuated in social, ethnical-racial and gender inequalities in the Brazilian society. This study aims to describe and analyze how the scenography's from which the discursive ethos arise are constructed, as images of oneself, emanated in language practices about work in the cleaning ladies' discourse, taking into consideration the constant debate over rules and values that characterize this work activity. The literature review presents an interface between Ergology (SCHWARTZ, 2010a; 2010b; 2010c; 2011), focusing on the relation between Language and Work, and Maingueneau discourse-utterance theory (2008a; 2008b; 2010; 2020). This is a qualitative study that counts with applied research, literature review, field research and documentary research. The analyzed corpora comprise individual interviews done with four cleaning workers and four discursive parts from the work *I, cleaning lady: the modern slave house is the maid's dormitory* (*Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*), besides the booklet *Cleaning workers: rights and duties* (*Trabalhadores domésticos: direitos e deveres*) (MINISTRY OF LABOR AND SOCIAL SECURITY, 2015), in which it is stated the rules to be followed by employers and which constitute the discursive universe of housework. In terms of results, I point out that the language about work demonstrated how the daily life of a maid is constituted and revealed the dramatic use of the body-self in this activity. In addition, the linguistic clues analyzed enabled the construction of scenography's from which emanate discursive ethos arising from the prescribed norm, the workers and the employer's anti-ethos that revealed signaling marks of a society that is still based on a slave-owning model of labor relations.

Keywords: Ergology; Scenography; Discursive *ethos*; Cleaning Lady.

RESUMEN

La temática de este estudio interdisciplinar es la construcción de la escenografía y del *ethos* discursivo en el trabajo doméstico, con enfoque en el discurso laboral de las empleadas domésticas en su constitución como sujetos en el y por el lenguaje, reflexionando sobre el papel social de estas mujeres en el cotidiano de sus actividades de trabajo. Este trabajo tiene el objetivo general de describir y analizar cómo se construye el *ethos* discursivo que se origina el uso de sí por los otros en las escenografías emanadas de prácticas de lenguaje sobre el trabajo de las empleadas domésticas, visto el debate de normas y valores que caracteriza esa actividad laboral. En esta pesquisa, la tesis defendida es que la trabajadora, al enunciar, construye una escenografía y un *ethos* discursivo procedentes de una memoria sociohistórica sobre el trabajo doméstico, perpetuado en desigualdades sociales, ético-raciales y de género en la sociedad brasileña. Este estudio está fundamentado en la teoría enunciativo-discursiva de Maingueneau (2008a, 2008b, 2010, 2020), entrelazada con los conceptos de la Ergología de Schwartz (2010a, 2010b, 2010c, 2011), seleccionando para los análisis de las prácticas de lenguaje los discursos producidos por las empleadas domésticas en situación de entrevista, mediante nociones conceptuales centrales que se delimitan a los marcos teóricos movilizados. Con relación a la Ergología, empleo las nociones de debate de normas y valores, dramáticas del uso de sí, cuerpo-sí, renormalizaciones y actividad de trabajo. A parte, por la teoría sociodiscursiva, utilizo espacio discursivo, interdiscurso, escena enunciativa, escenografía y *ethos* discursivo. Sobre la metodología, la pesquisa se caracteriza como aplicada, bibliográfica, de campo y documental con abordaje cualitativa. Los *corpora* de análisis son integrados por una entrevista individual realizada con cuatro empleadas domésticas y recortes de tres relatos de la obra *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (PRETA-RARA, 2019), además de utilizar algunas partes de la cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015), para mejor comprender el funcionamiento de las normas prescritas a la actividad laboral de la empleada doméstica. Como resultados, apunto que el lenguaje sobre el trabajo demostró como se constituye la vida cotidiana de una empleada doméstica y reveló las dramáticas del uso del corpo-sí en esa actividad. Además, las pistas lingüísticas analizadas posibilitaron la construcción de escenografías por las cuales emanan *ethos* discursivos de la norma prescrita, de las trabajadoras y de antiethos de la empleadora que revelaron marcas señaladoras de una sociedad que todavía está basado en un modelo de esclavitud para las relaciones de trabajo.

Palabras-clave: Ergología. Escenografía. *Ethos* discursivo. Empleada doméstica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O caráter pessoal do trabalho.....	43
Figura 2 – Relações interdisciplinares fundadoras da Ergologia	45
Figura 3 – O Dispositivo Dinâmico de Três Polos.....	47
Figura 4 – Os sete planos da semântica global.....	64
Figura 5 – A constituição da cena da enunciação	67
Figura 6 – Relação entre as categorias teóricas destacadas no capítulo.....	68
Figura 7– Processo discursivo do <i>ethos</i>	71
Figura 8 – A caracterização do <i>ethos</i> efetivo considerando as três dimensões propostas por Maingueneau (2020).....	73
Figura 9 – Roteiro teórico-metodológico de análise	84
Figura 10 – A caracterização do <i>ethos</i> efetivo, considerando as três dimensões aplicadas ao discurso (2022).....	119
Figura 11 – Relações ergológicas e discursivas no <i>ethos</i> discursivo da empregada doméstica.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Roteiro de perguntas utilizado como coleta de dados	81
Quadro 2 – Respostas das empregadas domésticas às questões relativas ao trabalho doméstico.....	90
Quadro 3 – Constituição das cenografias e ethos discursivo do trabalho doméstico infantil	91
Quadro 4 – Respostas das empregadas domésticas às questões relativas ao vazio de normas.....	96
Quadro 5 - Respostas das empregadas domésticas às questões relativas aos direitos trabalhistas.....	97
Quadro 6 - Respostas das empregadas domésticas às questões relativas à maternidade e ao trabalho doméstico.....	101
Quadro 7 – Constituição do ethos discursivo das empregadas domésticas versus norma.....	103
Quadro 8 – Planos da semântica global na análise dos discursos das empregadas domésticas	111
Quadro 9 – Respostas das empregadas domésticas às questões relativas ao relacionamento com o empregador.....	114
Quadro 10 – Constituição do ethos discursivo das empregadas domésticas.....	121

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: A MULHER QUE TRABALHA ENTRE O PRESCRITO E O REAL DO FAZER DOMÉSTICO	12
2 O CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DO TRABALHO DOMÉSTICO: TEORIZANDO E POLITIZANDO O TRABALHO FEMININO	23
2.1 O TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO COMO ORIGEM DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E DE GÊNERO	28
2.2 O CONTEXTO DO SERVIÇO DOMÉSTICO NO BRASIL: ENTRE A ESCRAVIDÃO E A FORMAÇÃO DA ELITE BRASILEIRA.....	36
3 A LINGUAGEM NO TRABALHO: A ABORDAGEM ERGOLÓGICA E OS SEUS CONCEITOS	41
3.1 DEBATE DE NORMAS E VALORES: A DRAMÁTICA DO USO DO CORPO-SI	46
3.2 A ABORDAGEM ERGOLÓGICA: A LINGUAGEM EM SITUAÇÃO DE TRABALHO	52
4 A TEORIA ENUNCIATIVO-DISCURSIVA SÓCIO-HISTÓRICA DE MAINGUENEAU	57
4.1 O ESPAÇO DISCURSIVO DO TRABALHO DOMÉSTICO: A DUALIDADE DO DISCURSO NAS RELAÇÕES INTERDISCURSIVAS	59
4.2 UMA SEMÂNTICA GLOBAL: COMPREENDENDO O DISCURSO COMO UMA PRÁTICA.....	61
4.3 CENA ENUNCIATIVA, CENOGRAFIA E ETHOS DISCURSIVO: IMAGENS DE SI NO DISCURSO	65
5 A TRAMA DA PESQUISA: SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	75
5.1 A METODOLOGIA: DELIMITANDO OS OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA.....	75
5.2 OS FIOS DA TRAMA: COMPOSIÇÃO E COLETA DOS <i>CORPORA</i> DE PESQUISA.....	77
6 ELA, EMPREGADA DOMÉSTICA: SOBRE COMPREENDER O TRABALHO PARA TRANSFORMÁ-LO	86
6.1 DISCURSO DO CORPO-SI: O PRESCRITO E O REAL NA ATIVIDADE DE TRABALHO DOMÉSTICO	86
6.2 O <i>ETHOS</i> DISCURSIVO E A IMAGEM DE SI NA LINGUAGEM SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO	104
6.3 UMA INTERFACE POSSÍVEL: O ETHOS E O CORPO-SI DA TRABALHADORA DOMÉSTICA	121
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	130
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP)	137
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	142
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE A SITUAÇÃO DE TRABALHO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS	145

1 INTRODUÇÃO: A MULHER QUE TRABALHA ENTRE O PRESCRITO E O REAL DO FAZER DOMÉSTICO

Em nossa sociedade, historicamente, pertence às mulheres o papel de trabalhar, limpar, cuidar e se dedicar às famílias, tanto as formadas por si mesmas quanto as que não eram as suas, tudo isso enquanto a história da humanidade se desenvolve. Invisíveis, trabalham em silêncio para que outros produzam conhecimento, ferramentas, tecnologias, produtos do fazer industrial que permanecem com o tempo. O trabalho doméstico das mulheres, fundamental para a sobrevivência do grupo durante a pré-história, protagonista da produção bélica nas grandes guerras para executoras de tarefas domésticas, é pouco valorizado pelo resultado perene.

Aquelas que buscaram experiência profissional além da conjuntura doméstica acumulam dupla jornada: tarefas da casa como organização, planejamento, limpeza, criação dos filhos e atividades a serem executadas em seu posto de trabalho fora de seu lar. As mulheres não conseguiram “quebrar a roda” do patriarcado sobre si e revolucionar o modo como a sociedade percebe o trabalho doméstico: exclusivamente feminino.

Assim sendo, refletir sobre o trabalho doméstico é pensar sobre como a sociedade se organiza e qual o papel do trabalho doméstico para o funcionamento dessa sociedade. Perceber de que forma as trabalhadoras concebem seu fazer laboral e quais as coerções diárias as empregadas domésticas estão submetidas na realização de suas tarefas se torna importante para pensarmos o sujeito que desempenha o trabalho doméstico remunerado. Desse modo, esta tese dá enfoque central às mulheres que vendem sua força de trabalho para seu sustento e de suas famílias: as empregadas domésticas. As tarefas domésticas acabam sendo executadas, em maior ou menor grau, majoritariamente por mulheres, porém aquelas que abrem mão de seus filhos, sua casa e sua vida pessoal, para que outros possam desfrutar de suas residências limpas, organizadas e funcionais, são o foco deste estudo.

No meu ambiente familiar, não tive essa figura, a da empregada doméstica. Nós mesmos limpávamos nossa casa, fazíamos nossa comida e organizávamos a rotina da família. Ao mesmo tempo que não tínhamos uma empregada doméstica para realizar as tarefas da casa, minha mãe fazia e fez por muitos anos esse trabalho em outras residências. Dessa forma, sempre ouvia histórias das casas nas quais ela trabalhou e conheci um pouco dos filhos de seus patrões, das casas em que viviam, dos hábitos que tinham. Com o tempo, minha mãe deixou de fazer “faxina” e se dedicou a terminar seus estudos e cuidar da sua família. Porém, essas histórias

fizeram com que eu conhecesse e percebesse o meio laboral das empregadas domésticas permeado de muitos embates: entre si, com os outros e com a própria organização da hierarquia social.

Apesar de viver o trabalho doméstico não remunerado diariamente, apenas como parte integrante de ser mulher, algo ensinado desde a infância como pressuposto para uma vida adulta feminina, essa temática não fez parte dos meus primeiros anos de estudo. Na graduação em Letras, realizada no *Campus* de Lagoa Vermelha (RS) da Universidade de Passo Fundo, detive-me no trabalho de conclusão de curso ao eixo da literatura, pesquisando, na obra “Alice no País das Maravilhas”, além da estrutura narrativa, a metáfora do desenvolvimento infantil vivido pela personagem principal. Nessa época, comecei a carreira docente como professora de língua espanhola no mesmo município, o que fez com que, logo após o término da graduação, fosse me especializar no ensino e aprendizagem da língua espanhola e sua literatura. Nessa pós-graduação, comecei a trabalhar com Análise do Discurso, utilizando como *corpus* de análise os cartazes divulgados na Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

Esse trabalho era constituído tanto de uma análise discursiva do material empregado na guerra quanto de uma sequência para trabalhar a temática em sala de aula. Nesse período, através da minha orientadora, conheci os estudos de Michel Pêcheux na linha de tradição francesa dos estudos discursivos. Após a conclusão da especialização, ingressei no mestrado em Letras da mesma instituição, estudando Análise do Discurso. Na época do mestrado, desenvolvi uma pesquisa com o diário de Che Guevara, analisando o impacto do trabalho editorial e tradutório nos textos originais do revolucionário. A história dos conflitos armados, a posição dos sujeitos, os seus julgamentos e os impactos na sociedade eram temas que sempre fizeram parte dos meus estudos. Após o término do mestrado, já trabalhando como professora de português, redação e literatura no ensino médio e em cursos de graduação, engravidei e tive minha primeira filha. Decidi não participar da seleção ao doutorado e me dedicar a viver a maternidade de forma integral, sem desenvolver outras atividades de trabalho ou acadêmicas.

O impacto da maternidade foi, com certeza, um fator que me fez rever o papel atribuído às mulheres na sociedade. A sociedade exige que se crie os filhos como se não trabalhasse, e trabalhe como se não tivesse filhos. Uma excelência em todas as esferas da vida, principalmente na doméstica, afinal quem realiza o trabalho doméstico nas residências? Na maioria das vezes, as mulheres e, principalmente, as mães. Nesse período, percebi a necessidade de uma discussão sobre o trabalho doméstico e a responsabilidade mental, física e emocional atribuída às mulheres/mães. Ingressei no doutorado, grávida da minha segunda filha, e tive que conciliar

minhas disciplinas, eventos, trabalhos, uma gestação, uma criança de três anos e suas demandas e, ainda, o trabalho doméstico.

No momento em que deveria decidir qual o tema da minha tese, pensei no trabalho das mulheres que são empregadas domésticas, que, além de desempenhar as funções de lavar, passar, limpar e organizar em suas casas e criar seus filhos, vendem sua força de trabalho para outras mulheres, outras residências e outras crianças que não as suas. Desejava uma temática com relevância social, mas que, dessa vez, fosse sobre um problema estrutural na sociedade brasileira, diferentemente dos trabalhos desenvolvidos até o momento, que tinham a língua espanhola e a cultura e sociedade de outros países como foco. Conhecendo sobre a Ergologia e seus postulados sobre o sujeito que trabalha, através do meu orientador, no doutorado, que já trabalhava com essa abordagem, surgiu a possibilidade de desenvolver a tese sobre o trabalho doméstico com foco na linguagem das empregadas e na sua constituição como sujeito *na e pela* língua, debatendo o papel social dessas mulheres.

As mulheres que desempenham o trabalho doméstico remunerado compõem uma categoria numerosa, que ocupava aproximadamente 14,6%, em 2018, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019)¹. O índice sobe para 18,6% entre mulheres negras, em contraste a 10% quando se trata de mulheres brancas. A informalidade também é uma característica da classe. Em 2013, um número superior a 30% das trabalhadoras tinha carteira assinada, mas esse indicador sofreu novas quedas nos últimos anos, chegando a 28,3% em 2018 (IPEA, 2019).

Em pesquisa realizada pelo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), intitulada *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro dos dados da PNAD contínua*, concluiu-se que o trabalho doméstico remunerado ainda é caracterizado por uma atividade precária, com baixos rendimentos, baixa proteção social, discriminação e até assédio. Mais de 6 milhões de brasileiros se dedicam a esses serviços como mensalistas, diaristas, babás, cuidadoras, motoristas, jardineiros ou quaisquer outros profissionais contratados para cuidar dos domicílios e da família de seus empregadores. Desse total, 92% são mulheres – em sua maioria, negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda (IPEA, 2019).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) foi alterada em 2013 e, a partir de então, os(as) empregados(as) domésticos(as) passaram a gozar de direitos que ainda não usufruíam, tais como: relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa

¹ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada não apresentou estudos relacionados ao trabalho doméstico nos anos de 2019 e 2020.

causa; seguro-desemprego; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); remuneração do trabalho noturno superior ao diurno; salário-família; fixação de jornada de trabalho; remuneração do trabalho extraordinário; redução dos riscos inerentes ao trabalho; assistência gratuita aos filhos e dependentes; reconhecimento das convenções e acordos coletivos; seguro contra acidente de trabalho; isonomia salarial; proibição de qualquer discriminação; e proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao menor de dezoito anos. Alguns desses direitos passaram a ser aplicados de imediato após a publicação da Emenda Constitucional n. 72 (BRASIL, 2013), enquanto outros dependiam de regulamentação.

Em razão disso, foi editada a Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015, trazendo a nova regulamentação dos direitos dos(as) empregados(as) domésticos(as). Essa nova lei, além de regulamentar os direitos, criou o Simples Doméstico, que veio para simplificar o cumprimento das obrigações dos empregadores domésticos, seja em relação à prestação de informações, à elaboração dos cálculos dos valores devidos aos(as) empregados(as) domésticos(as) ou à geração da guia de recolhimento do FGTS, bem como o pagamento dos tributos incidentes sobre a relação de emprego doméstico (BRASIL, 2015).

Todos esses direitos – conquistas da classe de trabalhadores domésticos – foram regulamentados apenas em 2015, ou seja, enquanto todas as outras classes, há algumas décadas, já previam e usufruíam de tais direitos, a classe das trabalhadoras domésticas se aproximava de uma escravidão moderna. Trabalhar em casa de família, para meninas em situação de vulnerabilidade social, desde os dez anos (ou menos), foi visto pela sociedade como natural ou até esperado pela sociedade, para a manutenção dos lares e promoção de uma alternativa de trabalho para quem não possuía escolarização. Porém, a partir da Lei Complementar n. 150, os menores de 18 anos ficam proibidos de executar as funções do trabalho doméstico (BRASIL, 2015).

A aprovação da chamada “PEC das Domésticas”² gerou desconforto a alguns setores da sociedade que jamais viram as empregadas domésticas como funcionárias, como cidadãs, como mães ou como indivíduos com vida própria para além da “casa de família”, na qual dedicavam seus dias, suas noites, seus fins de semana e seus feriados para manter tudo limpo e organizado e as crianças bem cuidadas. Nesse sentido, a sociedade ainda está despreparada para deixar uma situação análoga à escravidão e evoluir, de modo a buscar igualdade entre as atividades laborais, percebendo a necessidade de as domésticas serem protegidas dos abusos trabalhistas aos quais foram submetidas na maioria das vezes.

² Emenda Constitucional n. 72 (BRASIL, 2013), mais conhecida como a “PEC das Domésticas”, PEC n. 66 (BRASIL, 2012).

Partir do princípio de que toda atividade de trabalho é infinitamente mais complexa do que se pode antecipar, porque há um ser humano complexo envolvido em sua realização, é fundamental quando se discute a atividade de trabalho. Por esse motivo, nesta tese começo utilizando os princípios da abordagem ergológica para posteriormente seguir pela teoria enunciativo-discursiva por compreender que as análises partem das condições de produção dos discursos para desembocar na aplicação das categorias sociodiscursivas na linguagem sobre o trabalho doméstico. Esse olhar sobre a atividade tem por finalidade produzir conhecimentos sobre como vivem as pessoas, a fim de melhorar suas condições de trabalho. Trata-se de olhar para o espaço discursivo, constituído de, pelo menos, dois posicionamentos discursivos: o de quem dá as normas e determina como será a execução; e o de quem executa essas normas com base nos seus valores, na sua história e no seu modo de agir. Esses dois polos mantêm relações fortes, visando compreender não apenas quem é o dominante e quem está a serviço do outro – no caso, o dominado –, mas também entender como o discurso está imbricado pelos sujeitos, pelos seus valores e pela sua cultura e como isso os afeta mutuamente.

A atividade de trabalho, conforme a abordagem ergológica de Schwartz (2010), sempre comporta uma parte obscura ou invisível. Fazem parte dos aspectos pouco aparentes os debates pelos quais o trabalhador passa e que envolvem, entre outras questões, tomadas de decisões em situação de trabalho, pois constantemente aparecem circunstâncias novas e não previstas. Desse modo, o sujeito ressignifica a atividade de trabalho, fazendo uso de si, seus saberes e valores, bem como de sua história e sua subjetividade, para lograr os resultados esperados no fazer laboral.

Dessa forma, a enunciação dos sujeitos, imbricados de seus saberes e valores, constitui o seu próprio dispositivo de fala: a cenografia. Tais cenas estão instaladas na memória coletiva, seja em modelos rejeitados ou valorizados. Ainda, não se caracterizam como um discurso propriamente, e sim como “estereótipos autonomizados” que se fixam em representações arquetípicas e estão disponíveis para investimentos em outros textos. (MAINGUENEAU, 2011). Mas esse universo de sentido dado pelo discurso se impõe não só pela cenografia; é também pelo *ethos* que o enunciador transmite ao leitor e que remete a uma maneira de ser de um corpo investido de valores “socialmente especificados” que os sentidos vão se construindo. A função do *ethos* é fazer remissão à imagem do fiador, que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado.

O *ethos*, como se sabe, a partir da retórica aristotélica, sendo a imagem que o destinatário constrói do locutor através da forma como ele se expressa e se apresenta, trata-se de uma representação manifestada *no* e *pelo* discurso, mas que se apoia em estereótipos historicamente

especificados que preexistem a ele. Neste estudo, utilizo a concepção mais “encarnada” do *ethos*, de Maingueneau (2010), que recobre não apenas a dimensão verbal, como também as características físicas (corporalidade) e psíquicas (caráter) associadas ao fiador, com base em estereótipos e representações sociais coletivas, que a enunciação pode reforçar, ressignificar ou transformar.

No enfoque enunciativo-discursivo, com base em Maingueneau (2010), os aspectos que estruturam a sociedade podem ser conhecidos por meio de discursos, dentre os quais destaco aqueles que são produzidos, reproduzidos, ressignificados e transformados, os quais são postos a circular em situação de trabalho. Nessa direção, as normas e os valores são facilitadores porque tendem a unificar os coletivos de trabalho, tornando possível a vida em conjunto, e, ao mesmo tempo, são opressoras, visto que podem funcionar como instrumento na construção de relações de força a fim de garantir poder, dominação e vantagens adquiridas, bem como mecanismos de exploração industrial, jurídica e socioeconômica.

Algumas pesquisas já publicadas, no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sobre o lugar social da empregada doméstica revelam a importância da discussão em torno dessa atividade de trabalho e das relações desenvolvidas nesse ambiente laboral. Em uma busca nesse banco de dados, com os descritores “trabalho doméstico”, sem refinar por área de pesquisa, encontra-se uma dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana, intitulada *Sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres*, de autoria de Paloma de Sousa Pinho, em 2006, que discorre sobre os transtornos mentais comuns que acometem as mulheres, destacando que a falta de gratificação e de visibilidade na realização do trabalho doméstico constitui um quadro determinante para o adoecimento psíquico (PINHO, 2006). Essa pesquisa teve como objetivo avaliar a associação entre a sobrecarga doméstica e a ocorrência de transtornos mentais comuns em mulheres de Feira de Santana/BA, apresentando um estudo epidemiológico de corte transversal, com 2.057 mulheres com idade de 15 anos ou mais, selecionadas através de amostragem aleatória por conglomerado. Esse estudo apontou como resultado que, entre as mulheres participantes da pesquisa, 39,4% apresentaram transtornos mentais comuns, concluindo que é necessária uma discussão sobre as questões culturais e a implementação de políticas públicas para a criação de uma rede de apoio social às mulheres.

Em sequência, ao refinar a pesquisa com o mesmo termo, mas com foco na área das ciências humanas, encontra-se a dissertação *Diaristas, afeto e escolhas: ressignificações no trabalho doméstico remunerado*, da autora Thays Almeida Monticelli, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná em 2013, com

o principal objetivo de compreender como são estabelecidas as formas de afetividades nessas relações de trabalho, considerando as experiências e emoções vividas pelas diaristas (MONTICELLI, 2013). Com base em dados quantitativos, pode-se observar os aspectos que configuram o trabalho doméstico remunerado. Por meio dos dados relativos à escolaridade, renda, idade, etnia, legalidade trabalhista e contribuição previdenciária, foi possível demonstrar por quais aspectos este segmento profissional é formado em nossa sociedade. As informações obtidas por esses dados mostram que, tanto no Brasil como no Estado do Paraná e na Região Metropolitana de Curitiba, o trabalho doméstico remunerado se fundamenta por precárias condições sociais. Essa categoria profissional agrega uma grande quantidade de mão de obra feminina, não especializada e com baixas remunerações; além disso, o número de contratações ilegais ainda predomina nesse segmento. Tal quadro sustenta e reproduz uma realidade social estigmatizada que emprega grande parte das mulheres que vivem nas periferias urbanas, as quais não podem contar com estruturas sociais básicas, que lhes garantam minimamente os direitos de cidadãos.

Ainda, sobre as pesquisas que abordam o trabalho doméstico como temática, encontra-se, na base de teses e dissertações da CAPES, a tese intitulada *Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço de casa: cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca (1880-1930)*, com autoria de Natália Batista Peçanha, apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no ano de 2018 (PEÇANHA, 2018). Essa tese teve como objetivo analisar o cotidiano e as agências de servidores(as) domésticos(as) nacionais e imigrantes europeus(ias) nas suas vivências em relação ao mundo do trabalho, buscando analisar tal atividade em um momento importante – fim da escravidão, entrada massiva de imigrantes em solo carioca e consolidação do pensamento liberal e do capitalismo. Houve a conclusão de que os estudos acerca do serviço doméstico vêm se mostrando de suma importância para o entendimento e a compreensão de permanências quanto às condições de trabalho envolvendo patrões(as) e criados(as).

Assim sendo, a temática proposta nesta tese é relevante, pois amplia as discussões sobre o trabalho feminino, especificamente o doméstico, com foco na linguagem e no seu uso pelos sujeitos em suas relações de trabalho e cotidiano. Para o Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (PPGL/UPF), contribui para criar uma possibilidade de Análise do Discurso na relação entre linguagem e trabalho, ao eleger a Ergologia como disciplina de interface, além de destacar a relevância do cunho sócio-histórico e prático para as

abordagens teóricas de análise, já que fará parte das pesquisas realizadas pela linha de Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso (CITD).

Diante desse cenário que contextualiza este trabalho de tese, a pergunta problematizadora desta pesquisa se apresenta da seguinte maneira: Como se constrói o ethos discursivo advindo do uso de si pelos outros nas cenografias decorrentes de práticas linguageiras sobre o trabalho de empregadas domésticas, considerando o debate de normas e valores que caracteriza essa atividade laboral?

Com base nesse questionamento, elaboro as seguintes hipóteses:

- a) Os postulados teóricos da teoria enunciativo-discursiva e da ergologia utilizados na interdisciplinaridade do estudo possibilitam analisar os discursos mediante cenografias que circulam sobre a atividade laboral da empregada doméstica, que revelam marcas de um modelo escravocrata dominador e misógino que ainda prevê o trabalho doméstico como inferior, pouco valorizado e merecedor de um tratamento desigual;
- b) o ethos discursivo constitui-se no discurso sobre o trabalho doméstico e no uso de si pelos outros, implicando forças que perpassam os sujeitos em suas relações com seu trabalho na dinâmica de hierarquização social;
- c) as pistas linguísticas marcadas em cenografias remetem a um intenso debate de normas e valores no uso do corpo-si que emerge no fio do discurso sobre a atividade laboral, remetendo a um embate entre aqueles que produzem a norma e a execução das tarefas, de onde se identificam ethos como imagens de si.
- d) a linguagem sobre o trabalho demonstra a experiência e a vivência dos trabalhadores, bem como os seus valores e os saberes, a sua ideologia e a história que constituem suas escolhas diante das coerções diárias que regem as dinâmicas do ambiente laboral.

Logo, este trabalho tem como objetivo geral descrever e analisar como se constrói o ethos discursivo que se origina do uso de si pelos outros nas cenografias emanadas de práticas linguageiras sobre o trabalho de empregadas domésticas visto o debate de normas e valores que caracteriza essa atividade laboral.

Diante desse objetivo geral, desdobram-se os objetivos específicos que estão assim previstos:

- a) realizar uma interface teórico-aplicada envolvendo a abordagem teórica e sócio-histórica, de configuração enunciativo-discursiva, e da ergologia, na relação linguagem e trabalho, que fundamentam a pesquisa;
- b) mostrar imagens de si no uso de si pelos outros, como ethos-discursivo, construídas nas práticas linguageiras sobre o trabalho doméstico através de marcas linguísticas que

originam cenografias delimitadas no e pelo espaço laboral, evidenciando representações hierárquico-sociais;

- c) identificar como as pistas linguísticas remetem aos embates entre as normas prescritas pelos empregadores e a execução das atividades da empregada doméstica a partir de uma perspectiva sociodiscursiva e ergológica sobre o vazio de normas e o invisível do trabalho doméstico;
- d) conhecer através da linguagem sobre o trabalho como vivem/trabalham as empregadas domésticas, demonstrando como a cenografia construída no fio do discurso desvela a situação de trabalho, dessas profissionais, para transformar o modo como as trabalhadoras domésticas são percebidas pelo empregador e pela sociedade.

A tese defendida neste estudo é de que a trabalhadora, ao se enunciar, constitui uma cenografia e um ethos discursivo advindos de uma memória sócio-histórica sobre o trabalho doméstico, perpetuado em desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero na sociedade brasileira.

Este estudo está embasado na teoria enunciativo-discursiva de Maingueneau (2008a; 2008b; 2010; 2020), entrelaçada com os pressupostos da Ergologia de Schwartz (2010a; 2010b; 2010c; 2011), selecionando para a análise das práticas languageiras-discursivas produzidas pelas empregadas domésticas mediante noções conceituais centrais. Com relação à Ergologia, emprego as noções de debate de normas e valores, dramáticas de uso de si, corpo-si, renormalizações e atividade de trabalho. No que tange à teoria sociodiscursiva, utilizo espaço discursivo, interdiscurso, cena enunciativa, cenografia e *ethos* discursivo.

No que se refere à metodologia, esta pesquisa se caracteriza como aplicada, bibliográfica, de campo e documental com abordagem qualitativa. Os *corpora* de análise são integrados por entrevista individual realizada com quatro empregadas domésticas e recortes de três relatos da obra *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (PRETA-RARA, 2019), além de utilizar alguns recortes da cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015), para melhor compreender o funcionamento das normas prescritas no discurso da empregada doméstica.

Para analisar os discursos de empregadas domésticas remuneradas na atividade de trabalho, emprego a entrevista semiestruturada com perguntas abertas, como procedimento da pesquisa de campo, pois procuro o aprofundamento de uma realidade específica, no sentido de captar as explicações e interpretações que ocorrem naquela realidade. Para tanto, foi desenvolvido um plano para organização e registro de informações com o seguinte roteiro:

leitura dos discursos acerca dos saberes constituídos/investidos, trabalho como atividade, normas/renormalizações, dramáticas do uso de si e análise das práticas linguageiras dos sujeitos participantes da pesquisa. No que diz respeito ao desenvolvimento dos objetivos propostos, baseio-me nos seguintes procedimentos metodológicos: realização de uma entrevista virtual (via aplicativo de mensagens WhatsApp) com quatro empregadas domésticas, com o propósito de abrir um espaço de interlocução que proporcione o relato de experiências, mediante os depoimentos sobre o trabalho doméstico. Esse instrumento de coleta de dados contempla questões tanto sobre a rotina diária quanto sobre as questões trabalhistas – por exemplo, se possui carteira assinada, se já teve férias ou tirou licença maternidade e quantas horas semanais dedica ao trabalho, além de questões acerca de sua relação com a empregadora.

Os *corpora* que instrumentalizam a pesquisa estão assim constituídos:

1. Sequências discursivas recortadas do livro *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* de Preta-Rara (2019);
2. Entrevista realizada com quatro empregadas domésticas, com o propósito de possibilitar o relato de experiências com depoimentos sobre a atividade de trabalho.

A pesquisa se detém a três relatos do livro, por possuírem uma estrutura semelhante: dois são relatados pelas filhas das empregadas domésticas, um pela própria trabalhadora. Além disso, o tema também se assemelha por se tratar de três histórias de empregadas que desempenharam suas funções quando eram crianças, configurando um crime trabalhista. Para melhor articulação dos conceitos com a materialidade discursiva, são criadas quatro sequências discursivas, denominadas Bloco 1, Bloco 2, Bloco 3 e Bloco 4. Nesses relatos, as ordens/normas antecedentes são evidentes no fazer dessas domésticas, e o uso do corpo constitui um critério importante para a análise.

Com base na análise dos enunciados proferidos pelas trabalhadoras entrevistadas, acerca da atividade de trabalho, torna-se possível verificar que o fazer doméstico é uma atividade complexa que envolve aspectos da memória sócio-histórica, tanto em relação ao trabalho executado quanto em relação às normas impostas pelos empregadores. Quanto à estrutura geral, este trabalho está organizado em quatro capítulos, seguidos das considerações finais.

No primeiro capítulo, intitulado *O contexto histórico e social do trabalho doméstico: teorizando e politizando o trabalho feminino*, discorro sobre o trabalho e algumas transformações ocorridas nas últimas décadas, enfatizando a presença feminina no mundo laboral e as implicações do fazer doméstico para as mulheres e a sociedade levando em consideração a formação da sociedade brasileira.

Já no segundo capítulo, *A linguagem no trabalho: a abordagem ergológica e seus conceitos*, apresento a abordagem ergológica do trabalho, discutindo os conceitos de atividade de trabalho, os debates de normas e valores, as dramáticas de uso do corpo-si e a linguagem sobre o trabalho. Ele está configurado por duas seções: a primeira intitulada *Debate de normas e valores: a dramática do uso do corpo-si*, em que abordo os principais conceitos da abordagem ergológica; e a segunda denominada de *A abordagem ergológica: a linguagem em situação de trabalho*, na qual realizo uma reflexão sobre a linguagem na abordagem ergológica.

O terceiro capítulo, *A teoria enunciativo-discursiva sócio-histórica de Maingueneau*, apresenta um breve percurso histórico sobre a Análise do Discurso, para delimitar, além dos pensadores fundadores dessa teoria, o campo de saber em questão. Na primeira seção, intitulada, *O espaço discursivo do trabalho doméstico: a dualidade do discurso nas relações interdiscursivas*, abordo o primado do interdiscurso, o espaço discursivo e as relações de um discurso com os outros. Na segunda seção, *uma semântica global: compreendendo o discurso como uma prática*, abranjo os sete planos enunciativos propostos por Maingueneau (2008a), como uma ordem de sucessão para ilustrar a variedade das dimensões abarcadas pela perspectiva da semântica global. Na última seção desse capítulo, *Cena enunciativa, cenografia e ethos discursivo: imagens de si no discurso* apresento as noções conceituais teóricas de cena enunciativa, de cenografia e de constituição do *ethos* discursivo.

No quarto capítulo, *A trama da pesquisa: sobre os procedimentos metodológicos*, descrevo os procedimentos teórico-metodológicos que constituem os *corpora* de pesquisa, além dos passos que sustentam as etapas de coleta de dados, transcrição e análise das entrevistas com as empregadas domésticas. Desse modo, na primeira seção, *A metodologia: delimitando os objetivos e procedimentos técnicos da pesquisa*, exponho a caracterização da pesquisa quanto aos objetivos, aos procedimentos e à natureza. Na segunda seção, *os fios da trama: a composição e coleta dos corpora de pesquisa*, apresento a composição e a coleta dos *corpora* de pesquisa, bem como o roteiro teórico-metodológico de análise, com a descrição dos aspectos observados no decorrer do processo analítico.

O quinto capítulo, *ela, empregada doméstica: sobre compreender o trabalho para transformá-lo*, é dedicado à análise do *corpus* de pesquisa. Para tanto, desenvolvo duas seções de análise. Na seção *Discurso do corpo-si: o prescrito e o real na atividade de trabalho doméstico*, descrevo, com base nos depoimentos obtidos por meio das entrevistas, entremeados com relatos de empregadas domésticas sobre a atividade de trabalho, retirados da obra *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (PRETA-RARA, 2019), quais saberes, renormalizações e dramáticas os discursos das empregadas domésticas

constituem. Na seção *Discurso do Ethos discursivo: a imagem de si na linguagem sobre o trabalho doméstico*, analiso como a linguagem sobre o trabalho constitui uma semântica, assim como qual quadro cênico apresenta e qual *ethos* discursivo revela.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DO TRABALHO DOMÉSTICO: TEORIZANDO E POLITIZANDO O TRABALHO FEMININO

[...]é pelas atividades do dia a dia, através das quais produzimos nossa existência, que podemos desenvolver a nossa capacidade de cooperação, e não só resistir à nossa desumanização, mas aprender a reconstruir o mundo como um espaço de educação, criatividade e cuidado (Silvia Federici).

Este capítulo trata sobre o trabalho e algumas transformações ocorridas nas últimas décadas, dando ênfase à presença feminina no mundo laboral e às implicações do fazer doméstico para as mulheres e a sociedade.

A década de 1980 foi de profundas mudanças no mundo do trabalho, principalmente nos países de capitalismo avançado. A estrutura produtiva, a representação sindical e a política sofreram transformações intensas que atingiram não apenas a materialidade, como também repercutiram na subjetividade da classe trabalhadora.

Em uma década de grande avanço tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo das fábricas, provocando um novo tipo de desenvolvimento das relações de trabalho e de produção do capital. Conforme Antunes (2015, p. 34), “novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca da produtividade”. Assim sendo, a instauração desse novo modelo produtivo rejeita a produção em massa – base do sistema fordista – e recupera uma concepção mais “artesanal”, produzindo para um mercado mais localizado e regional. O elemento causal dessa crise capitalista, de acordo com Antunes (2015, p. 36), são “os excessos do fordismo e da produção em massa, prejudiciais ao trabalho e supressores da sua dimensão criativa”, além da aguda recessão instalada a partir de 1973, quando teve início uma etapa de transição no processo de acumulação de capital.

Essa fase de produção é marcada pelo confronto entre a rigidez do sistema fordista e a flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e do padrão de consumo. A acumulação flexível, proposta por Harvey (1992), caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos e novas maneiras de fornecimento de serviços e decorre, sobretudo, das altas taxas de inovação comercial e tecnológica, o que impacta a organização do trabalho e a do trabalhador.

Dessa forma, as pressões competitivas e a luta pelo controle da força de trabalho levaram, de acordo com Harvey (1992, p. 148), ao surgimento de “formas industriais totalmente novas ou à integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e de deslocamento para dar maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos”. Como consequência dessas novas formulações no modelo trabalhista, esse teórico desenvolveu a tese de que a acumulação flexível mantém três características do modo de produção capitalista, a saber: “Primeira: é voltado para o crescimento; segunda: este crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo no universo de produção; e, terceira: o capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional” (HARVEY, 1992, p. 175). Percebemos, portanto, que essa formulação ainda é apenas mais uma forma do capitalismo reproduzindo seus preceitos.

Harvey (1992, p. 175) ainda acrescenta que “curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho, que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração da mais-valia, mais viável mesmo nos países capitalistas avançados”; porém, afirma que os dois modelos podem coexistir, tanto o modelo de produção em larga escala quanto os sistemas cooperativos ou de trabalho familiar. Essa possibilidade de processos fez com que a classe operária industrial tradicional diminuísse; isso, no entanto, conforme Antunes (2015, p. 61), “efetivou uma expansão do trabalho assalariado, a partir da ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através do contingente feminino no mundo operário”.

O resultado mais avassalador dessas transformações é o desemprego estrutural dado pela subproletarização do trabalho presente nas formas de trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado, vinculadas à economia informal. De acordo com Harvey (1992, p. 144), “a tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos”.

Desse modo, essa mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou a incorporação e o aumento da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, em trabalhos domésticos, no setor de serviços e nas fábricas. Segundo Antunes (2015, p. 66):

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social [...] tanto a contradição entre indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea.

Isso posto, as mulheres são inseridas no mercado de trabalho e produzem materiais diversos, além de vender seu tempo e esforço para a realização do trabalho doméstico, que ainda é, em sua grande maioria, temporário; ou seja, as chamadas “diaristas” não possuem vínculos empregatícios com aqueles que as contratam, nem direitos assegurados pela lei, já que trabalham apenas por dia nas casas de família. Sennett (2019, p. 99) evidencia o “espírito de objetificação”, por meio do qual os trabalhadores passam a ter seu trabalho julgado como bem executado ou não, a despeito de sua condição emocional. Esse autor menciona um estudo feito com empregadas domésticas negras do Harlem (bairro nova iorquino) mal remuneradas e submetidas a abusos de seus empregadores, visto que “conseguiram resgatar fragmentos de autoestima por terem limpado bem uma casa, embora raramente alguém lhes agradecesse por isso” (SENNETT, 2019, p. 99).

Nesse contexto, a possibilidade de trabalhar e fazer algo bem-feito está relacionada mais ao resultado da ação do que ao bem-estar do indivíduo que realiza a tarefa, já que o sujeito não é considerado em sua subjetividade. Sendo assim, faz-se necessária uma articulação mais equilibrada entre o trabalho e a vida pessoal e familiar, como uma dimensão estratégica para promover a igualdade de gênero no mundo do trabalho. Conforme Abramo e Valenzuela (2016, p. 113), “a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho questiona os mecanismos tradicionais de reprodução social ao diminuir a disponibilidade de tempo destinado pelas mulheres ao cuidado de suas famílias”. Desse modo, o trabalho doméstico remunerado desempenha um papel fundamental, pois o trabalho dessa categoria é estratégico para que outras mulheres trabalhadoras possam se inserir no mercado de trabalho.

Diante disso, surge um debate em torno do tempo de trabalho e do tempo livre, os quais, na esfera doméstica, praticamente inexistem, ao passo que a jornada diária das mulheres é dupla, uma vez que engloba todas as demandas do trabalho remunerado mais os cuidados com a casa e a família. Abramo e Valenzuela (2016, p. 120) apontam que “[...] 45% das mulheres ocupadas são pobres de tempo e não de renda, entre as não ocupadas essa cifra cai para 6%. No caso dos homens, 28% dos ocupados são pobres de tempo e não de renda, enquanto entre os não ocupados não existem pobres de tempo³”.

Isso indica que a incorporação das mulheres no mundo do trabalho se faz com a sobrecarga de trabalho, o que remete à reflexão sobre tempo, envolvendo o tempo de trabalho, o autocontrole sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida, bem como o equilíbrio entre essas esferas, é fundamental para possibilitar uma vida de sentido fora do trabalho. Existe, nesse

³ Entendido como tempo empregado em lazer, cultura, bem-estar e família.

contexto, um conflito sobre o uso do tempo pelas trabalhadoras, já que o tempo de trabalho e o de lazer estão embaralhados. Nessa perspectiva, a redução da jornada de trabalho diária tem sido uma das importantes reivindicações do mundo nesse âmbito, uma vez que “se constitui num mecanismo de contraposição à extração do sobretrabalho, realizado pelo capital”, porque “desde o advento do capitalismo, a redução da jornada de trabalho mostra-se central na ação dos trabalhadores, condição preliminar para uma vida emancipada” (ANTUNES, 2015, p. 131).

Nesse sentido, temos o que Marx (2014, p. 118) nomeia como “homem de negócios”: um indivíduo que descobre uma mercadoria dotada da virtude de ser fonte de valor de troca, a chamada “força de trabalho”. Essa força de trabalho Marx (2014, p. 118) compreende como “o conjunto de faculdades físicas e intelectuais existentes no corpo humano, em sua personalidade viva, e que devem ser postas em movimento para produzir coisas úteis”. Esse conjunto é vendido para o possuidor do dinheiro, mas será preciso que o proprietário da força de trabalho “venda-a somente por tempo determinado, porque, se ele a vende em bloco e de uma vez por todas, ele vende a si próprio, e, de livre que era, se faz escravo, de mercador, mercadoria” (MARX, 2014, p. 119).

Sendo assim, na organização da sociedade, as mulheres acabam se tornam escravas do trabalho doméstico, pois as que vendem sua força de trabalho por um salário o fazem pelo tempo determinado na casa em que trabalham, mas também realizam esse mesmo trabalho durante o resto do tempo em que se encontram em suas próprias residências. Pode-se dizer que as mulheres que exercem o trabalho doméstico se configuram na própria mercadoria que vendem ao capitalismo.

Logo, a análise do trabalho doméstico é um fator crucial na definição da exploração das mulheres no capitalismo, o que possibilita compreender que “a casa e o trabalho doméstico não são estranhos ao sistema fabril, mas sim sua base” (FEDERICI, 2019, p. 23), reconhecendo que o trabalho doméstico contribui para a força de trabalho, produz capital e favorece qualquer outra forma de produção. De acordo com Federici (2019, p. 27), a luta feminista foi revolucionária “porque ela colocou um fim a naturalização do trabalho doméstico, desconstruindo o mito de que se trata de ‘trabalho feminino’, e porque, em vez de batalhar por mais trabalho, exigíamos que as mulheres fossem pagas pelo trabalho que já exerciam”.

A partir do século XIX, inicia-se a discussão de gêneros na construção social e identitária dos papéis masculinos e femininos. A mulher começou a ter suas primeiras conquistas, como a inserção no mercado de trabalho, porém exercendo funções inferiores. Frente a isso veio o feminismo, movimento das mulheres aliadas ao movimento operário, as quais buscavam melhorias trabalhistas. Na metade desse mesmo século, a mulher teve acesso

às primeiras instituições destinadas a educá-las, mas ainda uma educação primária – educação forjada em conteúdos morais e quanto à sua postura social como mãe e esposa. Só então, a partir do século XX, a mulher teve acesso ao ensino secundário e superior.

Com o intuito de compreender o trabalho feminino como gerador das desigualdades sociais e de gênero, a próxima seção aborda a questão da divisão sexual do trabalho e as implicações do gênero no trabalho feminino.

2.1 O TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO COMO ORIGEM DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E DE GÊNERO

Em 1972, Federici (2019) participou da fundação do Coletivo Feminista Internacional, uma organização que lançou a campanha internacional *Wages for Housework* (WFH), a favor do salário pelo trabalho doméstico, o que poderia resolver a questão do tempo e de seu uso pelas mulheres, ao passo que essas se dedicariam a uma jornada de trabalho e seriam remuneradas pela venda de sua força de trabalho à sua própria família, não acumulariam jornada dupla e ainda contribuiriam para a diminuição da pobreza familiar. Porém, apesar de o movimento identificar a trabalhadora doméstica, conforme Federici (2019, p. 32): “[...] como sujeito social crucial na premissa de que a exploração do seu trabalho não remunerado e as relações desiguais de poder construídas sobre sua condição de não remuneração foram os pilares para a organização capitalista de produção”. Isto é, a busca por um “salário social” não pode ser considerada a única alternativa às mulheres que exercem o trabalho doméstico não remunerado.

Nesse sistema, as mulheres ficam desprovidas de escolha, tendo o fazer doméstico como o único fim, o que pode levar mais mulheres à baixa escolarização e exploração por parte dos próprios familiares. Uma alternativa para ressignificar o trabalho doméstico é proposto por Federici (2019, p. 33), quando sugere confrontar “as divisões que foram incutidas entre nós por meio de distinções de raça, gênero, idade e localização geográfica”. Logo, se começarmos a perceber que as ramificações do trabalho doméstico estão imbricadas na maioria das esferas sociais e que o dia de trabalho para o capital não resulta necessariamente em pagamento, redescobriremos a natureza do próprio trabalho doméstico.

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa; ele produz o bem mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho. Como pontua Federici (2019 p. 68) “por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de

trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas”. Ou seja, o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista. Logo, conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro; pior, nos faz possuir menos tempo e energia para trabalhar em ambos.

Dessa forma, o trabalho doméstico permaneceu invisível e desvalorizado até o surgimento do movimento de mulheres que se recusavam a aceitar o trabalho reprodutivo como seu destino natural. Sennett (2019, p. 70), em pesquisa, nos anos 1970, aponta que “o trabalho tinha enorme importância para homens da classe operária pelo que representava como fonte de honra na família”. Já para as mulheres da mesma classe, que estavam no mercado de trabalho, parecia que não se importavam tanto com a dignidade conferida pelo trabalho. Em realidade, elas trabalhavam esporadicamente para contribuir com a renda familiar, e, para elas, o trabalho era apenas um instrumento, pois, conforme Sennett (2019, p. 70), “tendiam a não compartilhar com os maridos o sentimento da importância de seu trabalho, pois isto iria de encontro aos papéis sexuais dentro da família”.

Esse sentimento de não importância ao desempenhar o trabalho fora de casa está inculcado nas mulheres pela reprodução social de qual seria seu lugar social e seu papel na família: mãe e dona de casa. Mas uma nova era começou, na qual as mulheres passaram a recusar o trabalho doméstico, o casamento e a casa como destino natural. A respeito disso, três tendências emergiram: redução, redistribuição e socialização do trabalho doméstico. Segundo Federici (2019, p. 99), “a redução do trabalho doméstico aconteceu principalmente por meio da organização de muitos serviços domésticos baseados no mercado e da redução do tamanho da família, começando com uma redução drástica no número de filhos”; aliou-se a isso o crescente número de mulheres que demoram a se casar ou não se casam, além da grande quantidade de divórcios.

Outra tendência que cresceu nos anos 1970 foi a divisão dos trabalhos domésticos com os homens mais propensos a fazer algum desses trabalhos; entretanto, essa dinâmica rapidamente muda quando nascem os filhos, já que poucos países asseguram benefícios trabalhistas aos homens que se tornam pais. Portanto, o trabalho de criação dos filhos ainda é majoritariamente feminino, porém, de acordo com Federici (2019, p. 108), “os homens parecem ter reconhecido as vantagens da renda dupla [...] além disso, o salário duplo na família permitiu uma proteção crucial contra o desemprego e a inflação”. Fica claro que a recusa das mulheres em ser trabalhadoras não remuneradas dentro de casa provocou mudanças importantes na organização da reprodução e nas condições do trabalho feminino. Mas, se as mulheres estão dispostas a mudar os paradigmas do trabalho doméstico realizado sem remuneração em casa, como elas se inserem no mercado de trabalho com pouca ou nenhuma formação escolar?

Nesse ponto, reside o fato de que, após serem treinadas por quase 20 anos por sua mãe para desempenhar o único papel adequado a uma mulher, ser dona de casa e mãe, muitas jovens se veem diante de mínimas alternativas para compor a renda da família – a não ser empregada doméstica para outras mulheres. Somam-se a isso a baixa escolarização e a menor renda no domicílio onde crescem as meninas e, dessa maneira, temos a força de trabalho das milhões de empregadas domésticas.

Além disso, há um diferencial, condicionado à questão de gênero, entre a proporção de jovens homens e mulheres que não estudam nem trabalham. Ou seja, apesar de possuírem maiores níveis de escolaridade, as jovens apresentam maiores taxas de desemprego e menores taxas de participação. De acordo com Guimarães (2012, p. 22),

[...] o afastamento das jovens da escola e do mercado de trabalho num percentual bastante superior ao dos homens é fortemente condicionado pela magnitude da dedicação destas aos afazeres domésticos e às responsabilidades relacionadas à maternidade, sobretudo quando a gestação ocorre durante a adolescência.

Sendo assim, as meninas crescem em lares pobres e alienados, devido à sua condição, que as leva a abandonar os estudos cedo, pois logo se casam e têm filhos. Essa jornada de trabalho doméstico e as demandas da maternidade as impedem, por muitos anos, de voltar a estudar para se inserir no mercado de trabalho com uma função que não seja a doméstica.

A esse respeito, Guimarães (2012, p. 22) informa que, em 2007,

[...] a referida proporção era de 18,6% entre as mulheres jovens e de 6,9% entre os homens, isto é, 2,7 vezes superior entre a juventude feminina, [...] evidenciando-se, portanto, que uma significativa proporção da “inatividade” das jovens é condicionada pelos afazeres domésticos e/ou dedicação à maternidade.

Nesse ciclo, presas aos serviços domésticos não remunerados, algumas mulheres acabam tendo mais dificuldade para estudar ou aprender uma profissão; ainda, quando necessitam prover uma segunda renda, não encontram outro tipo de trabalho senão o próprio serviço doméstico, que passa a ser remunerado. Desse modo, além de suportar a dupla jornada de trabalho, a remuneração insuficiente não as permite quebrar esse ciclo e se dedicar a outras funções ou aperfeiçoar seus estudos.

Assim, o nível de remuneração das trabalhadoras domésticas revela uma ambiguidade produzida pela personalização e pelo investimento emocional que acompanha o fazer doméstico e, com isso, provoca uma relação contratual e laboral não tão ideal, se comparada com outros trabalhos do setor de serviços. Conforme Abramo e Valenzuela (2016, p. 121), “o trabalho

doméstico tende a perpetuar hierarquias baseadas na condição socioeconômica, na raça e na etnia”, reproduzindo um sistema de classes em que a manutenção do elo mais fraco continua servindo ao capital e à sociedade, sem questionar como devem ser distribuídos o trabalho e as responsabilidades de cuidado entre o Estado, o mercado e a família, além da necessidade de formular políticas públicas para reestruturar a distribuição tradicional dos afazeres entre homens e mulheres.

Nesse sentido, ao questionar essas opressões, busca-se a desnaturalização dessas desigualdades envolvidas na divisão sexual do trabalho, que está estritamente agregada ao lugar social residencial. Então, a naturalização desse espaço marcado como feminino, e que instituiu historicamente a ligação do espaço doméstico e da mulher à dinâmica do cuidado, transforma mulheres em seres despolitizados econômica e socialmente (ABRAMO; VALENZUELA, 2016).

O contexto da grande industrialização e da presença feminina no mercado de trabalho não trouxe mudanças significativas às mulheres, conforme informa Saffioti (1978, p. 412):

[...] em 1872, as empregadas domésticas representavam 33,0% da PEA feminina brasileira. Caberia, então, indagar que benefícios trouxe à mulher brasileira a industrialização intensiva de capital que teve lugar no País, se a percentagem de empregadas domésticas permanece, um século mais tarde, praticamente inalterada. Obviamente, este fenômeno assustador encontra explicações na extremamente desigualitária distribuição de renda nacional e na diminuta elasticidade da estrutura de emprego, para não mencionar senão dois fatores. Não sendo o emprego doméstico uma atividade organizada em moldes capitalistas, é-se obrigado a concluir que grande contingente femininos são deixados à margem do modo de produção capitalista. Este quadro agrava-se terrivelmente quando se atenta para outros contingentes femininos localizados em atividades também não capitalistas.

Dessa forma, é possível perceber que a questão econômica e a distribuição de renda das mulheres continuam à margem do modo de produção capitalista. Essa reflexão sobre a reprodução das desigualdades baseadas nos estereótipos de sexo, na contemporaneidade, recai sobre uma prática recorrente em nossa sociedade: quando uma mulher entra no mercado de trabalho, as tarefas domésticas que eram realizadas por ela, normalmente, não são repassadas para o grupo familiar ou cônjuge, mas sim direcionadas às trabalhadoras domésticas remuneradas, diaristas, babás e cozinheiras. Além disso, segundo Monticelli (2013, p. 69), “[...] a inserção das mulheres no mercado de trabalho se posiciona construída em um paradoxo, pois, apesar de estarem inseridas no mercado de trabalho, continuam sendo reconhecidas e valorizadas de maneiras desiguais”.

Levando isso em consideração, apenas a divisão da carga de trabalho doméstico não é suficiente para equiparar as desigualdades de gênero, no que diz respeito ao trabalho doméstico remunerado, visto que as mulheres que desempenham essa função de forma assalariada ainda têm uma parte do trabalho não remunerado em suas casas. A noção proposta pelo movimento feminista nos faz perceber a naturalização do feminino aliado a esse fazer, que ocasiona um não reconhecimento e valorização do trabalho doméstico remunerado. Desse modo, então, faz-se necessário compreender o trabalho doméstico através das condições reais nos locais onde é desenvolvido, percebendo as particularidades das relações trabalhistas e se concentrando na interpretação das experiências e narrativas dos sujeitos.

Nesse sentido, a noção de divisão sexual do trabalho surge quando as primeiras feministas revisam obras marxistas para reafirmar que a divisão de trabalho entre os sexos é a primeira forma de exploração e desigualdade, pois, junto com o antagonismo de classes, aparece, na história, o antagonismo entre homens e mulheres. A opressão do sexo feminino pelo masculino em relações familiares iniciou um processo simultâneo de “retrocesso relativo”, em que o bem-estar de uns se realiza às custas da dor e repressão de outros. De acordo com esses autores, as relações mudaram com a família patriarcal e com a monogamia, já que o governo do lar perdeu seu caráter social, uma vez que

o governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo - embora apenas para a proletária - o caminho da produção social. Mas isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas. Da mesma forma que na fábrica, é isso que acontece à mulher em todos os setores profissionais, inclusive na medicina e na advocacia. A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. (ENGELS, 2019, p. 20-21)

A estrutura familiar se torna determinante no papel que as mulheres passam a desempenhar na sociedade, a partir da noção de patriarcado, cunhada por Max Weber (1947) como um sistema em que o poder se centra na mão do senhor, dentro dos espaços domésticos e em comunidades pequenas, onde as hierarquias eram bem claras e fixas. Esse poder é exercido pelo pai, no início da vida feminina, e passa ao marido após o casamento.

O argumento da repressão familiar das mulheres em detrimento do poder absoluto do homem foi o impulsionador das primeiras vozes feministas, ainda nos anos 1970 e 1980, que começaram a questionar esse poder fora do círculo residencial e o colocaram como base

estrutural da nossa sociedade, vinculando o capitalismo ao patriarcado. Assim, surge o patriarcado capitalista, que se define pela opressão e desvalorização das mulheres e de suas tarefas, sendo considerado dentro de uma perspectiva universal. Conforme Monticelli (2013, p. 66), “juntamente com o patriarcado, as teóricas que se utilizaram dos conceitos da divisão sexual do trabalho, visavam superar os limites da teoria marxista em relação ao trabalho e incluir nessa análise a situação social da mulher”. Como no Brasil a quantidade de mulheres envolvida no trabalho doméstico remunerado é expressiva, as autoras feministas analisam essa modalidade de trabalho através de uma perspectiva em que suas tarefas e suas executoras são apenas produtos desse sistema patriarcal. Essas autoras se baseiam na ideia de que as condições em que vivem homens e mulheres são diferenciadas e de que o capitalismo se apropria dessa desigualdade para a manutenção do sistema e a subjugação dos sujeitos. Essas relações estão fundamentadas em uma sociedade capitalista, que valora o trabalho em uma polarização entre superior e inferior, leve e pesado, sujo e limpo, em que os sujeitos são levados à identificação com um dos polos, a partir de seu gênero, vindo de uma condição estereotipada fixada pelo sexo.

A obra de Saffioti (1978), intitulada *Emprego doméstico e capitalismo*, é um marco dos estudos clássicos acerca do trabalho doméstico remunerado e tem como objetivo analisar a situação das mulheres no mercado de trabalho na década de 1970. Conforme a autora, se

[...] em 1872, as empregadas domésticas representavam 33,0% da PEA brasileira. Caberia, então, indagar que benefícios trouxe à mulher brasileira a industrialização intensiva de capital que teve lugar no País, se a percentagem de empregadas domésticas permanece, um século mais tarde, praticamente inalterada. (SAFFIOTI, 1978, p. 412)

Isso é decorrência da desigualitária distribuição de renda nacional e da pouca elasticidade da estrutura de emprego, uma vez que, de acordo com Saffioti (1978, p. 412), “[...] não sendo o emprego doméstico uma atividade organizada em moldes capitalistas, é-se obrigado a concluir que grandes contingentes femininos são deixados à margem do modo de produção capitalista”.

Dessa maneira, discutir o trabalho doméstico é, também, rever até onde o sistema capitalista determina o modo como se organiza a sociedade, seja através do conceito de patriarcado ou de divisão sexual do trabalho. Pensar que a inserção das mulheres no mercado de trabalho se posiciona construída em um paradoxo, pois, apesar de estarem inseridas no mercado de trabalho, continuam sendo reconhecidas e valorizadas de maneira desigual, já que

a divisão sexual do trabalho naturaliza o serviço doméstico como feminino, torna o debate sobre gênero fundamental.

Guacira Lopes Louro (1998) destaca que o uso antropológico da palavra “gênero” passou a ganhar sentido com as feministas estadunidenses ou inglesas, que empregaram essa expressão com o objetivo de enfrentar e combater a argumentação de cunho determinista biologista, ao explicar as diferenças entre os sexos. A partir do cenário de luta, nos anos 1980, o conceito de gênero é utilizado como instrumento capaz de revelar e mensurar as desigualdades e os conflitos entre os sexos. Para além de uma categoria descritiva, segundo Scott (1995), o gênero deve ser uma categoria analítica, que permite perceber a organização da igualdade e da desigualdade. Conforme a autora, para que se possa compreender as estruturas hierárquicas, são necessárias “compreensões generalizadas das assim chamadas relações naturais entre homem e mulher” (SCOTT, 1995, p. 91).

De acordo com Butler (2015, p. 20), “[...] gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”.

Torna-se, portanto, impossível separar o conceito das estruturas políticas e o das culturais. Dessa forma, a noção de gênero se distingue do sexo biológico, tido como imutável, biológico. Em *O Segundo Sexo*, obra de Simone de Beauvoir, de 1949, a autora aborda a questão por meio de um aparato cultural de construção do sujeito, deixando de lado o determinismo biológico e o desígnio divino, de modo a construir uma nova visão do que é ser mulher na sociedade. Segundo Beauvoir (1970), o ser mulher dentro da sociedade advém de um processo de “tornar-se mulher”, que parte tanto do interior quanto do exterior do sujeito, como aponta Butler (1990, p. 303, tradução nossa): “Não só estamos construídos culturalmente, mas sim, em certo sentido, nós construímos a nós mesmos”⁴. Então, Beauvoir distingue sexo de gênero, sendo sexo o pressuposto biológico do ser, e gênero a construção cultural do sujeito. Conforme explica Butler (1986, p. 35, tradução nossa), “A formulação de Simone de Beauvoir distingue sexo de gênero e sugere que o gênero é um aspecto da identidade gradualmente adquirido”⁵. Assim, não há uma “natureza feminina” ou uma “natureza masculina” que seja imutável. Sendo os papéis sexuais construídos socialmente, o trabalho doméstico é determinado como feminino

⁴ No original: “No sólo estamos contruidos culturalmente, sino que en cierto sentido nos construimos a nosotros mismos”.

⁵ No original: “Simone de Beauvoir’s formulation distinguishes sex from gender and suggests that gender is an aspect of identity gradually acquired”.

pela sociedade que o relegou, junto com os estereótipos de inferioridade, fragilidade e perfeição direcionados a um fazer exclusivamente feminino.

Nesse sentido, Biroli (2018, p. 44) postula que “[...] a divisão sexual do trabalho é produtora do gênero, ainda que não o seja isoladamente. Ela compõe as dinâmicas que dão forma à dualidade feminino-masculino, ao mesmo tempo que posiciona as mulheres diferente e desigualmente segundo classe e raça”.

Essa divisão do trabalho a partir do gênero deve ser compreendida como estruturante e não como escolha individual, visto que ela é ativada pelas instituições, políticas públicas e formas simbólicas do feminino e do masculino nas relações de gênero. A autora defende que a ausência da representatividade feminina na política advém dessa divisão desigual do trabalho, já que as mulheres dedicam o dobro do tempo ao trabalho doméstico e, quando as políticas públicas são ausentes, a responsabilização desigual pelo cuidado dos filhos também recai sobre elas.

Levando isso em consideração, o trabalho doméstico toma tempo e restringe outras formas de atuação na sociedade; ainda, existe em forma de privilégio, pois aqueles que exercem poder sobre as estruturas têm maior representatividade na agenda pública. Nesse cenário, a formação de leis e de políticas é realizada, em sua maioria, por homens que estão no outro polo da divisão sexual do trabalho doméstico, os quais, além de não representar a classe, pouco compreendem sobre a vivência de quem realiza esse trabalho. Desse modo, a ausência de políticas públicas para as mulheres que realizam o trabalho doméstico não remunerado passa pela questão de gênero, raça e classe, mas também pela divisão sexual do trabalho doméstico.

Apesar de existirem transformações no mercado de trabalho, com a crescente presença feminina, tanto com acesso ao ensino superior quanto desempenhando atividades conhecidas como estritamente masculinas, as mulheres ainda não possuem o mesmo *status* dentro de nossa sociedade, visto que “continuam vendo-se praticamente excluídas dos cargos de autoridade e de responsabilidade, sobretudo na economia, nas finanças e na política” (BOURDIEU, 2003, p. 108). Essas mulheres estão sempre ocupando posições menos favorecidas, já que, conforme Bourdieu (2003, p. 110), “são sempre menos remuneradas que os homens, e mesmo quando todas as coisas são em tudo iguais, elas obtêm cargos menos elevados com os mesmos diplomas”.

Essa divisão sexual do trabalho, que resulta na concessão de salários inferiores e tratamentos desiguais, parte, conforme Foucault (1979), da relação de poder sobre as mulheres que são socialmente condicionadas a obedecer às ordens e a não questionar o seu lugar social, uma vez que esse seria determinado pelo sexo biológico. Foucault (1979) aborda a construção

das vilas operárias, no início da era industrial, e a sua falta de aceitação pelos trabalhadores, mas que foi aceita por parte das mulheres, por meio de tática de convencimento:

Este tipo de vigilância e de enquadramento desenvolveu-se primeiro nos setores mecanizados que utilizavam mulheres ou crianças, portanto pessoas habituadas a obedecer: a mulher a seu marido, a criança à sua família. Mas nos setores, digamos viris, como a metalurgia, a situação é completamente diferente. (FOUCAULT, 1979: p. 225).

Neste trecho, é possível perceber como seria fácil impor uma relação de poder às mulheres, pois já estão socialmente instruídas a obedecerem às ordens, mesmo que as condições sejam insalubres ou desumanas no fazer laboral.

Para compreender o contexto do trabalho doméstico no Brasil, a próxima seção aborda de forma breve um panorama geral dessa atividade no país.

2.2 O CONTEXTO DO SERVIÇO DOMÉSTICO NO BRASIL: ENTRE A ESCRAVIDÃO E A FORMAÇÃO DA ELITE BRASILEIRA

O processo de colonização seguido pelos conquistadores portugueses e o modelo adotado de exploração econômica marcaram a estrutura e organização da sociedade brasileira que deixaram consequências que ainda hoje não foram seriamente ultrapassadas. A submissão e o extermínio de povos nativos e a situação dos negros, durante e após a escravidão, com episódios de discriminação, abandono e segregação, são exemplos dessas consequências. Dessa forma, não é incorreto dizer que a história econômica do Brasil passa pela história dos negros em nosso país.

Segundo Fernandes e Bastide (1953, p. 440), “os africanos, transplantados como escravos para a América, viram a sua vida e o seu destino associar-se a um terrível sistema de exploração do homem pelo homem, em que não contavam senão como e enquanto instrumento de trabalho e capital” o que demonstra que a população negra participou intensamente do sistema capitalista brasileiro vivendo diversas fases econômicas. A população negra veio a ser a vítima mais visível de todo o processo de colonização, não tendo a abolição da escravatura como possibilidade de crescimento econômico ou visibilidade social, pois, de acordo com Fernandes (1972, p. 37), durante o período em que foi escravo, o “negro viveu em estado de dependência social tão extrema, que não chegou a participar, autonomamente, das formas de vida social organizadas mínimas, como a família e outros grupos primários, de que se beneficiavam os brancos”.

O negro, visto como item econômico dentro da estrutura social colonial, teve a inserção nesse sistema negada, já que o processo abolicionista não proporcionou forma de inserção, ou preparação apropriada para a nova realidade, os negros “perderam o único ponto de referência que os associava ativamente à nossa economia e à nossa vida social”. (FERNANDES, 1972, p. 37). Portanto, faria falta a base social adequada à formação e integração na sociedade que, embora existente, estava sujeita ao interesse e ao domínio dos estratos superiores que reproduziam a ideologia e os interesses das elites.

Com o fim da escravidão, entretanto, continuaram comportamentos e atitudes ainda justificados por um passado escravocrata de modo tal que “os brancos continuam a desfrutar de uma hegemonia completa, como se a sociedade fosse um produto híbrido do regime de castas e do regime de classes”. (FERNANDES, 1965, p. 12).

A nova organização social e implantação do modelo capitalista deveria permitir ao negro participar da nova sociedade, que se formou a partir da mudança do processo produtivo, em condições de igualdade com os demais membros, pois

quando todos os 'escravos' se converteram não em 'libertos', propriamente falando, mas em 'homens livres' e, em seguida, em 'cidadãos', sob a concorrência intensa e aberta com outros agentes de trabalho, o problema assumiu uma complexidade que não possuía no seio da sociedade escravocrata. (FERNANDES, 1965, p. 60).

Consequentemente, seria necessário que o universo do trabalho, da cultura, do processo político e social, religioso, econômico, dos direitos e deveres estivesse aberto à participação do negro, do mulato ou pardo, como sempre esteve à camada branca, mais rica e privilegiada economicamente, mas o que se observa na história da formação da população brasileira é um caminho lento para alcançar essa igualdade no processo político social e, principalmente, no aspecto do trabalho.

Na historiografia brasileira, o trabalho doméstico aparece como um dos elementos do sistema escravocrata, como aponta Graham (1992) ao tratar em uma extensa pesquisa historiográfica a situação das relações entre patroas e empregadas no Rio de Janeiro no final do século XIX. Graham (1992) revela que no Rio de Janeiro de 1870 trinta mil mulheres escravas e livres trabalhavam como domésticas e representavam 15%, enquanto a proporção de escravas que eram domésticas girava em torno de 90%, mas 65% das mulheres livres também exerciam essa função. Em 1906, a escravidão havia acabado, mas as domésticas ainda representavam 13% da população do Rio, e 76% das mulheres trabalhando fora de casa. Essa autora cria um paralelo para exemplificar essas relações entre as patroas e as empregadas utilizando a analogia

de “rua” e de “casa”, argumentando que “a casa” e “a rua” serviam como demarcadores de universos sociais e culturais que se opunham.

O espaço por onde se transitava delimitava a categoria social de pertencimento dos indivíduos. Sendo assim, em casa as leis patriarcais e escravocratas se mesclavam gerando um ambiente de reclusão e de segurança comparado com a insegurança das ruas, sujas e perigosas pela presença masculina. Assim, os empregados também eram divididos em os de dentro de casa (ama de leite, cozinheira, mucama) e os de fora (lavadeiras, que faziam as compras. Esses conceitos de “dentro” e “fora”, conforme Graham (1993, p. 72), “não somente se identificava as mulheres de diferentes classes sociais, mas que adicionalmente estabelecia diferenças entre as mulheres domésticas da mesma classe”⁶ estabelecendo uma divisão no trabalho doméstico e entre as mulheres de classes diferentes.

Nos lares brasileiros de classe média e alta, as relações familiares são cotidianamente permeadas pela presença dos serviçais, os quais realizam todo o trabalho doméstico, inclusive o cuidado das crianças. A realização das tarefas de cuidado e de manutenção das casas e das pessoas – desempenhada, na esmagadora maioria das vezes, por mulheres pobres, fora do círculo social dos empregadores –, de acordo com Brites (2000, p.73) “assim como nas formas de remuneração e de relacionamento que se desenvolvem entre patrões e empregadas domésticas, reproduz-se um sistema altamente estratificado de gênero, classe e de cor”. Mesmo nos relacionamentos entre patroas e empregadas mais respeitosos, os lugares sociais que ocupam não são os mesmos.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou, em novembro de 2019, um retrato sociodemográfico do trabalho doméstico no Brasil, que mostra redução na proporção de mulheres ocupadas que se dedicam a atividade doméstica: de 17%, em 1995, para 14,6%, em 2018, em média (IPEA, 2019). O índice sobe para 18,6% entre mulheres negras, contra 10% quando se trata de mulheres brancas. A informalidade cresceu no período recente, assim como a quantidade de diaristas. Em 2013, mais de 30% das trabalhadoras tinham carteira assinada, mas esse número sofreu novas quedas nos últimos anos, chegando a 28,3% em 2018. Os dados constam do estudo *Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: Reflexões para o Caso Brasileiro a Partir dos Dados da PNAD* (IPEA, 2019).

Essa pesquisa demonstra que o trabalho doméstico remunerado ainda é caracterizado por uma atividade precária com baixos rendimentos, baixa proteção social, discriminação e até

⁶ No sollo identificaba a las mujeres de diferentes clases sociales, sino que adicionalmente estlabecia diferencias entre las mujeres domésticas de la misma clase. (GRAHAM, 1993).

assédio. Mais de 6 milhões de brasileiros se dedicam a esses serviços como mensalistas, diaristas, babás, cuidadoras, motoristas, jardineiros ou quaisquer outros profissionais contratados para cuidar dos domicílios e da família de seus empregadores. Desse total, 92% são mulheres – em sua maioria, negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda.

Em artigo publicado no livro *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*, a historiadora de gênero Camillia Cowling (2012) mostra um aspecto fundamental do comportamento da elite brasileira, referente ao trabalho doméstico. Essa professora apresenta, em sua pesquisa, que a elite brasileira da época percebeu, na abolição da escravatura, uma nova realidade que iria impor uma diferente organização social, já que os senhores precisavam reestruturar a rotina de trabalhos domésticos, pois, com a suposta liberdade da população negra escravizada, perguntavam-se sobre quem iria executar esse tipo de serviço em suas casas.

O trabalho doméstico no país foi e ainda é feito por mulheres que têm cor e lugar social demarcados pela elite branca, desde a fundação do Brasil, porque dessa forma se consolidou o projeto escravocrata e assim ele persiste, com muita resistência por parte da sociedade em pensar as consequências de um projeto político que massacra corpos negros e todo seu significado ancestral. A elite brasileira nunca pôde se responsabilizar pelo trabalho dentro de suas próprias casas e, portanto, nunca perdoou a abolição, uma vez que, embora tenha se mantido a mesma estrutura e mentalidade a respeito dessas mulheres, não queria se pagar por um serviço que antes era feito de graça.

Isso mostra que a elite brasileira estava pouco interessada na emancipação dessas pessoas, mas muito preocupada em buscar estratégias para manter o trabalho escravo em suas casas. Essa estratégia funcionou e garante que o país empregue cerca de 7 milhões de pessoas no setor – o maior grupo no mundo. São 3 empregados para cada grupo de 100 habitantes, e a liderança brasileira nesse *ranking* só é contestada pela informalidade e falta de dados confiáveis de outros países, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011).

Os dados da OIT (2011) refletem a preocupação da entidade, para quem as principais discussões sobre o trabalho doméstico no mundo devem ter como eixo as garantias legais de salário-mínimo, o tempo de trabalho e os direitos das gestantes. Isso porque somente 10% dos empregados domésticos de todo o mundo estão cobertos pela mesma legislação trabalhista aplicável às outras profissões, enquanto quase um terço do total (29,9%) trabalha em países que os excluem completamente desse âmbito.

Os empregados domésticos brasileiros fazem parte dos 60% restantes, isto é, dos trabalhadores que possuem apenas parte dos direitos garantidos a profissionais de outros

setores. Já que o trabalho formal é um meio de ascensão, as oportunidades nesse âmbito foram administradas por um viés racial, de modo que os negros foram encaminhados aos postos inferiores e mais precarizados, para que não evoluíssem economicamente.

No Brasil, o trabalho doméstico remunerado representa uma categoria profissional que ainda é enxergada por suas características servis que são alimentadas pelas condições nas quais seus conteúdos são exercidos. Sua execução é, normalmente, realizada em um ambiente residencial e do conviver íntimo e produz trocas que vão além das relações meramente trabalhistas entre empregadores e trabalhadoras domésticas remuneradas, constituindo, dessa maneira, um contexto que modifica e particulariza essa profissão em relação às demais. Ainda, é estruturalmente percebida como uma atividade essencialmente feminina, o que leva a uma inferiorização das executoras frente a trabalhos ditos “masculinos”, definindo-as em parâmetros de desigualdade de gênero, classe e raça.

Diante disso e da especificidade do trabalho doméstico feminino, bem como por acreditar que refletir sobre esse ambiente laboral e o sujeito que o executa é importante, apresento no próximo capítulo a abordagem ergológica do trabalho, focalizando seus principais conceitos.

3 A LINGUAGEM NO TRABALHO: A ABORDAGEM ERGOLÓGICA E OS SEUS CONCEITOS

Em um mundo saturado de normas antecedentes em todo agir, como o é o mundo humano, a abordagem ergológica concebe a atividade como uma trama de renegociações permanentes dessas normas (Yves Schwartz).

Neste capítulo, apresento a abordagem ergológica do trabalho discutindo os conceitos de atividade de trabalho, os debates de normas e valores, as dramáticas de uso do corpo-si e a linguagem no trabalho.

Esta pesquisa focaliza o trabalho de empregadas domésticas, baseando-se na perspectiva ergológica como uma das opções teóricas que visa conhecer uma atividade para transformá-la, bem como que entende o trabalho enquanto atividade humana industriosa – essa atividade envolve sempre um debate de normas e valores. Yves Schwartz (2010a; 2010b; 2010c), uma das principais referências da área, afirma que a Ergologia não é uma disciplina, mas sim uma abordagem multidisciplinar, tendo em vista a complexa e multifacetada atividade humana.

Dessa forma, de acordo com Schwartz (2016, p. 458), essa abordagem passou por “[...] um estágio que se chama, na França, “formação contínua”, com trabalhadores da própria região de Provence-Côte d’Azur, uma microscópica experiência de trabalhar com eles sobre seu próprio trabalho”. Diante dessa experiência e com base em teorias inicialmente aplicadas, o autor aponta quais foram as primeiras referências que constituíram o aporte teórico da Ergologia:

As referências, de início, foram muitas e, sem dúvida, entre elas contamos com os aportes fundamentais da ergonomia de língua francesa, na herança de Alain Wisner, do Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM) [Conservatório Nacional de Artes e Ofícios]. Jacques Duraffourg foi o ergonomista que fez a ponte com o laboratório de Wisner no CNAM, em Paris. Duas grandes referências: por um lado, o aporte dessa ergonomia e o de Oddone (mais conhecido no Brasil do que na França) nos deram referenciais essenciais; e por outro, e cada vez mais, referências filosóficas da filosofia de vida, conforme Georges Canguilhem. (SCHWARTZ, 2016, p. 458).

Nesse sentido, a abordagem ergológica se consolida em três principais referências: a pesquisa-intervenção do médico Ivar Oddone⁷; a filosofia de Georges Canguilhem⁸; e as reflexões da Ergonomia da atividade de Alain Wisner⁹ (SCHWARTZ, 2016).

Em 1980, a relação entre homem e trabalho era operacionalizada por ritmos mecânicos, o que caracterizava o modelo taylorista marcado por prescrição de objetivos e procedimentos, afastando do ambiente laboral a subjetividade. Essa forma de trabalhar entra em declínio através da transformação do mundo do trabalho e da própria sociedade, fazendo com que as pesquisas científicas sobre o tema e o engajamento de professores e ergólogos ganhassem espaço para se desenvolver (SCHWARTZ, 2016).

Diante desse cenário, conforme Schwartz (2016, p. 458), “tudo isso ultrapassava o contexto acadêmico, e nos parecia que a cultura universitária não estava pronta, não era adequada para responder a essa questão”, o que levou o grupo de teóricos a repensar o trabalho, já que “para avaliar o que está mudando, temos que nos aproximar do trabalho de uma maneira mais simples, diferente da forma como o mundo acadêmico costuma se aproximar”. (SCHWARTZ, 2016, p. 458).

De acordo com Guérin *et al.* (2001), o trabalho é a unidade de três realidades: a atividade, as condições e o resultado da atividade. Desse modo, uma análise do trabalho se pauta em uma análise desse sistema e do seu funcionamento, apresentando um duplo caráter: pessoal e socioeconômico. Assim, o analista do trabalho sempre se confronta com a singularidade de uma pessoa no ato profissional. Segundo Guérin *et al.* (2001, p. 17), essa pessoa “põe em jogo toda a sua vida pessoal (história, experiência profissional e vida extraprofissional) e social (experiência na empresa, identidade e reconhecimento profissional”.

Essa dimensão pessoal do trabalho é muito importante para o indivíduo, pois é através do trabalho que ele dá sentido à sua relação com o mundo. Conforme Guérin *et al.* (2001, p. 18),

[...] trabalhar não é somente ganhar a vida; é também e sobretudo ter um lugar, desempenhar um papel. Desse ponto de vista, não ter trabalho é um drama, mas ter um trabalho no qual as possibilidades de investimento pessoal são exíguas não deixa de ter consequências graves.

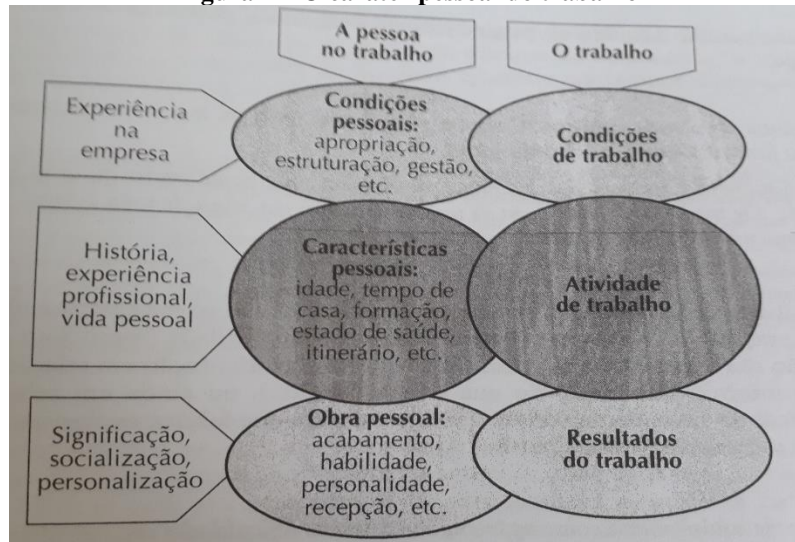
⁷ Ivar Oddone (1923-2011) foi um médico e psicólogo de importante referência no que se refere às intervenções nos ambientes de trabalho, sob o protagonismo dos trabalhadores em aliança com profissionais de saúde.

⁸ Georges Canguilhem (1904-1995) foi um filósofo e médico francês. Especialista em epistemologia e história da ciência, publicou obras importantes sobre a constituição da biologia como ciência, bem como sobre medicina, psicologia, ideologias científicas e ética, notadamente *Le normal et le pathologique* e *La connaissance de la vie*.

⁹ Alain Wisner (1923-2004) foi um médico francês e fundador da Ergonomia centrada em atividades, mas também diretor honorário do laboratório de Ergonomia do Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM) e presidente da Sociedade de Ergonomia da Língua Francesa de 1969 a 1971.

Na Figura 1, de acordo com Guérin et al. (2001), demonstra-se o caráter pessoal do trabalho, em que o trabalhador deixa a sua marca no trabalho realizado e o seu esforço em dar sentido à sua tarefa.

Figura 1 – O caráter pessoal do trabalho



Fonte: Guérin et al. (2001, p. 19)

Nesse esquema, é importante considerar o sujeito no trabalho e reconhecer o esforço permanente do trabalhador em dar sentido à sua tarefa e ao seu fazer diário, observando a conjuntura das esferas de condições e características pessoais, além da obra pessoal de cada indivíduo como significação do trabalho para ele.

Sendo assim, nesse processo pessoal do trabalhador de dar sentido ao seu trabalho e marcar sua tarefa com sua subjetividade, os ergonomistas aprendem, ao observar os trabalhadores, e percebem que

Para trabalhar, é necessário que haja um prescrito, um conjunto – de objetivos, de procedimentos, de regras – relativo aos resultados esperados e à maneira de obtê-los. Quem prescreve? Em termos mais gerais, é a sociedade quem prescreve. Neste sentido, a finalidade do trabalho é exterior ao homem tomado enquanto indivíduo isolado: a atividade de trabalho é, de imediato, social. Ela permite a cada um se produzir como ser social, mas este processo não resulta de uma simples aplicação do prescrito. A situação real é sempre diferente daquilo que foi antecipado pelo prescrito. Essas diferenças entre o que se é demandado e o que se passa na realidade devem ser geridas. E estas distâncias são irredutíveis: irredutíveis! (DURAFFOURG, 2010, p. 68).

Dessa maneira, observo que a Ergonomia da atividade de abordagem francesa colaborou para evidenciar a atividade humana no trabalho como objeto de estudo. Suas pesquisas verificaram que, entre o trabalho prescrito pelas normas antecedentes (manuais, regras de

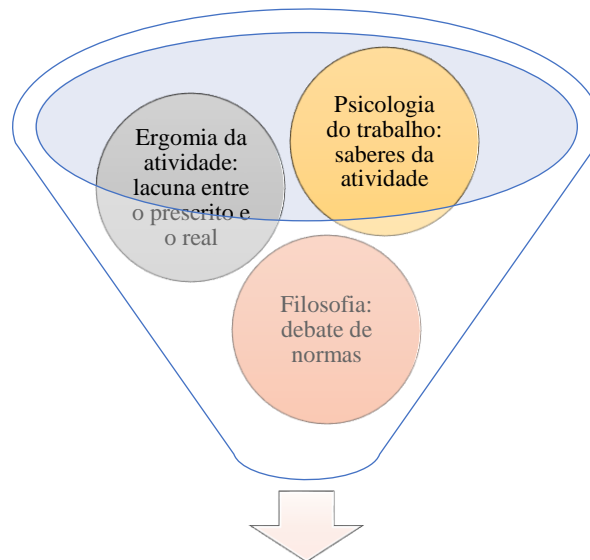
utilização de materiais e máquinas, divisão e organização do processo de trabalho etc.) e o trabalho realmente feito, no momento exato de sua realização, existe uma distância. Essa distância é o dado inusitado do trabalho, é fruto da gestão própria, de si mesmo, do ser humano que trabalha resolvendo os confrontos impertinentes à situação real de trabalho (GUÉRIN *et al.*, 2001). Conforme Wisner (1994, p. 12), “uma distância bastante grande entre o que os trabalhadores supostamente fazem e o que eles fazem realmente”, ou seja, a subjetividade do indivíduo trabalhador entra em conflito com as normas estabelecidas.

Pondero que essa distância é a prova da particularidade da atividade humana de trabalho, pois segundo Freitas (2014, p. 2), “o fato é que a ergonomia da atividade foi se construindo com base na constatação dos efeitos nocivos produzidos pela administração científica do trabalho, cuja versão mais acabada ao final dos anos 40 tinha a face do taylorismo-fordismo”. Dessa forma, “[...] o interesse excessivo pelo conhecimento explícito, herança taylorista e racionalista, chega ao seu limite de tempo em tempo, posto que o humano não pode ser reduzido a uma máquina reprodutora de modelos. (HAUBRICH, 2019, p. 77).”

Nesse sentido, por perceber os efeitos nocivos produzidos pelo taylorismo-fordismo, que não colocava o trabalhador como “gerente”¹⁰ de seu trabalho, a Ergologia agrega o conceito de atividade de trabalho da Ergonomia e amplia o conceito de trabalho real, “com a noção de ‘normas antecedentes’, com base na herança de Canguilhem, a propósito da tendência de cada um sempre renormatizar seu meio de vida e seu meio de trabalho” (SCHWARTZ, 2016, p. 459). Na Figura 2, demonstro as relações entre as disciplinas que originam a Ergologia.

¹⁰ Conforme Schwartz (2010b), “trabalhar é gerir” as normas, os saberes e o uso de si por si e pelos outros.

Figura 2 – Relações interdisciplinares fundadoras da Ergologia



Ergologia: debate de normas, renormalizações e dramáticas dos usos do corpo-si.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2021)

Diante disso, identifico que as noções ergológicas têm origem na interface entre a Ergonomia da Atividade, no que concerne à lacuna entre o prescrito e o real, a psicologia do trabalho, no que se refere aos saberes abarcados pela atividade, e a filosofia de Canguilhem. Origina-se, assim, uma nova abordagem que prevê o prescrito enquanto debate de normas, o real se revela nas renormalizações, e as lacunas implicam as dramáticas dos usos do corpo-si.

Nessa perspectiva, a atividade de trabalho passa a se denominar “atividade industriosa”, visto que envolve um “debate de normas”, pois, de acordo com Schwartz (2016, p. 223), é “[...] a partir dessa atividade específica em que trabalharam os ergonomistas, e a definir não somente o trabalho, mas todo o agir humano como atividade, que é o conceito central da abordagem ergológica, a atividade sempre como um debate de normas”.

Sendo assim, “a ergologia é um método de investigação pluridisciplinar em função de a atividade humana ser muito complexa para se compreender e analisar a partir de uma única disciplina, qualquer que seja ela. *Todas são necessárias, embora nenhuma seja suficiente*” (TRINQUET, 2010, p. 94, grifo do autor). A atividade humana, pensada, neste estudo, como o fazer doméstico, torna-se complexa tanto pelo seu caráter único quanto pelo seu caráter social enquanto atividade indispensável para o ser humano.

Na relação entre as trabalhadoras domésticas e o seu meio, os embates de saberes necessários para a realização de suas tarefas e de seu desenvolvimento no ambiente laboral são vistos como debates de normas, em que a trabalhadora vive uma dramática do uso do corpo-si.

Nesse contexto, após delimitar as relações interdisciplinares que originam a abordagem ergológica, abordo, na próxima seção, os principais conceitos necessários para discutir o fazer doméstico nesta pesquisa.

3.1 DEBATE DE NORMAS E VALORES: A DRAMÁTICA DO USO DO CORPO-SI

Na Ergologia, em toda a atividade e, portanto, em toda a atividade de trabalho, coloca-se em prática um saber pessoal para preencher e gerir a distância prescrita/real. Esse saber é o resultado da história individual de cada um, sempre singular, ou seja, adquirida da própria experiência profissional e de outras experiências (social, familiar, cultural, esportiva etc.) que remetem a valores e à educação – em resumo, à própria personalidade de cada um.

Conforme Trinquet (2010, p. 100), “esse saber investido – que é um verdadeiro saber – é complementar do saber constituído. Eles constituem os dois lados de toda a atividade de trabalho, sua unidade dialética”. Mesmo assim, Trinquet (2010, p. 100-101) aponta que o saber constitutivo, por mais importante e primordial que seja, “não é capaz de sozinho explicar o que acontece no trabalho tal como ele é exercido na situação real”, mas apenas “é suficiente para explicar o trabalho tal como é prescrito, antes de sua realização”.

Sobre esse aspecto, o que contribui para gerir e preencher a distância entre o trabalho prescrito e o real é o saber investido. Esse saber, de acordo com Trinquet (2010, p. 101), é “adquirido em todas as atividades e/ou experiências”, remetendo à “especificidade da competência adquirida na experiência da gestão de toda a atividade de trabalho” (TRINQUET, 2010, p. 101). Ainda, esse saber, de acordo com o teórico, está em aderência com a atividade, enquanto o saber constitutivo/acadêmico está em desaderência com a atividade do aqui e agora. Segundo Schwartz (2010a, p. 44), os saberes investidos

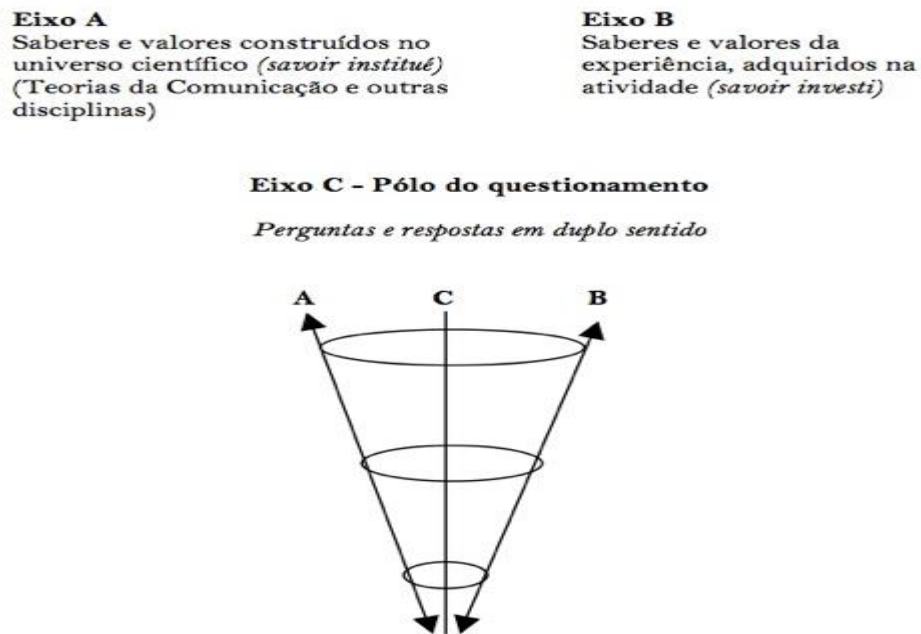
[...] ocorrem em aderência, em capilaridade com a gestão de todas as situações de trabalho, elas mesmas adquiridas nas trajetórias individuais e coletivas singulares, contrariamente aos saberes acadêmicos, formais que, são desinvestidos, ou seja, que podem ser definidos e relacionados com outros conceitos independentemente das situações particulares.

Nesse contexto, conforme Hinz (2016, p. 45), “ao refletir sobre seu trabalho e mobilizar conceitos acerca de sua atividade profissional, o trabalhador pode compreendê-la melhor, pois através dessa mobilização passa a entender como se insere nas atividades e na sociedade”. Dessa forma, “os saberes produzidos antecipam a atividade, e ao mesmo tempo, a atividade

antecipa saberes que ainda não foram produzidos, que deveriam ser produzidos” (SCHWARTZ, 2010c, p. 147).

Esses saberes investidos levam ao dispositivo criado por Schwartz, Duc e Durrive (2010), denominado de “Dispositivo Dinâmico de Três Polos” (DD3P)¹¹, que está ilustrado na Figura 3.

Figura 3 – O Dispositivo Dinâmico de Três Polos



Fonte: Schwartz, Duc e Durrive (2010, p. 269)

Nessa Figura 3, revelam-se dois tipos de saberes que a Ergologia busca esclarecer: o polo dos saberes constituídos e o polo dos saberes investidos. O primeiro se refere a todos os conceitos, às competências e aos conhecimentos disciplinares acadêmicos e/ou profissionais; ou seja, todos os saberes que são necessários, mas exteriores e anteriores à situação de trabalho estudada, ou, ainda, saberes que estão em desaderência com a atividade estudada. São, portanto, esses saberes que, essencialmente, permitem elaborar o trabalho prescrito.

Já o polo dos saberes investidos na atividade diz respeito “à experiência prática e recriadora de saberes através dos debates de normas que, no instante em que são conhecidos, jamais podem ser apreciados e controlados pelos saberes constituídos” (TRINQUET, 2010, p. 103). Segundo Durrive e Schwartz (2008, p. 385), em *Glossário de Ergologia*, esses dois

¹¹ O Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P) “é um dispositivo de trabalho cooperativo, de formação” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007, p. 266).

saberes (investidos e constituídos) estão “engajados numa situação singular, histórica, não padronizada, das situações de vida e de trabalho”.

O terceiro polo, portanto, será o lugar onde as normas antecedentes serão renormalizadas. Conforme Trinquet (2010, p. 103), “é indispensável criar um lugar onde todos os interlocutores possam definir e elaborar as disposições e os meios para que a busca de soluções seja possível”. Sobre a noção de meio na reflexão de Canguilhem (1952, p. 191, tradução nossa) afirma que “[...] o meio próprio do humano é o mundo da percepção, quer dizer, o campo da sua experiência pragmática onde suas ações, orientadas e regradas por valores imanescentes a tendências, desconstruem objetos, situando-os uns em relação aos outros e todos em relação a si mesmo¹²”.

Esse polo, conforme Schwartz (2016, p. 226), é “aquele que indica as condições humanas e sociais de funcionamento correto do trabalho entre os dois polos. Há duas maneiras de definir esse terceiro polo: o polo dos valores epistemológicos e éticos”. A primeira maneira para defini-lo é reconhecer o valor dos dois tipos de saberes, investidos e constituídos, que foram os polos um e dois, pois cada um desses tem valores operantes. A segunda maneira é perceber que o polo três é “um mundo comum a ser construído” (SCHWARTZ, 2016, p. 226). Nesse sentido, os conceitos de normas e normas antecedentes se tornam importantes para compreender o funcionamento do DD3P¹³ e o pensamento ergológico.

Relacionando ao objeto de estudo deste trabalho de tese, o discurso sobre o trabalho doméstico, tomando como dispositivo o DD3P proposto por Schwartz (2016), percebo um embate entre os saberes constituídos compostos pelas normas antecedentes, tanto na execução das tarefas quanto externas a elas, e os saberes investidos pela experiência da trabalhadora, quando colocados em uma cena discursiva apresentarão o polo do questionamento, no qual as normas serão deslocadas e renormalizadas conforme o uso do corpo si.

Conforme Souza-e-Silva (2014, p. 286), o uso das normas no ambiente laboral, ou mesmo em sociedade, torna-se necessário já que

É uma conquista de toda a sociedade humana, mas ela comporta também um risco, aquele de ser considerada como um fim em si, como um poder de antecipação absoluto, como uma tentativa de simplificar a atividade humana, ou seja, de prepará-la de tal forma pelos outros de modo que os trabalhadores, aqueles que teriam que executá-la, não teriam de pensar.

¹² No original: “*Le milieu propre de l’homme c’est le monde de sa perception, c’est-à-dire le champ de son expérience pragmatique où ses actions, orientées et réglées par les valeurs immanentes aux tendances, découpent des objets qualifiés, les situent les uns par rapport aux autres e tous par rapport à lui*”.

Diante disso, as normas regulam a atividade, mas não devem ter um fim em si mesmas, apesar dos discursos de muitos gestores que apelam para “apenas fazer o predeterminado”. Sendo assim, quando as situações de trabalho inesperadas acontecem, espera-se que o indivíduo utilize seu conjunto de valores, isto é, seus recursos pessoais, para solucionar a demanda que extrapolou as normas. Por isso, há sempre a tendência à renormalização – é um fato universal. Como afirma Schwartz (2011, p. 138-139), “a necessidade de recriar normas, de renormalizar [...] para a saúde de cada humano no trabalho, reforça a impossível estandardização do agir”.

As normas antecedentes “enquadram, antecipam, predeterminam as atividades a serem realizadas e apresentam-se como uma combinação inextricável de conquistas e riscos, tanto facilitadoras como opressoras da vida social”. (SCHWARTZ, 2011, p. 135-136). Então, elas são imprescindíveis à vida social e laboral, pois organizam as hierarquias, as funções e as atividades. Contudo, o ato de somente seguir as normas pode ser opressor, limitador da identidade individual e impossível de ser feito.

Então, os empregados realizam suas atividades a partir de ordens e procedimentos dos quais não são autores, que são prescritos a ele, e a sua atividade seria a realização dessas tarefas. Porém, não há uma relação direta entre essas duas dimensões, ou seja, existem muitas lacunas entre o que é prescrito e o real. Conforme Bavaresco e Freitas (2021, p. 121-122), “essa dimensão invisível do trabalho envolve debates e escolhas, e está sempre em reconstrução, pois à medida que as decisões, mesmo que parcialmente antecipáveis, ‘escapam’ do previsto nos obrigam a renormalizar e recriar algo novo”. Assim, “este quadro se amplia ainda mais e nos faz presenciar uma corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, que foi dominante ao longo do século XX, de matriz taylorista fordista”. (ANTUNES, 2011, p. 406).

Nesse contexto, a Ergologia propõe os conceitos de normas antecedentes e renormalizações, buscando a análise e a transformação das situações de trabalho. Para isso, o conceito de trabalho utilizado se relaciona diretamente com o de atividade industrial, que envolve sempre um debate de normas.

Entender esse processo é importante para a realização das atividades e para a análise da distância entre as normas e as situações reais do trabalho, como no caso do trabalho doméstico. Em Ergonomia da Atividade, a distinção se estabelece entre o “prescrito” e o “real”. Na Ergologia, “o princípio epistemológico central na produção de saber sobre a atividade humana reside na dialética entre a norma antecedente e a renormalização”. (NOUROUDINE, 2011, p. 79). Sendo assim, “face a essas normas, nós não escapamos jamais à exigência de renormalizar:

para dizer essas renormalizações, nós necessitamos das palavras, mas as palavras desconectadas desses momentos da história nos reduzem e nos encerram”. (SCHWARTZ, 2016, p. 256).

Nesse embate entre as normas prescritas e as renormalizações, durante a atividade de trabalho, temos uma pessoa, como menciona Schwartz (2014, p. 260): “uma singularidade viva no tratamento de situações a viver”. Essa entidade – isto é, esse corpo-si – faz uso de si por outros quando interpelada pelas normas prescritas, e faz uso de si por si quando as renormaliza em demandas especificadas e incontornáveis. Schwartz (2014, p. 260) pontua: “nenhuma atividade industriosa humana [...] poderia estar desprovida deste último”, logo a atividade laboral está intrinsecamente relacionada ao uso do corpo-si e às ações do ser humano.

Essa situação de tensão sobre o indivíduo traz benefício para o meio, pois, conforme Selch (2020, p. 71), “possibilita retirá-lo do anonimato, buscando nele fazer valer os valores e as normas do indivíduo, sua interação com a ambiência imprime uma característica individual e pessoal que expressa a aproximação de sua concepção de valores”.

É diante disso, com base no tensionamento provocado ao sujeito pelo debate de normas, que Schwartz (2016, p. 460), ao observar os exemplos dos ergonomistas em suas pesquisas, percebe uma “distância entre trabalho prescrito e trabalho real, [...] nos perguntávamos sobre o que acontecia ‘entre’ os dois”. Ou seja, há “algo entre o corpo e a alma, entre o consciente e o inconsciente, o biológico e o cultural, essa coisa muito enigmática nos conduziu à necessidade de desenvolver o conceito de atividade” (SCHWARTZ, 2016, p. 460), um fazer industrioso que comporta um sujeito.

O termo “uso de si” é mencionado por Schwartz (2010b, p. 460), no texto *Trabalho e uso de si*, para transmitir a ideia de que, mesmo em uma situação como no “trabalho em linhas de montagem, existe atividade, transgressão, ‘renormalização’ das normas”. Ainda, sobre o uso de si por si, Schwartz (2016, p. 460), ao perceber que o trabalhador renormaliza as normas antecedentes, afirma: “podemos então falar que, no trabalho, o uso de si envolve o ‘uso de si pelos outros’ e o ‘uso de si por si mesmo’, e aqui a elaboração ergológica e a elaboração filosófica vão extrapolar, generalizar, para além do trabalho assalariado, do trabalho mercantil”.

Nesse ponto de vista, em que se supõe que as normas não antecipam tudo, que trabalhar é arriscar e fazer “uso de si” e que não há outro jeito, sempre é necessário fazer escolhas (SCHWARTZ, 2010b). Essas escolhas, conforme a abordagem ergológica, dizem respeito ao risco para suprir o “vazio de normas”, antecipando soluções possíveis, mas, ao mesmo tempo, para escolher a si mesmo, assumindo as consequências dessas escolhas. Esse movimento do sujeito frente à atividade de trabalho Schwartz (2010b, p. 191) chama de “dramática do uso de

si”, em que, além de escolhermos por nós mesmos, também escolhemos com quem iremos trabalhar, isto é, “engajamos os outros com os quais trabalhamos”.

Essa dimensão invisível do trabalho envolve debates e escolhas e está sempre em reconstrução, pois, à medida que as decisões, mesmo que parcialmente antecipáveis, “escapam” do previsto, elas nos obrigam a renormalizar e recriar algo novo. A partir disso, pode-se caracterizar toda atividade humana como um nó de debates entre normas antecedentes e tentativas de “renormalização” na relação com o meio. Como afirma Schwartz (2011, p. 34), todo trabalho possui “debates frequentemente invisíveis, sustentados em primeiro lugar sobre as normas operatórias, mas sem descontinuidade com as normas de vida que todo meio histórico veicula como misto de valores consensuais e valores contraditórios”. Logo, todo trabalho comporta uma parte invisível e irredutivelmente enigmática desse fazer, que pode estar associada à dramática do uso de si pelos outros e por si mesmo através do uso do corpo-si.

A entidade corpo-si, assim denominada por Schwartz (2014), transgride as fronteiras entre o biológico e o histórico, mesmo que comporte a busca pela saúde física e mental ou, ainda, a conversação de suas memórias. Isso quer dizer que esse corpo-si traz um tríplice ancoragem, de acordo com Schwartz (2014, p. 264, grifo nosso):

- **biológica:** esse corpo dado no nascimento, com suas potencialidades e seus limites, traz uma busca de saúde ainda genérica e indeterminada;
- **histórica:** mediante o debate de normas (por si/por outros) que constituem a própria instância dessas dramáticas e só adquirem sentido num momento particular da história;
- **singular:** na experiência de vida de cada pessoa, cuja negociação de dramáticas próprias opera como agir de um corpo físico pessoal, um corpo desejanste, em permanente tentativa de “composição” e de apropriação desse seu suporte de vida, a fim de responder aos encontros e provas. É no cerne desse corpo-si singular que se infiltra a relação variável de cada um com o “mundo de valores” que vai além dele, mais ou menos, a depender da pessoa.

Dessa maneira, a dramática dos usos de si por si e pelos outros, ancorada na biologia, na história e na singularidade de cada sujeito, irá renormalizar as normas antecedentes. Conforme Schwartz (2016, p. 228), “a singularidade de nosso corpo-si é sempre uma história contínua a sua própria história e uma figura de singularidade, desde que cada renormalização tenha uma dimensão singular, um corpo-si que é a sedimentação de todas as renormalizações como uma figura de singularidade”.

Sendo assim, há muitas dimensões que singularizam essas renormalizações no corpo-si, exatamente onde reside a singularidade de cada indivíduo. Como afirma Hinz (2016, p. 44), são as renormalizações que “marcam a singularidade do sujeito e da atividade, já que os valores,

experiências e saberes de cada um influenciam o modo de ressingularizar e fazer adaptações a partir das normas existentes”.

Nesse sentido, compreendo que cada indivíduo age de forma única sobre o seu fazer industrial, pois, segundo Freitas (2010, p. 176), “o sujeito mobiliza seu saber-fazer, seus valores, seus afetos, enfim, sua singularidade”. Cada vez que entram em funcionamento as normas antecedentes e os saberes investidos e constituídos, o sujeito vive as dramáticas do uso de si por si e pelos outros.

Na atividade de trabalho, o sujeito possui a linguagem como constitutiva e como ferramenta, visto que, conforme Faïta (2010, p. 180), a linguagem é inseparável das atividades ou, ainda, “a linguagem é uma atividade”, que “permite agir sobre o outro e sobre nós mesmos”, pois “é por meio da linguagem que cada um de nós vai, por exemplo, mobilizar ou remobilizar, segundo as circunstâncias, os saberes que detém, quer se trate de saberes teóricos ou empíricos”.

Dessa forma, por entender a linguagem como atividade e, ainda mais, como indissociável das atividades de trabalho, a próxima seção traz uma reflexão sobre a linguagem na abordagem ergológica.

3.2 A ABORDAGEM ERGOLÓGICA: A LINGUAGEM EM SITUAÇÃO DE TRABALHO

A abordagem ergológica se baseia na ideia de que toda atividade de trabalho é complexa, porque envolve inevitavelmente o encontro do ser humano, um sujeito inacabado em constante construção, com as variáveis de uma situação impossível de ser totalmente antecipada; logo, toda atividade é “aplicação de um protocolo e experiência ou encontro de encontros” (SCHWARTZ, 2010a, p. 42).

Assim, Yves Schwartz (2016) define que a Ergologia não é uma disciplina, e sim uma abordagem multidisciplinar, devido à complexa e multifacetada atividade humana. O teórico discute o conceito de Ergologia como uma abordagem, visto que

[...] nunca a definimos como uma disciplina científica. Mas o que é a Ergologia? Adotamos o termo, ou a expressão, em português, abordagem como uma maneira de afirmar que não é uma nova disciplina, é uma postura, uma abordagem que requer outras, todas outras disciplinas, notadamente as das Ciências Humanas, sempre em uma situação de discussão com elas às vezes de crítica, numa dimensão de uso e de polêmica com essas disciplinas. Alguns pensam que é uma disciplina, uma ciência, que é filosofia, por exemplo. Prefiro falar de abordagem. O que é verdade na sua pergunta é que a Ergologia tem necessidade de interface com outras disciplinas das Ciências Humanas e, notadamente, das Ciências da Linguagem. (SCHWARTZ, 2016, p. 230-231).

Nesse sentido, a Ergologia é uma abordagem que, ao convocar diferentes disciplinas para tratar da atividade humana, como Filosofia, Linguística e Ergonomia da Atividade, revela a importância da linguagem para o estudo da complexidade da atividade humana de trabalho. Segundo Trinquet (2010, p. 95), a Ergologia constitui um avanço nas ciências humanas, pois “consiste em um estudo de toda a atividade humana” e se contrapõe a uma visão mecanicista de trabalho.

Essa abordagem se funda, portanto, no estudo do trabalho como atividade humana, e a sua análise é feita a partir do ponto de vista daquele que trabalha.

Na Ergologia, portanto, a análise é feita tanto quanto possível “do ponto de vista daquele que trabalha” e se constitui no intuito de investigar o permanente debate de normas e de valores que renovam indefinidamente a atividade humana, concentrando-se sobre a relação que a pessoa estabelece com o meio no qual está engajada. (DURRIVE; JACQUES, 2010, p. 295).

Desse modo, as pesquisas sobre o trabalho ganham novas perspectivas e, interdisciplinarmente, Schwartz (2010a, p. 30) investe em uma abordagem que busca compreender as relações de trabalho através da linguagem, isto é, a Ergologia, definida como “aprendizagem permanente dos debates de normas e de valores que renovam indefinidamente a atividade”.

A abordagem ergológica questiona uma sociedade marcada por velhos e por novos agravantes da crise do trabalho. De acordo com Soares Terceiro (2017, p. 42), essa área se propõe a desvelar “um tempo em que se prega a austeridade como forma de sobrevivência estatal e que conduz à precarização das relações de trabalho e adoecimentos”, o que leva a questionamentos sobre o lugar das formas de resistência, de transgressão e de reinvenção dos espaços laborais.

Nessa apropriação, a linguagem para compreender a atividade de trabalho se torna um “elemento essencial na construção da ação e da significação, na afirmação das identidades profissionais, no planejamento, na coordenação, na negociação das atividades e das tomadas de decisão” (FAÏTA, 2002, p. 47). Sob o ponto de vista da Filosofia, Nouroudine (2002) aponta a relação entre linguagem e trabalho sob três modalidades: linguagem sobre o trabalho, linguagem no trabalho e linguagem como trabalho.

A linguagem sobre o trabalho possui uma dupla complexidade, a qual o constitui ao estar organizado de forma a conciliar a saúde dos atores do trabalho com a eficácia do produto do trabalho. Essa complexidade também constitui a linguagem, que pode ser diferenciada por meio de dois níveis:

- a) gestos, falas que o protagonista utiliza ao se dirigir a seus colegas envolvidos em uma atividade executada coletivamente;
- b) as falas que o protagonista do trabalho dirige a si próprio para acompanhar e orientar seus próprios gestos no momento mesmo em que trabalha. (NOUROUDINE, 2002, p. 20).

Junto a esses dois níveis, um terceiro nos parece necessário: o mínimo dialógico (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009). Esse terceiro nível da linguagem como trabalho se difere por suas situações e modos de expressão, já que, enquanto no segundo nível a fala irá acompanhar o fazer por um recurso às palavras relativamente explícitas, nesse terceiro o “mínimo dialógico” expressa um pensamento ou um julgamento simultâneo ao fazer, sem necessariamente passar pelo recurso à palavra. Esse processo com os três níveis, os gestos, as falas dirigidas ao colega de trabalho, tanto as falas dirigidas a si mesmo para orientar seu trabalho, quanto o nível dialógico da linguagem como trabalho constituirão “cenas enunciativas”, um quadro cênico em uma “cenografia”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 123).

Ainda, de acordo com Nouroudine (2002), quando a linguagem é ela própria o trabalho, ~~ela~~ se reveste de três dimensões. A linguagem é econômica, visto que é utilizada para gerir o tempo de trabalho – por exemplo, quando os funcionários são instruídos a não conversarem, para trabalhar mais rapidamente e não perder tempo. Ainda, ela é social, pois, no sentido bakhtiniano da interação verbal, “o enunciado é construído entre duas pessoas socialmente organizadas”. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 71). Sendo assim, de acordo com Nouroudine (2002, p. 21), é a “interação entre o locutor e o interlocutor que torna a linguagem fundamentalmente social, integrando, ao mesmo tempo, a coesão e o conflito”. Portanto, essa interação discursiva revelará as dramáticas do corpo-si, conceito exposto por Schwartz (2016) que neste estudo ergodiscursivo realizarei uma aproximação com o conceito de ethos proposto por Maingueneau (2020), já que a noção de ethos faz compreender que “a legitimação dos discursos não passa somente pela articulação dos conteúdos, mas inclui também uma certa corporalidade do enunciadador”. (SCHWARTZ, 2016, p. 259).

No entanto, conforme Nouroudine (2002, p. 22), nem toda linguagem será “linguagem como trabalho”, uma vez que “existe no trabalho uma parcela de linguagem que não participa diretamente da atividade específica por meio da qual um operador ou um determinado coletivo concretiza sua intenção de trabalho, manifestando-se como ‘corpo-si’”. Nessa perspectiva, ainda que a linguagem no trabalho também seja uma linguagem como trabalho, a diferença entre a atividade e a situação permitirá distinguir os lugares e as funções da linguagem como trabalho e os da linguagem no trabalho.

A linguagem como trabalho é expressa pelo ator e/ou coletivo dentro da atividade, em tempo e lugares reais, enquanto a linguagem no trabalho é uma das realidades constitutivas da situação de trabalho global na qual se desenrola a atividade (NOUROUDINE, 2002). Então, “os constituintes da situação de trabalho podem ir do mais próximo ao mais distanciado da atividade, nutrindo-se de dimensões social, econômica, jurídica, artística etc.” (NOUROUDINE, 2002, p. 23). Na pesquisa sobre o trabalho, segundo Nouroudine (2002, p. 24), “a situação de trabalho irá englobar tanto o ambiente da atividade, as condições objetivas nas quais ela exerce, quanto as coerções de toda ordem que pesam sobre os atores (crenças, falas, emoções)”.

Desse modo, a interação entre os elementos materiais e simbólicos da situação de trabalho, a partir de um centro de referência, que é o sujeito individual/coletivo, atribui à linguagem um “papel privilegiado no processo de representação e de discriminação dos fatores pertinentes a um momento determinado para realizar o trabalho com eficiência e segurança”. (NOUROUDINE, 2002, p. 24). Por exemplo, falar de futebol na situação de trabalho pode ser benéfico à realização da atividade em curso, mas criará uma variabilidade nos elementos dessa situação. Então, a linguagem como trabalho corresponde ao que é constitutivo da atividade, enquanto a linguagem no trabalho se refere ao que é constitutivo da situação para compreender o trabalho. Uma análise dos dois paralelos é necessária para produzir saberes sobre o trabalho.

Nesse aspecto, incide uma ideia de exterior/interior. A linguagem sobre o trabalho é motivada por seu interior, por exigências da equipe ou da empresa, para comentar ou avaliar esse trabalho, por exemplo. Esse aspecto da linguagem está imbricado na linguagem no trabalho e como trabalho. De acordo com Nouroudine (2002, p. 26),

partindo do pressuposto da existência de uma linguagem que faz (como trabalho), uma linguagem circundante (no trabalho) e uma linguagem que interpreta (sobre o trabalho), conduzir uma análise tendo em mente essas distinções se faz mais adequada para conhecer a ação sobre o trabalho.

Neste estudo, emprego os conceitos de linguagem no trabalho e sobre o trabalho, por compreender que, de acordo com Faïta (2002, p. 51), a fala no trabalho e a sobre o trabalho “são marcadas, tanto uma quanto a outra, pela relação que mantêm com a ação [...] a competência e os saberes dos sujeitos nos parecem incorporados simultaneamente às maneiras de dizer e às maneiras de agir orientadas a um objetivo comum”. No entanto, existe, no trabalho, uma parcela de linguagem que não participa diretamente da atividade específica, por meio da qual um operador ou um determinado coletivo concretiza uma intenção de trabalho.

Com isso, a linguagem no trabalho, que possui esse papel privilegiado no processo de representação, constitui a situação global, possuindo, também, uma necessidade de análise, no sentido de produzir saberes sobre o trabalho e sobre o sujeito por meio do qual a atividade atravessa. Nesse contexto, o sujeito da Ergologia reconfigura o trabalho e as normas, de acordo com as necessidades impressas no momento.

A linguagem sobre o trabalho pode dar visibilidade ao trabalho doméstico, além de demonstrar o engajamento das subjetividades na execução de uma atividade que invade a intimidade dos lares. Por isso, conforme Faïta (2002, p. 51), a fala no trabalho e a fala sobre o trabalho “são marcadas, tanto uma quanto a outra, pela relação que mantêm com a ação [...]. A competência e os saberes dos sujeitos nos parecem incorporados simultaneamente às maneiras de dizer e às maneiras de agir orientadas a um objetivo comum”.

Desse modo, uma aproximação entre os estudos ergológicos de Schwartz (2010a) e os enunciativo-discursivos de Maingueneau (2008a; 2008b; 2010; 2015) permite analisar o processo interativo no ambiente laboral, remetendo a uma forma de construção de si mesmo. A partir desta revisão teórica em torno da abordagem ergológica, torna-se necessário, por fins metodológicos e analíticos, desenvolver um exame analítico que eleve a compreensão dos princípios da teoria enunciativo-discursiva, de cunho sócio-histórico, de Maingueneau (2008a; 2008b; 2010, 2020), sendo essa a temática abordada no próximo capítulo.

4 A TEORIA ENUNCIATIVO-DISCURSIVA SÓCIO-HISTÓRICA DE MAINGUENEAU

na verdade, a enunciação se manifesta como dispositivo de legitimação do espaço de sua própria enunciação, a articulação de um texto e uma maneira de se inscrever no universo social.
(Dominique Maingueneau).

Este capítulo apresenta um breve percurso histórico sobre a Análise do Discurso para delimitar, além dos pensadores fundadores dessa teoria, o campo de saber em questão.

Há, na história dos estudos dos textos, várias correntes teóricas dedicadas a compreender e descrever os fenômenos da língua, do sentido e dos saberes demandados para a construção de um texto. No entanto, foi nos anos 1960 que surgiu um novo campo de pesquisa, que se desenvolveu com o nome de “análise do discurso” ou, conforme Maingueneau (2015, p. 9), “estudos do discurso”.

Dessa forma, Maingueneau (2015, p. 15) aponta que o

[...] termo análise do discurso foi introduzido pelo linguista distribucionalista Zellig S. Harris (1909-1992), em um artigo intitulado exatamente “*Discourse Analysis*” (HARRIS, 1952), no qual “discurso” designava uma unidade linguística constituída de frases; de um texto, portanto.

Assim, como Harris (1952) tinha seus estudos baseados na perspectiva estruturalista, empregava o termo “análise” como uma decomposição dos fenômenos da língua.

A partir dos anos 1980, o campo de pesquisa se ampliou e integrou correntes teóricas que tinham se desenvolvido independentes umas das outras. Como aborda Maingueneau (2015, p. 17), nos Estados Unidos, “o estudo do discurso foi alimentado por correntes muito diversas”, como as de Hymes (1927-2009) e Gumperz (1922-1982), com estudos próximos da antropologia e da etnometodologia, Garfinkel (1917-2011), que se referia a uma teoria sociológica, e Sacks (1935-1975), aplicando o método de análise das interações orais. Em seguida, os estudos do discurso foram enriquecidos com os postulados das teorias pós-estruturalistas das ciências políticas, com Michel Foucault e estudos de gênero de Judith Butler.

Ao mesmo tempo, a França se tornava um dos principais lugares de desenvolvimento da Análise do Discurso, onde ela foi definida sob esse nome como uma área teórica e com uma metodologia específica, apoiando-se no estruturalismo que estava em seu auge em 1966. Nesse contexto, “em 1969, a revista de linguística *Langages* dedica um número especial a um campo

novo, chamado de ‘análise do discurso’”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 18). No mesmo ano, Michel Pêcheux publica *Análise Automática do Discurso*, e Foucault *Arqueologia do Saber*.

Nesse contexto, em Paris, em 1969, surgem muitas visões diferentes da Análise do Discurso. Maingueneau (2015, p. 20) distingue “os casos de Pêcheux e Foucault, dois filósofos cujas contribuições deviam mais daquilo que hoje se chama ‘teoria do discurso’, e o caso do linguista J. Dubois, que se ancora nas ciências da linguagem”. Assim, a Análise do Discurso francesa mescla essas três áreas e, então, incorpora conceitos advindos da enunciação, da Pragmática e da Linguística Textual, “destaco os trabalhos de Patrick Charaudeau (1983-1997) sobre as mídias, de Sophie Moirand sobre o discurso científico e a imprensa escrita, bem como os meus sobre o discurso religioso – mais especificamente, *Gênese dos Discursos e Discurso Literário*”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 20-21)

Diante disso, a diversidade do campo da Análise do Discurso encontra a mesma problemática, no que diz respeito à noção de discurso utilizada em acepções diferentes, de acordo com a corrente teórica na qual se inscreve. Na perspectiva da escola francesa de Análise do Discurso, conforme Maingueneau (2008a, p. 15), o discurso é compreendido como um conjunto de formações discursivas inscrito na história, que possui um “espaço de regularidades enunciativas”. Nessa relação, a língua se constitui como pressuposto por todas as condições de produção, em um dado momento histórico, e se torna a possibilidade de um discurso.

O objeto de estudo dessa corrente teórica é o texto visto discursivamente, ou seja, em funcionamento e em sua materialidade linguística como discurso. A diferença fundamental que há entre analisar uma materialidade linguística enquanto texto ou concebê-la enquanto discurso está em compreender que o texto se trata de um objeto linguístico-histórico e o discurso, como afirma Maingueneau (2015, p. 25), ativa um “conjunto de ideias-força”, já que ele pode ser uma organização além da frase, uma forma de ação, uma atividade verbal interativa, uma entidade contextualizada que é assumida por um sujeito e regida por normas. Também, só adquire sentido no “interior de um imenso interdiscurso e constrói socialmente o sentido”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 28).

Nessa abordagem, não há o risco de compreender os objetos como integralmente linguísticos ou integralmente históricos. De acordo com Maingueneau (2008a, p. 16), “[...] as unidades do discurso constituem, com efeito, sistemas, sistemas significantes, enunciados, e, nesse sentido têm a ver com uma semiótica textual; mas eles também têm a ver com a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas manifestam”.

Dessa forma, o estudo do funcionamento textual não deve ser pautado basicamente em sua textualidade (argumentação e coesão) ou, ao contrário, privilegiar o aspecto histórico,

dedicando menor atenção à textualidade, abordando os discursos com uma vertente da psicanálise e abrindo possibilidade para a interpretação dos objetos analisados. Segundo Maingueneau (2008a, p. 17), a teoria enunciativo-discursiva, de cunho sócio-histórico, pauta-se no lugar em que as duas instâncias se articulam, tanto a inscrição histórica quanto o funcionamento discursivo, “procurando pensar as condições de uma ‘enunciabilidade’ passível de ser historicamente circunscrita”.

Portanto, a proposta enunciativo-discursiva se distancia do estruturalismo¹⁴ e propõe uma “autarquia” dos discursos, isto é, um poder absoluto dessa entidade “considerada sob o duplo ponto de vista de sua gênese e de sua relação com o interdiscurso”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 17). Desse modo, por compreender que o discurso tem, em sua gênese, a relação interdiscursiva, na próxima seção discuto o conceito de primado do interdiscurso.

4.1 O ESPAÇO DISCURSIVO DO TRABALHO DOMÉSTICO: A DUALIDADE DO DISCURSO NAS RELAÇÕES INTERDISCURSIVAS

A heterogeneidade enunciativa tratada pelos linguistas é distinguida por meio de duas formas: a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva¹⁵. Na primeira, é possível apreender sequências delimitadas que mostram a alteridade, como o discurso citado ou as palavras entre aspas. Já na segunda, os enunciados dos outros estão ligados ao texto, de uma maneira intrínseca que não podem ser apreendidos por uma abordagem simples do aparelho linguístico. Sendo assim, a hipótese do primado do interdiscurso se inscreve na perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, na relação do Mesmo do discurso com seu Outro.

O conceito de Outro atravessa todo um campo de pesquisas; na psicanálise lacaniana ou nas teorias da enunciação, essa noção e seu caráter polifônico¹⁶ contribuem para construir a

¹⁴ Corrente teórica da Linguística, baseada nos princípios do *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure de 1916 (SAUSSURE, 1999), que se desenvolveu na Europa e nos Estados Unidos da América a partir dos anos 1930 do século XX.

¹⁵ O conceito de heterogeneidade diz respeito à presença do “outro” em determinado discurso. No caso da heterogeneidade constitutiva, a presença do outro não é óbvia e não deixa marcas visíveis. No espaço discursivo, a fala do outro não é localizável, mas também não é possível dizer que “ele” não está lá, já que, segundo os estudiosos da Análise do Discurso, todo e qualquer enunciado possui um caráter dialógico. A heterogeneidade constitutiva se encontra no interdiscurso, não está na superfície e também pode ser chamada de “discurso indireto”. Esse conceito foi abordado por Authier-Revuz (1990) em *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)* e por Maingueneau (1997) em *Novas tendências em análise de discurso*.

¹⁶ Bakhtin (2009) desenvolve o conceito de polifonia em *Problemas da Poética de Dostoiévski* (PPD). Segundo o autor, é característica do romance ser plurivocal. Estudando Dostoiévski, Bakhtin observou que o seu discurso romanesco não é apenas plurivocal – há algo mais além dessa plurivocidade: as vozes dos personagens apresentam uma independência excepcional na estrutura da obra. Ducrot (1987), no *Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação*, tem a noção expandida para as teorias da enunciação, em que vai distinguir, em um enunciado, além

ideia de descentramento do sujeito de enunciação, ao levar em conta que o sujeito é constituído por outras vozes, outros pontos de vista em suas relações com outros sujeitos. Dessa forma, as pesquisas precursoras do Círculo de Bakhtin fazem da relação com o outro o fundamento da discursividade. Porém, conforme Maingueneau (2008a, p. 34), apesar de a perspectiva discursiva se situar na mesma linha de Bakhtin e de uma heterogeneidade constitutiva, “é proposto um quadro metodológico e um domínio de validade mais preciso”.

Diante dessa proposta de um domínio de validade mais preciso que o exposto por Bakhtin (2009), Authier-Revuz (1990) e Maingueneau (2008a) propõe que o termo “interdiscurso” seja substituído por uma tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Esse teórico chama de “universo discursivo” “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada”. (MAINGUENEAU, 2008a, p.34)

Neste estudo, o campo discursivo é “o conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 34), entendidas de maneira mais ampla, como um confronto de ideias de um discurso que possui a mesma função social. Assim sendo, nesta pesquisa, está presente a concorrência entre os discursos dos sujeitos que executam o trabalho e os discursos daqueles que constituem as normas e regem a execução do trabalho doméstico, ou seja, as falas da relação entre empregador e empregado.

Maingueneau (2008a, p. 34) informa que “é no interior do campo discursivo que se constitui um discurso, e levantamos a hipótese de que essa constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes”. Logo, o analista é conduzido a isolar o espaço discursivo, que, segundo Maingueneau (2008a, p. 35), são “conjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito, julga relevante pôr em relação” e são “resultado direto de hipóteses fundadas sobre o conhecimento dos textos e um saber histórico”. Dessa maneira, o espaço discursivo que construo nesta pesquisa é de que a fala das empregadas domésticas sobre seu fazer no trabalho é posto em relação aos discursos que circulam no imaginário social de um trabalho que não possui garantias ou direitos por sua origem na servidão e sua execução realizada majoritariamente por mulheres.

Nesse contexto, as formações discursivas são pensadas em consonância com as outras, mas o Outro não é visto como um fragmento localizável, já que “ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 37).

do sujeito falante, autor efetivo do enunciado (ser empírico), o locutor (ser do discurso) e o enunciador, o sujeito dos atos locutórios.

Diante dessas noções de universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo, Maingueneau (2008a) propõe uma ordem de sucessão de sete planos em uma semântica global, os quais ilustram a variedade das dimensões abarcada pela perspectiva da semântica global, que visa, dessa forma, delimitar as relações dos discursos anteriores do mesmo campo. Sobre esse conjunto de planos, discorro na próxima seção.

4.2 UMA SEMÂNTICA GLOBAL: COMPREENDENDO O DISCURSO COMO UMA PRÁTICA

O conceito de semântica global foi proposto por Maingueneau (2008a), em seu livro *Gênese dos Discursos*, destacando sete planos enunciativos – a intertextualidade, o vocabulário, os temas, o estatuto do enunciador e do destinatário, a dêixis enunciativa, o modo de enunciação e o modo de coesão –, que se integram e se entrelaçam para a formação de uma semântica. O teórico apresenta esses sete planos enunciativos como ilustradores de uma “variedade das dimensões abarcadas pela perspectiva de uma semântica global” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 77), mas sem constituir um modelo genérico, possibilitando ao analista isolar ou repartir as divisões propostas.

O primeiro plano apresentado pelo autor é a intertextualidade, entendida “como o conjunto de fragmentos efetivamente citados por um discurso”. (SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2009, p. 10). Esse plano difere da interdiscursividade, pois deixa marcas na materialidade linguística, percebíveis pelo analista como intertextualidade externa – quando somos capazes de localizar as referências a um outro discurso. A respeito disso, posso exemplificar a intertextualidade externa com o fenômeno da internet conhecido como “*meme*”¹⁷, no qual um autor usa como referência um texto, uma fala ou uma situação conhecida pelos usuários da internet, reformulando-a com a situação ocorrida, no momento atual, para criar humor, riso e identificação.

Esse fenômeno só alcança seu objetivo porque os leitores conhecem o texto base, a fala primeira ou a situação de onde advém esse discurso. Há, portanto, nos discursos, um sistema de restrições que delimita a filiação de um discurso recusando outros – isso significa que, em um determinado campo, há restrições partilhadas pelos diversos membros. Assim, conforme

¹⁷ *Meme* é um termo grego que significa imitação. O termo é bastante conhecido e utilizado no “mundo da internet”, referindo-se ao fenômeno de “viralização” de uma informação, ou seja, qualquer vídeo, imagem, frase, ideia, música etc. que se espalhe entre vários usuários rapidamente, alcançando muita popularidade.

Maingueneau (2008a, p.78), “há também o passado específico que cada discurso particular constrói para si”, o que constitui uma intertextualidade interna.

O segundo plano enunciativo proposto por Maingueneau (2008a) é o vocabulário, que não demanda muitas explicações, visto que cada discurso não possui um léxico específico, mas sim “sentidos diferentes atribuídos a um mesmo item lexical por discursos diferentes, dependendo do posicionamento discursivo”. (SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2009, p. 11). Desse modo, é no contraste do uso da palavra que apreendemos os diferentes sentidos que esta adquire, independentemente de pertencer a um determinado discurso.

Como terceiro plano, Maingueneau (2008a) apresenta os temas. Tomado em um sentido amplo, podemos dizer daquilo que o discurso trata sem nos interessarmos pelo estudo dos temas isoladamente, pois, como afirma o autor, “o importante não é o tema, mas seu tratamento semântico”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 82). Ou seja, “à semelhança do vocabulário, a especificidade de um discurso se define não por seus temas, mas por sua formação discursiva”. (SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2009, p. 12).

Com relação ao estatuto do enunciador e do destinatário, por sua vez, é um plano que irá depender “da competência discursiva que instaura o estatuto que o enunciador deve se conferir e o estatuto que ele confere a seu coenunciador, para legitimar o seu dizer”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 87). Sobre a competência discursiva, Maingueneau (2008a, p. 69) destaca que “qualquer que seja o campo semântico com o qual possa ter de se confrontar, o enunciador dispõe de um sistema simples e muito fortemente estruturado”, logo o enunciador se utiliza de regras que lhe permitem produzir enunciados, de acordo com a formação discursiva em que se inscreve; a competência seria, então, “a condição de sua capacidade de ter imediatamente resposta para tudo no interior de um universo de sentido consistente”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 69). Porém, conforme comenta Freitas e Facin (2011, p. 54), quando Maingueneau (2008a) se refere à figura do enunciador, “o faz dissociando-o da pessoa empírica que enuncia, isto é, o autor se refere a um ser de discurso que se institui por intermédio do próprio discurso”.

Sobre a dêixis enunciativa, que é o quinto plano da semântica global, Maingueneau (2008a, p. 89) define “uma instância de enunciação legítima que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação”, isto é, todo discurso possui marcas do estatuto discursivo dos enunciadores. Cabe ressaltar que “não se trata de uma dêixis empírica (conjunto de localizações no espaço e no tempo que um ato de enunciação apresenta devido aos embreantes), isto é, data e local em que os textos foram produzidos, mas do estatuto discursivo dos enunciadores”. (SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2009, p. 13). Por exemplo, quanto à Idade

Média, por ter pouco desenvolvimento científico, artístico e no campo das liberdades individuais, um enunciador pode chamá-la de “Idade das Trevas”, mesmo não sendo colocado no lugar e tempo de fala; porém, como a dêixis define a instância da enunciação, legitimando e delimitando a cena e a cronologia, é esse plano enunciativo que autoriza sua enunciação.

O discurso também possui uma característica específica, que diz respeito à “maneira de dizer”, que é o plano modo de enunciação. Nesse plano, podemos perceber que os discursos possuem um certo “tom” – uma “vocalidade” capaz de dar corporalidade ao enunciador; dessa forma, o sentido, na semântica global, implica uma maneira de dizer e de ser. Diante disso, Maingueneau (2008a, p. 93) introduz a noção de incorporação, quando postula três dimensões, para demonstrar a “imbricação radical do discurso com seu modo de enunciação”. São elas:

1. O discurso, através do corpo textual, faz o enunciador encarnar-se, dá-lhe corpo;
2. Esse fenômeno funda a “incorporação” pelos sujeitos de esquemas que definem uma forma concreta, socialmente caracterizável, de habitar o mundo, de entrar em relação com os outros;
3. Essa dupla “incorporação” assegura, ela própria, a “incorporação imaginária” dos destinatários no corpo dos adeptos do discurso.

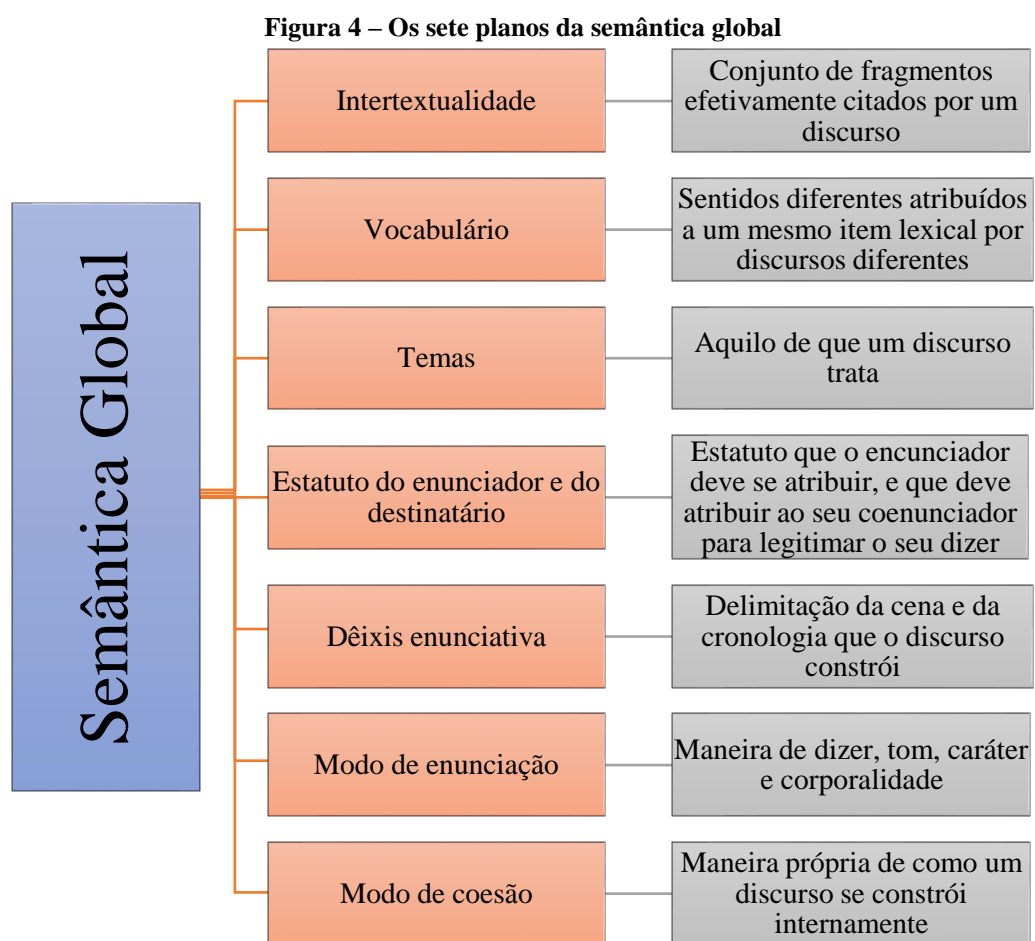
Nesse sentido, o destinatário não é somente um consumidor de ideias; ele adere a uma maneira de ser por meio de uma maneira de dizer. Logo, um sujeito, ao fazer uso da palavra, habita a sociedade, a partir de uma caracterização, constituindo para os destinatários uma imagem de si. De acordo com Maingueneau (2008a, p. 94), “o laço assim estabelecido entre o corpo e a eficácia do discurso não deixa de evocar a realidade das práticas languageiras”, ou seja, trata-se de um modo de “organizar uma relação com o mundo através da linguagem de uma comunidade”.

Por fim, o sétimo plano implica a interdiscursividade, que é o modo como um discurso constrói seus parágrafos ou mesmo como passa de um tema a outro; esse plano Maingueneau (2008a) denomina “modo de coesão”. Esse domínio recobre fenômenos, como o recorte discursivo e os encadeamentos. Por exemplo, uma Proposta de Emenda Constitucional tem seu texto construído de forma a ter uma ordem, mas, no momento em que alguns aspectos do texto são discutidos pela casa legisladora, é realizado um recorte do material para se atentar aos pontos principais a serem discutidos. Mesmo assim, cada formação discursiva “tem uma maneira que lhe é própria de construir seus parágrafos, seus capítulos, de argumentar, de passar de um tema a outro”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 96).

No contexto dos sete planos que especificam o funcionamento discursivo, Maingueneau (2008a, p. 97) opta por “uma competência contra uma estática de formas”, executada por um

enunciador, de acordo com seu estatuto e seu modo de enunciação, construindo ao seu coenunciador uma imagem de si.

Ressalto que os pressupostos da semântica global, com base nos seus sete planos discursivos, configuram-se como lente importante para desvendar e desvelar sentidos construídos na interdiscursividade latente da materialidade textual a ser analisada. Desse modo, o conjunto de planos discursivos ilustra a variedade das dimensões abarcadas pela perspectiva de uma semântica global. Os elementos que compõem os sete planos da semântica global podem ser observados na Figura 4.



Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2021)

Diante da exposição dos sete planos discursivos, pode-se compreender que tanto o enunciador e o coenunciador quanto a dêixis em sua dupla modalidade, espacial e temporal, “são vistos, hoje, por Maingueneau no quadro de uma cenografia enunciativa, que abriga os coenunciadores do discurso, uma topografia e uma cronografia, respectivamente”. (SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2009, p. 14).

Na próxima seção, abordo os conceitos de cena enunciativa e *ethos* discursivo na perspectiva enunciativo-discursiva de Maingueneau (2008a).

4.3 CENA ENUNCIATIVA, CENOGRAFIA E ETHOS DISCURSIVO: IMAGENS DE SI NO DISCURSO

Em *Doze conceitos em Análise do Discurso*, Maingueneau (2010) contribui para esclarecer um conflito terminológico, separando em dois planos a atividade discursiva: o plano da enunciação elementar e o plano do texto. No primeiro, encontramos a noção de “situação de comunicação”, entrelaçada com Benveniste (1966), tratando a situação como coordenadas abstratas, puramente linguísticas, que irão possibilitar todo e qualquer enunciado. Essa noção afasta a possibilidade de interpretar a palavra “situação”, por exemplo, como o entorno físico. Dentro dessa perspectiva, “a situação de enunciação comporta as posições de enunciador, coenunciador e a não pessoa” (MAINGUENEAU, 2010, p. 201). A primeira, a posição de enunciador, remete a um marco de referência e modalização, enquanto a posição de coenunciador cria a alteridade da enunciação; a não pessoa é apresentada como uma posição que não pode assumir um ato de enunciação.

A situação de enunciação compreende posições e lugares que não coincidem necessariamente com lugares ocupados na troca real entre as pessoas. Maingueneau (2010, p. 202) distingue três posições da situação de enunciação e três lugares que esse linguista denomina de “situação de locução”: “o lugar do locutor, daquele que fala; o lugar do alocutário, daquele a quem se dirige a fala; o lugar do delocutado, daquele do qual falamos os interlocutores”.

Passamos, agora, para o segundo plano da atividade discursiva, o do texto. Esse plano apresenta quatro termos em concorrência: o contexto, a situação de discurso, a situação de comunicação e a cena de enunciação. O contexto, de acordo com Maingueneau (2010, p. 204), “recobre de uma só vez o contexto linguístico [...], o meio físico da enunciação, e os saberes partilhados pelos participantes da interação verbal”. Esse termo se torna abrangente demais, e, em uma perspectiva do estudo de textos, revela-se mais cômoda a utilização dos termos “situação de comunicação” e “cena de enunciação”.

A situação de comunicação consiste em algo que é exterior, uma situação de discurso indissociável do texto. Desse modo, os enunciadores, ao participarem de uma atividade discursiva, retiram seu repertório de uma variedade de possibilidades, e a cada gênero do discurso são associadas normas desses domínios. A cena de enunciação, por sua vez, é considerada como do interior, através da situação que a fala pretende definir. Esse termo “cena

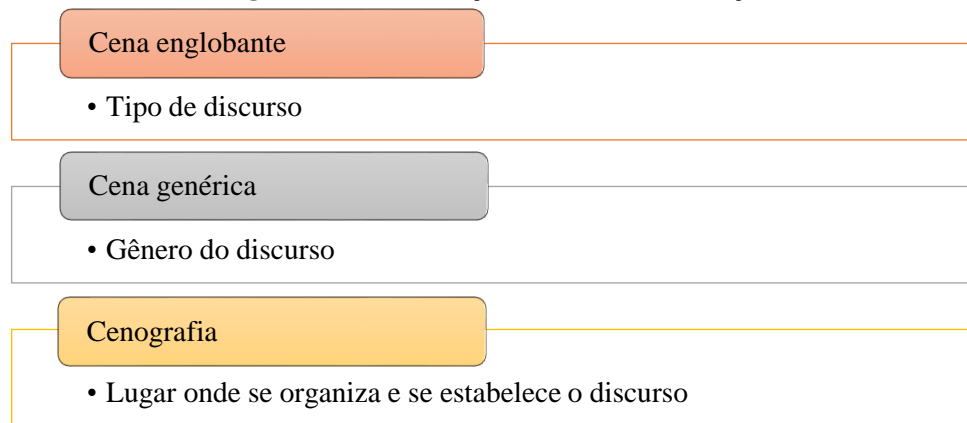
de enunciação” é utilizado por Maingueneau (2015, p. 117), evitando o uso de “[...] “situação de enunciação”, de ordem estritamente linguística, ou “situação de comunicação”, que pode ser utilizada em uma abordagem puramente sociológica em que a atividade de fala é descrita de alguma forma a partir do exterior”.

A cena de enunciação é, ao mesmo tempo, a fundação ou a atualização de um já dito e a legitimação e validação daquilo que funda ou atualiza o dizer: “todo discurso pretende convencer fazendo reconhecer a cena de enunciação que ele impõe e por intermédio da qual se legitima; entende-se por isso que o dito e o dizer se sustentam reciprocamente”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 125). Diante disso, “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada”. (MAINGUENEAU, 2011, p. 85).

Essa cena da enunciação, que vem de uma “fala encenada”, compreende três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. A primeira corresponde ao tipo de discurso, podendo ser religioso, político, educacional etc. Quando nos deparamos com uma propaganda na televisão sobre a importância da vacinação, devemos ser capazes de determinar que se trata de um discurso científico, ou seja, determinar a cena englobante desse discurso. Porém, somente isso não é suficiente para compreendermos quais as atividades discursivas estão engajadas. Desse modo, o leitor tratará não apenas do discurso científico, mas, ao determinar a cena genérica, estará tratando de “gêneros do discurso”. (MAINGUENEAU, 2011, p. 86). De acordo com Fumagalli (2019, p. 82), “a cena genérica permite que o coenunciador faça antecipações a respeito do universo de sentidos que a cena pode suscitar”.

Assim sendo, o atrelamento entre a cena englobante e a genérica irá definir o que Maingueneau (2020, p. 87) chama de “quadro cênico”, pois é “ele que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero do discurso”. No entanto, não é diretamente com esse quadro que o leitor se confronta, e sim com uma “cenografia”. Na Figura 5, é possível observar a relação estabelecida entre essas três cenas.

Figura 5 – A constituição da cena da enunciação



Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2021)

Com base nessas três cenas, percebo que somente as normas constitutivas da cena genérica não bastam para dar conta da singularidade de um texto, visto que, conforme Maingueneau (2015, p. 122), “enunciar não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma cenografia”. Portanto, essa noção parte do princípio de que o enunciador, por meio da enunciação, constrói uma situação da qual pretende enunciar, uma vez que “todo discurso, por seu próprio desenvolvimento, pretende, de fato suscitar a adesão dos destinatários instaurando a cenografia que o legitima”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 123).

Dessa forma, o acesso ao quadro cênico do discurso e a compreensão do tipo e do gênero a que responde estariam vinculados à capacidade do leitor de extrapolar o plano cenográfico. Segundo Azevedo (2020, p. 71), a cenografia promoveria, assim, “um deslocamento da cena de enunciação, à medida que leva o coenunciador a acreditar que está diante de discurso de um tipo e um gênero que, depois, revelam-se diferentes”.

No âmbito deste trabalho de tese, os conceitos de universo discursivo¹⁸ (ambiente laboral das empregadas domésticas), os setes planos da semântica global, a cena enunciativa e os seus desdobramentos (cena englobante, cena genérica e cenografia), que abrigam um *ethos* discursivo, estão relacionados, visto que os enunciadores assumem um lugar, uma imagem de si, em um quadro cênico determinado pelas coerções do seu trabalho. Na Figura 6, demonstro como essas categorias se entrelaçam nesta pesquisa.

¹⁸ Utilizo o conceito de universo discursivo como um horizonte em que me apoio para delimitar o campo discursivo.

Figura 6 – Relação entre as categorias teóricas destacadas no capítulo



Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2021)

Da constituição do quadro cênico do discurso surge a figura do *ethos*; conforme Maingueneau (2018, p. 330), estudar o *ethos* é se basear em uma realidade simples, intuitiva, a de um fenômeno que é coextensivo a todo emprego da linguagem: “o destinatário constrói necessariamente uma representação do locutor através do que ele diz e de sua maneira de dizer isso”, tornando a cenografia o dispositivo que organiza e estabelece o discurso.

De acordo com Maingueneau (2018, p. 330), “ao apropriar-se da noção de *ethos* a partir da década de 1980, estendendo seu campo de validade ao conjunto das produções discursivas, a análise do discurso passa a questionar seu conteúdo, seus poderes e seus limites”. Foi assim que a construção de uma imagem de si, peça principal da máquina retórica, “atravessou diversos estudos da linguagem, entre eles Émile Benveniste e Kerbrat-Orecchioni, como também nos estudos do sociólogo, antropólogo e escritor Erving Goffman”. (AMOSSY, 2014, p. 10-11). Porém, Amossy (2014, p. 14) enfatiza que “[...] nem Benveniste, nem Goffman, nem Kerbrat-Orecchioni fizeram uso do termo *ethos*. A integração desse termo às ciências da linguagem encontra uma primeira expressão na teoria polifônica da enunciação de Oswald Ducrot, ou seja, em uma pragmática semântica”.

Contudo, cabe ressaltar que as reflexões de Ducrot (1987) se aproximam da noção de *ethos* aristotélico, em que “o *ethos* se mostra no ato da enunciação, ele não é dito no enunciado. Ele permanece, por natureza, no segundo plano da enunciação: ele deve ser percebido, mas não

deve ser objeto do discurso”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 59). Nesse contexto, foram os estudos de Maingueneau (2008a) que declararam, em *Gênese dos Discursos*, que um discurso engendra uma dêixis a um estatuto de enunciador e coenunciador, mas também uma maneira de dizer que antecipa conceitos relacionados à construção do *ethos* discursivo.

Esse construto teórico, o *ethos* discursivo, manifesta-se nas três cenas, como aponta Maingueneau (2020) na obra *Variações sobre o ethos*. O autor exemplifica essa manifestação do *ethos* em uma entrevista de televisão entre um jornalista e um político. A cena englobante (o discurso político) vai convocar, da parte do entrevistado, valores de *ethos* tipicamente políticos; a cena genérica (entrevista de televisão) restringe o *ethos*, no que diz respeito ao modo de enunciar: cortês, claro etc. Esses dois níveis entram em tensão com a cenografia que o locutor entrevistado busca impor. Assim, “um homem ou uma mulher de um partido extremista podem reforçar o *ethos* de extremista ou, ao contrário, mostrar o *ethos* de alguém moderado e responsável”. (MAINGUENEAU, 2020, p. 19).

Se faz necessário retomar de onde advém esse termo, que é de uma concepção aristotélica da retórica, pois, conforme comenta Maingueneau (2008b, p. 55), o conceito de *ethos* “teve de esperar os anos 1980 para ocupar um lugar de reflexão sobre o discurso”. Na concepção de Aristóteles, de acordo com Maingueneau (2008b, p. 56), o *ethos* “consiste em causar uma boa impressão mediante a forma com que se constrói o discurso, em dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança”. Quanto às ideias de Aristóteles, Maingueneau (2008b, p. 63) corrobora com algumas, entre elas:

- o *ethos* é uma noção *discursiva*; ele se constitui por meio do discurso, não é uma imagem do locutor exterior à fala;
- o *ethos* é fundamentalmente um processo *interativo* de influência sobre o outro;
- o *ethos* é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada.

Diante disso, Maingueneau (2008b, p. 64) propõe sua perspectiva, considerando que “a noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral da adesão dos sujeitos a determinado posicionamento”.

O *ethos*, portanto, não é uma característica inerente e exclusiva do enunciador, no qual o destinatário, por intermédio de um processo chamado de “incorporação”, “permite articular corpo e discurso em uma dimensão diferente da oposição empírica entre o oral e o escrito”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 64). Se a retórica vinculou a noção de *ethos* estritamente à oralidade, Maingueneau (2008b) postula um *ethos* mais “encarnado”. Nessa perspectiva,

“recobre não somente a dimensão verbal, mas também o conjunto das determinações físicas e psíquicas associadas ao ‘fiador’ pelas representações coletivas”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 65).

Esse teórico propõe atribuir uma imagem corporal ao enunciador, “uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 72). Essa instância possui “um caráter – conjunto de traços psicológicos –, e uma corporalidade – uma compleição corporal –, cujo grau de precisão varia segundo os textos” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 64-65). Ademais, esse teórico propõe nomear a incorporação como o processo no qual o destinatário – ouvinte ou leitor – se apropria desse *ethos* e que se dá em três planos:

- a enunciação da obra confere uma “corporalidade” ao fiador, ela lhe dá corpo;
- o destinatário incorpora, assimila assim um conjunto de esquemas correspondentes a uma maneira de se relacionar com o mundo habitando seu próprio corpo;
- essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, da comunidade imaginária daqueles que aderem ao mesmo discurso. (MAINGUENEAU, 2020, p. 15)

Esse processo, conforme Maingueneau (2020, p. 15), “vai além de uma simples identificação com um enunciador fiador, ela implica um mundo ético, do qual o fiador é parte integrante e ao qual ele dá acesso”. Dessa maneira, o discurso, junto com a cenografia, é composto por uma imagem, e essa imagem por um tom, uma voz e um corpo. Sendo assim, é pelo próprio ato de enunciar que o enunciador constrói a legitimidade de sua enunciação, revelando, através dela, um caráter e uma corporalidade. A esse respeito, Freitas (2010, p. 54) comenta que quando Maingueneau (2008b) se refere à figura do enunciador “o faz dissociando-o da pessoa empírica que enuncia, isto é, se refere a um ser de discurso que se institui por intermédio do próprio discurso”.

A incorporação do *ethos* está diretamente ligada à questão do *antiethos*. Maingueneau (1997) [1987] ilustra essa relação entre *ethos* e *antiethos* com o seguinte exemplo:

[...] quando Saint-Just lembrava o mítico camponês do Danúbio, remetia não apenas a uma dêixis, mas ainda e sobretudo ao *ethos* do enunciador que, por estar extremamente próximo à natureza, expressa a verdade em toda sua brutalidade. Este *ethos*, na realidade, é inseparável de um “anti-*ethos*”, aquele da aristocracia corrompida cuja linguagem não passa de artifício (MAINGUENEAU, [1987] 1997, p. 47).

A construção do *ethos* não só remete a um *antiethos*, como também se apoia na construção dessa noção. À medida que a construção discursiva de um *ethos* acarreta a construção de um *antiethos*, constrói-se uma correlação que é apresentada ao coenunciador para

a incorporação do *ethos*. Tem-se, desse modo, um *antifiador* no processo discursivo em que um posicionamento serve de contraponto a outro, agregando valores pelo contraste entre seu conteúdo. E, assim como o *ethos*, o *antiethos* deve ser entendido como uma figura discursiva mostrada na enunciação, o que não deve ser confundido com as descrições que se fazem a nível de sujeito do enunciado.

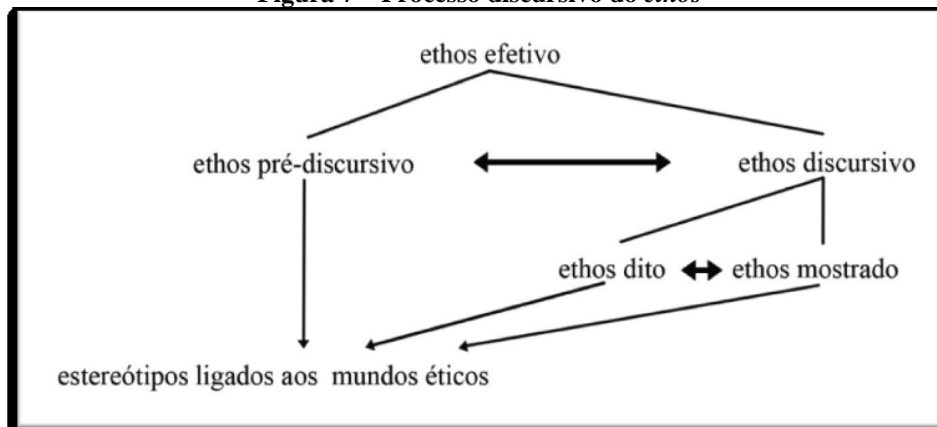
Nesse sentido, é por meio do *ethos* que o destinatário estará inscrito na cena de enunciação. Da mesma forma que a cenografia, o *ethos* se configura por meio de seu próprio enunciado, em que o enunciador deve legitimar sua maneira de dizer, não sendo possível dissociar a organização dos conteúdos e a legitimação da cena de fala. Desse modo, as imagens de si são, ao mesmo tempo, uma construção linguageira e social. Sobre o *ethos*, Amossy (2014, p. 136) afirma que

Parece, portanto, que a eficácia da palavra não é puramente exterior (institucional) nem puramente interna (linguageira). Ela acontece simultaneamente em diferentes níveis. Não se pode separar o *ethos* discursivo da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente a interlocução da interação social como troca simbólica (no sentido de Bourdieu).

Por entender que a interação social entre os enunciadores acontece simultaneamente em diferentes níveis, Maingueneau (2011) vincula resultados da interação de diversos fatores, como o *ethos* pré-discursivo (*ethos* prévio) e *ethos* discursivo (*ethos* mostrado), mas também “os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos* dito)”, que, diretamente, “é um amigo que lhe fala” ou, “indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo”. (MAINGUENEAU, 2011, p. 18).

Nesse contexto, a Figura 7 ilustra um resumitivo da constituição do *ethos*, conforme Maingueneau (2008b), e possibilita a compreensão da dinâmica e da complexidade estabelecidas na construção do *ethos*.

Figura 7 – Processo discursivo do *ethos*



Fonte: Maingueneau (2008b, p. 71)

O *ethos* é parte constitutiva da cena enunciativa e possui, em seu interior, diversas vozes e forças sociais que atuam no discurso. No esquema, visualizado na Figura 7, é possível perceber que o *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo se relacionam mutuamente (as flechas são duplas), e podem ser percebidos pelo *ethos* efetivo, por meio das marcas linguístico-discursivas que materializam o *ethos* dito e o *ethos* mostrado. Nesse sentido, cabe uma distinção dessas categorias, pois o “*ethos* dito é o que o locutor diz sobre si mesmo, e *ethos* mostrado, o que mostra sua maneira de enunciar”. (MAINGUENEAU, 2018, p. 323).

De acordo com Maingueneau (2018, p. 323), também há uma distinção entre “‘*ethos* prévio’ (ou ‘pré-discursivo’) e ‘*ethos* discursivo’, observando que os destinatários geralmente têm uma representação do locutor anterior a seu discurso”. Por exemplo, quando um político utiliza a expressão “eu não sou racista, até tenho amigos negros”, em uma entrevista coletiva de imprensa, será por meio do *ethos* dito que, segundo Maingueneau (2018, p. 323), é “de natureza não verbal, que trata da personalidade do locutor”. Assim sendo, o enunciador dá informações sobre si mesmo (eu não sou racista/sou antirracista), e o leitor pode confrontá-lo com o *ethos* mostrado (até tenho amigos negros), no qual ocorre uma “convergência entre *ethos* dito e *ethos* mostrado”. (MAINGUENEAU, 2018, p. 325).

Sobre a distinção entre *ethos* dito e *ethos* mostrado, Maingueneau (2008b, p. 71), aponta que é “impossível definir uma fronteira nítida entre o ‘dito’ sugerido e o ‘mostrado’”, mas que o *ethos* efetivo “resulta da interação de diversas instâncias, cujo peso respectivo varia segundo os gêneros do discurso”.

Essa convergência entre os dois *ethos* pode ser percebida como uma estratégia para desviar o julgamento do leitor e as consequências de atos racistas. Apesar de haver convergência entre o *ethos* dito e o mostrado, o *ethos* discursivo está permeado pelo *ethos* prévio construído pelo estereótipo social de racista. Apesar de o *ethos* dito ser não racista, corroborado pelo *ethos* mostrado pela negação (não), o *ethos* efetivo será de enunciador racista, mesmo utilizando a conjunção “até” para explicar que não se trata de racismo a sua atitude, pois há uma representação do locutor que é anterior ao discurso e está ligada a estereótipos socialmente construídos.

Dessa forma, o enunciador deve construir seu dizer e sua maneira de dizer naquilo que o público já espera dele. Por exemplo, devido à sua posição social e profissional, o enunciador deve ser reconhecido em um estereótipo, uma vez que, conforme Amossy (2014, p. 137), o “estereótipo se deixa apreender tanto no nível da enunciação (um modo de dizer) quanto no do enunciado (conteúdos, temas)”.

Esses estereótipos, ligados a mundos éticos, estão conectados a uma experiência de mundo; porém, para não incorrer em uma diversidade descontrolada desses imaginários, Maingueneau (2020, p. 25, grifo do autor) propõe atribuir ao *ethos* três dimensões, a saber:

(1) A dimensão “categorial” abrange tanto os papéis *discursivos* quanto os estatutos *extradiscursivos*. Os primeiros estão ligados à atividade de fala e, portanto, a cena genérica: animador, narrador, pregador... Os segundos podem ser de natureza muito variadas: pai de família, funcionário, médico, camponês, americano, solteiro, estudante... etc.

(2) A dimensão “experencial” do *ethos* recobre as caracterizações sociopsicológicas estereotípicas: bom senso, agressividade, lentidão, estupidez, originalidade, mansidão...

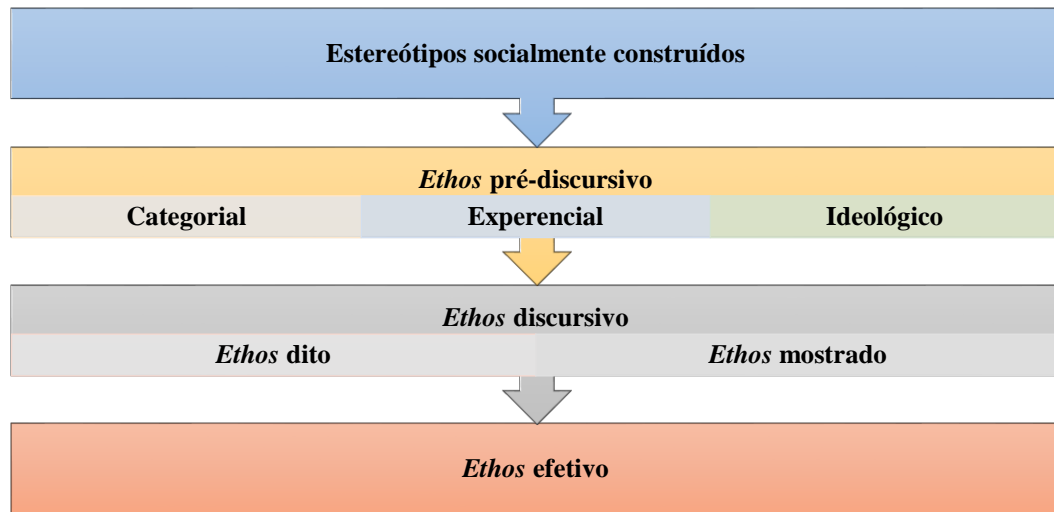
(3) A dimensão “ideológica” remete a posicionamentos. No campo político: feminista, esquerdista, conservador ou anticlerical...; no campo literário: romântico ou naturalista... etc.

Sendo assim, as dimensões do *ethos* interagem fortemente quando o sujeito apresenta afinidades estereotípicas com a dimensão experencial e a dimensão ideológica, pois, como aponta Maingueneau (2018, p. 327-328), é necessário assumir um duplo *status* do *ethos*: “ele é tanto visado pelo locutor quanto construído pelos destinatários, que precisam fazer hipóteses sobre as intenções do locutor”, visto que esses “destinatários procedem de acordo com os recursos linguísticos e culturais de que dispõem e de acordo com seus interesses na interação”.

Esse exemplo também mostra que o *ethos* não pode ser construído sobre um único nível. Se tomar a divisão de cena da enunciação em cena englobante, cena genérica e cenografia, pode-se dizer que o *ethos* é imposto por esses três níveis, e não apenas pela cenografia, isto é, “pela encenação singular que a enunciação instaura”. (MAINGUENEAU, 2018, p. 327). Com relação à cena englobante (aqui, o discurso político), a norma dominante para alguém que pertence a um partido do governo é mostrar qualidades como empatia, acolhimento à diversidade e respeito às diferenças.

Diante desse resumo teórico sobre a noção de *ethos* discursivo, ilustro o resumitivo exposto na Figura 8.

Figura 8 – A caracterização do *ethos* efetivo, considerando as três dimensões propostas por Maingueneau (2020)



Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2021)

Nessa Figura 8, o *ethos* efetivo se constitui a partir do *ethos* discursivo e de suas ramificações anteriores, *ethos* dito e *ethos* mostrado. Com base nas três dimensões do *ethos*, postuladas por Maingueneau (2020), é possível pensar essas características para o *ethos* pré-discursivo, visto que tanto a dimensão categorial quanto a experiencial e a ideológica partem dos estereótipos socialmente construídos e estão ligadas a uma experiência de mundo, bem como o *ethos* pré-discursivo se constitui a partir dessas experiências estereotípicas.

A partir dessas reflexões acerca do universo discursivo, da semântica global, da cena enunciativa e do *ethos* discursivo, percebo que esses postulados teóricos são capazes de esclarecer uma crise de representação da classe das mulheres empregadas domésticas, quando o analista de discurso se apodera de tais categorias, enriquecendo não apenas a discussão e a metodologia e os seus procedimentos, mas também refletindo sobre as diferentes manifestações do discurso, ao articular campos diferentes do saber, como o discurso e o trabalho.

Com a finalidade de identificar como se constitui a cena enunciativa no ambiente laboral e como o *ethos* discursivo se manifesta na atividade de trabalho, apresento e comento, no próximo capítulo, os procedimentos metodológicos que nortearão a interface entre a teoria enunciativo-discursiva, de cunho sócio-histórico, de Maingueneau (2008a; 2008b; 2010; 2018; 2020) e a abordagem ergológica de Schwartz (2010a; 2010b; 2010c; 2011), Schwartz e Durrive (2010), Trinquet (2010) e Nouroudine (2002).

5 A TRAMA DA PESQUISA: SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

em suas atividades, os homens ou as mulheres tecem no trabalho. em relação à trama, os fios os religam a um processo técnico, a propriedades da matéria, das ferramentas [...] (François Daniellou).

Neste capítulo, descrevo os procedimentos teórico-metodológicos que são as trilhas que norteiam a pesquisa quanto à sua configuração: os *corpora* de pesquisa, os passos que sustentam as etapas de coleta de dados, bem como a transcrição e a análise das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, que são quatro empregadas domésticas. Na primeira seção, exponho a caracterização da pesquisa no que tange à sua natureza, aos objetivos e aos procedimentos técnicos. Na segunda seção, apresento a composição e a coleta dos *corpora* de pesquisa, além do roteiro teórico-metodológico de análise, com a descrição dos aspectos observados no decorrer do processo analítico.

5.1 A METODOLOGIA: DELIMITANDO OS OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa surgiu do anseio de estabelecer uma relação entre a linguagem e o trabalho no ambiente laboral de empregadas domésticas. Como pesquisadora, meu desejo era pesquisar a materialidade linguística que advém das situações reais de trabalho dessas trabalhadoras como fonte de reflexão e de debate sobre o fazer doméstico, que é uma profissão pouco valorizada e ainda possui contornos de servidão construídos por um patriarcado determinante no modo de organização da nossa sociedade.

Pensar sobre a atividade laboral dessas mulheres é perceber as forças que perpassam os sujeitos em suas relações com seu trabalho na dinâmica de hierarquização social, além de refletir sobre a experiência e a vivência, bem como os seus valores e os saberes, a sua ideologia e a história que constituem suas escolhas diante das coerções diárias que regem as dinâmicas do ambiente laboral.

Com o olhar voltado a essas questões, realizo esta pesquisa, tomando como pressupostos metodológicos os preceitos da Análise do Discurso, que se destina a analisar textos em sua relação do sujeito com os contextos sociais, possibilitando, desse modo, pensar no linguístico e no extralinguístico como os fundadores do sentido. Assim sendo, o tema desta tese trata da construção do *ethos* discursivo no trabalho doméstico, com foco na linguagem das empregadas,

na sua constituição como sujeito *na* e *pela* língua, debatendo o papel social dessas mulheres trabalhadoras no contexto do cotidiano de suas atividades laborais.

Apresento, portanto, um estudo interdisciplinar entre as abordagens teóricas da Ergologia, Linguagem e Trabalho, conforme Schwartz (2010a; 2010b; 2010c; 2011), Schwartz e Durrive (2010), Trinquet (2010) e Nouroudine (2002), e da teoria enunciativo-discursiva, de cunho sócio-histórico, de Maingueneau (2008a; 2008b; 2010; 2018; 2020), realizando uma interface que se caracteriza por um certo ineditismo ao discorrer sobre o discurso no âmbito do trabalho doméstico como objeto de estudo. Dessa forma, tem por objetivo geral descrever e analisar como se constroem as cenografias das quais emergem os *ethos* discursivos, como imagens de si, nas práticas languageiras sobre o trabalho enquanto uso de si pelos outros no discurso sobre o trabalho doméstico, considerando o constante debate de normas e valores que caracteriza essa atividade laboral.

A tese que defendo neste estudo, retomando o que consta na Introdução, é de que a trabalhadora, ao enunciar-se sobre sua atividade de trabalho revela dramáticas do uso de si pelos outros que denotam cenografias nas quais emergem *ethos* discursivos advindos de uma memória sócio-histórica sobre o trabalho doméstico, perpetuado em desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero na sociedade brasileira.

Esta pesquisa se configura como aplicada, pois, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 51), “esse tipo de pesquisa objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”, já que gera conhecimentos sobre o meio laboral das empregadas domésticas para a solução de problemas tanto trabalhistas (como conhecimento dos direitos das trabalhadoras) quanto sociais, pois o discurso é uma forma de desvelar dramáticas e se relacionar com o mundo para melhorar sua condição de trabalho e existência. Quanto ao tipo de pesquisa no que se refere aos objetivos, caracteriza-se como exploratório-descritivo. De acordo com Gil (2008, p. 27), “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Logo, busquei compreender as leis que regem o trabalho doméstico, as origens de onde advém a organização social desse fazer e o sistema que delimita quais tarefas são próprias das mulheres em uma sociedade patriarcal.

Esta pesquisa também assume traços da pesquisa descritiva, expondo características do fenômeno discursivo denominado “*ethos*”, visando descrever e analisar a materialidade linguística da fala sobre o trabalho doméstico, uma vez que “procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados”. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 53).

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, isto é, parte de materiais já publicados e da legislação específica sobre o trabalho doméstico, além de artigos e teses sobre o trabalho feminino e as transformações sociais que ocorrem(ram), mediante aprovações de leis, abertura do mercado de trabalho para as mulheres e divisão do serviço doméstico como atividade laboral. Ademais, advém da leitura crítica dos pressupostos teóricos, nas abordagens em interface, mobilizando categorias relacionadas: a) à teoria enunciativo-discursiva, de cunho sócio-histórico, de Maingueneau (2008a; 2008b; 2010; 2018; 2020), tais como universo discursivo, semântica global, cena discursiva e *ethos* discursivo; e b) aos postulados da abordagem ergológica, de Schwartz (2010a; 2010b; 2010c; 2011), Schwartz e Durrive (2010), Trinquet (2010) e Nouroudine (2002), em especial no que diz respeito à linguagem e ao trabalho, à atividade de trabalho, ao prescrito e ao real, às normas prescritas e às renormalizações, aos saberes instituídos e aos investidos e às dramáticas do uso do corpo-si.

Na abordagem do problema, classifica-se como pesquisa qualitativa partindo de dados que não são passíveis de quantificar, visto que, conforme Minayo (2015, p. 21), “essa abordagem trabalha com o universo dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, o que possibilita compreender a linguagem sobre o trabalho permeada pela subjetividade.

Este estudo possui um quadro teórico que direciona a coleta, a análise e a interpretação de dados. A análise qualitativa é, antes de tudo, uma busca pela compreensão e interpretação da teoria enunciativo-discursiva, para contribuir na discussão sobre a constituição do *ethos*; ou seja, através das teorias acionadas, em interface, pretendo contribuir para esse quadro teórico e, também, para uma representação da atividade de trabalho das empregadas domésticas. Desse modo, descrevo, na sequência, a composição dos *corpora* de pesquisa e o roteiro teórico-metodológico que desenvolvi para efetivar a análise.

5.2 OS FIOS DA TRAMA: COMPOSIÇÃO E COLETA DOS *CORPORA* DE PESQUISA

Os *corpora* que instrumentalizam esta pesquisa estão assim constituídos:

1. Cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015), edição revista, em conformidade com as alterações trazidas pela Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015 (BRASIL, 2015), produzida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Esse documento possui a intenção de contribuir com trabalhadores e empregadores,

reunindo, em um único documento, as informações sobre as normas legais do trabalho doméstico, com o intuito de melhorar e fortalecer as relações trabalhistas.

2. Excertos discursivos recortados do livro *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (PRETA-RARA, 2019).
3. Entrevista realizada com quatro empregadas domésticas, com o propósito de possibilitar o relato de experiências, mediante depoimentos sobre a atividade de trabalho.

A utilização da cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015) se justifica por possibilitar verificar, na materialidade discursiva do gênero legislativo, como são expostas as normas prescritas e como se funda o interdiscurso das falas sobre o trabalho doméstico.

Quanto à obra usada como base para a seleção dos excertos discursivos, opto pelo livro *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*, de Preta-Rara (2019), que reúne relatos feitos em uma rede social por mulheres que desempenharam a função de empregada doméstica em algum momento de suas vidas, inclusive a avó, a mãe e a própria autora, Joyce Fernandes, que passou por muitas situações de abuso durante quase uma década trabalhando em casas de pessoas da classe média na Baixada Santista. Ela decidiu expor os casos na internet, por meio da página “Eu, empregada doméstica”, que hoje já tem mais de 140 mil curtidas, projeção internacional e centenas de histórias de mulheres de todo o país.

Da página no Facebook, a coletânea de história foi lançada em forma de livro pela editora Letramento e busca o reconhecimento pelo trabalho executado e a garantia dos direitos trabalhistas, além de lembrar as dores vivenciadas por cada trabalhadora.

A escolha desse objeto se dá pela sua relevância social, em um discurso invisibilizado pela desigualdade social e pela posição que essas mulheres ocupam historicamente. Essas trabalhadoras realizam suas atividades a partir de ordens e procedimentos que são inerentes apenas ao trabalho doméstico; muitas dessas normas são abusivas e revelam o caráter escravocrata que a atividade doméstica ainda possui. Nas lacunas entre o que é prescrito e o real – conceitos da Ergologia –, percebo, nos relatos, que a humanidade das trabalhadoras é o que diminui a distância entre a norma e o fazer doméstico diário.

Essa compilação de vários relatos de empregadas de diversas regiões do país, descritos no livro, faz com que esse material seja oportuno para analisar as diferentes realidades das empregadas domésticas, pois a diversidade de relatos, a abrangência geográfica que o livro condensa facilitam as reflexões sobre o trabalho doméstico, especificamente por abordar relatos

mais variados de abusos cometidos na execução das normas prescritas revelando a distância entre o prescrito e o efetivamente realizado.

A pesquisa se detém a três relatos, que possuem uma estrutura semelhante: dois são das filhas das empregadas domésticas e um da própria trabalhadora. Além disso, as três histórias são de empregadas que desempenharam suas funções quando eram crianças – isso configurando um possível abuso trabalhista. Para melhor articulação dos conceitos com a materialidade discursiva, são criados quatro excertos discursivos, denominados: Bloco 1, Bloco 2, Bloco 3 e Bloco 4. Nesses relatos, as ordens/normas antecedentes são evidentes no fazer dessas domésticas, e o uso do corpo constitui uma importante noção teórica da Ergologia para a análise. Na análise, parto desses relatos como forma de contextualizar o interdiscurso sobre o trabalho doméstico, os temas recorrentes (trabalho infantil, abuso de normas, falta de conhecimento sobre os direitos trabalhistas), pois foi a partir desse material que construí o instrumento de pesquisa (Apêndice A) visando constatar com as entrevistadas a recorrência de tais temas.

Para o desenvolvimento dos objetivos desta pesquisa, utilizo, como material de análise, um roteiro de entrevista, conforme adiante exposto, realizado com quatro empregadas domésticas que deram sua concordância no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), aprovando sua participação na pesquisa. Esse roteiro foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), como consta no parecer substanciado. (Anexo A). Através dos depoimentos coletados em cada uma das entrevistas, discuto sobre as suas concepções individuais acerca de suas condições situacionais na atividade de trabalho e dos resultados de seu fazer doméstico, além de aspectos de invisibilidade desse trabalho em relação àqueles que prescrevem as normas que direcionam o fazer laboral.

As quatro entrevistas foram realizadas de maneira virtual e voluntária, por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, em forma de áudio. Ressalto que o distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19 foi determinante para que a coleta de dados tenha se dado apenas de modo virtual. Diante do cenário pandêmico, poucas trabalhadoras se dispuseram a responder o questionário, afinal o meio eletrônico, por suas características (possuir computador, internet, ser alfabetizada, saber utilizar as ferramentas virtuais etc.), realizou um recorte social em relação aos sujeitos participantes. Dito isso, não consegui incluir mais participantes na pesquisa e não tive contato presencial com as trabalhadoras, o que impediu de aprofundar questões, em depoimentos, que pudessem ser mais bem exploradas, intencionando alcançar relatos mais esclarecedores e elucidativos a respeito do contexto laboral dessas mulheres. Outro aspecto sobre a coleta de dados através da entrevista é o caráter delicado do tema em que a

trabalhadora não se sente no direito de revelar muitos detalhes por se tratar de uma esfera da vida privada das empregadoras, o que configurou uma limitação do estudo.

A escolha dessas mulheres, sujeitos da pesquisa, não seguiu um padrão específico. A primeira entrevistada encontrei ao comentar em uma postagem sobre o dia da empregada doméstica em uma rádio local, por meio da página no Facebook dessa empresa. Expliquei que estava realizando uma pesquisa sobre o trabalho doméstico e se ela gostaria de responder a um questionário. Essa trabalhadora encaminhou, pelo WhatsApp, suas respostas escritas e em forma de áudio no dia 2 de maio de 2021. A segunda participante foi indicada por conhecidos e, também, enviou pelo aplicativo de mensagens as respostas por meio de áudio, no dia 15 de junho de 2021. A terceira e quarta entrevistas foram realizadas no dia 20 de agosto, e foram as trabalhadoras que se dispuseram a participar mediante convite feito virtualmente no aplicativo de mensagens Messenger. Apesar do esforço feito pela pesquisadora, essas foram as únicas pessoas que responderam à entrevista e se disponibilizaram a participar dentre as mais de quinze trabalhadoras convidadas.

O uso dessa forma de coleta de dados “[...] parece justificar-se pela singularidade das práticas de linguagem que autoriza – práticas que implicam uma dada configuração de coenunciadores que, a partir de lugares enunciativos determinados e sob coerções específicas, serão capazes de produzir um texto”. (ROCHA; DAHER; SANT’ANNA, 2004, p. 6).

Assim, nesse contexto e perspectiva, a entrevista se mostra um instrumento revelador da singularidade da linguagem no trabalho, especialmente sobre o trabalho doméstico que possui uma dimensão sensível por se tratar de um trabalho realizado na esfera privada da vida das pessoas.

Dessa maneira, as entrevistas foram compostas por um roteiro de perguntas, com o objetivo de estabelecer uma interlocução sobre o trabalho das entrevistadas no seu lócus. Assim sendo, o roteiro foi construído para que levasse as empregadas a falarem sobre a sua rotina, as normas estabelecidas pelos patrões, o conhecimento dos direitos trabalhistas, a carência de saberes, bem como as dificuldades enfrentadas no fazer laboral, para que, ao enunciarem, fossem construídas cenografias que possibilitassem depreender o *ethos* discursivo, como imagem de si, dessas trabalhadoras. Cada entrevistada será nomeada como empregada A, empregada B, empregada C e empregada D durante o processo analítico.

É importante destacar que, apesar de haver um roteiro de perguntas, proporcionei espaço para que as entrevistadas tivessem a liberdade de falar sobre outras questões que considerassem relevantes sobre seu trabalho e sua atividade laboral, mesmo que não estivessem contempladas no roteiro. Mediante a entrevista feita com cada empregada doméstica, busquei conhecer a sua

atividade de trabalho, através do respectivo depoimento, proporcionando um espaço de fala sobre o seu fazer.

As materialidades discursivas – isto é, os enunciados extraídos da obra *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (PRETA-RARA, 2019), bem como as entrevistas entremeadas pelos enunciados da cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015) – representam um recorte da realidade do trabalho, pois, conforme Souza-e-Silva (2002, p. 53), trata-se de um “estudo dos discursos produzidos por diferentes interlocutores nos quais o tema trabalho é relevante”.

Apresento, na sequência, conforme consta no Quadro 1, o roteiro de perguntas da entrevista aplicada individualmente às quatro empregadas domésticas.

Quadro 1 – Roteiro de perguntas utilizado como coleta de dados

1. As tarefas do seu trabalho são rotineiras?	a. Extremamente rotineiras. b. Muito rotineiras. c. Um pouco rotineiras. d. Muito pouco rotineiras. e. Nem um pouco rotineiras.
2. Com que frequência você pode tomar decisões independentes no seu trabalho? Comente.	a. Com extrema frequência. b. Com muita frequência. c. Às vezes. d. Raramente. e. Nunca.
3. Qual seu grau de instrução escolar?	a. Ensino fundamental incompleto. b. Ensino fundamental completo. c. Ensino médio incompleto. d. Ensino médio completo. e. Ensino superior incompleto. f. Ensino superior completo.

No grupo de questões abaixo, descreva o que se pede.

1. O que você faz da hora que chega ao trabalho até a hora de saída? Qual sua rotina de tarefas?
2. Há oportunidade de tomar decisões para resolver questões que surgem de maneira imprevista?
3. Com quem ou onde você aprendeu a realizar as tarefas domésticas?
4. Está satisfeito(a) por ter oportunidades de aplicar seus conhecimentos?
5. Você tem oportunidades de crescimento profissional? Seu chefe imediato incentiva a aquisição de novos saberes ou, ainda, oportunidades de aperfeiçoamento escolar?
6. Desde quando você trabalha no serviço doméstico? Já trabalhou apenas para assegurar um local para se alimentar e dormir, sem receber salário?
7. Você tem carteira assinada? Conhece os direitos e deveres do trabalhador doméstico?
8. Você tira férias? De quanto tempo? Fica totalmente afastado(a) dos seus afazeres trabalhistas?
9. Você tem filhos? Estava grávida enquanto trabalhava? Como foi essa experiência?
10. Se tem filhos: com quem seu filho fica enquanto você trabalha? Escola, babá?
11. Você pode dizer se possui benefícios em seu trabalho? Quais?
12. Você reside no seu trabalho? Desempenha mais de 40 horas semanais? Como é sua jornada de trabalho?
13. Seu trabalho é estressante? Comente.
14. Descreva a relação de trabalho entre você e o seu empregador.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021)

Esse roteiro de perguntas foi desenvolvido para alcançar o objetivo proposto pela pesquisa: descrever e analisar como se constrói a cenografia da qual emerge o *ethos* discursivo, pois situa as respostas em uma situação de enunciação vivida pelas empregadas domésticas. A partir das respostas a perguntas como “você reside no seu trabalho?” ou “descreva a relação de trabalho entre você e o seu empregador”, é possível depreender uma cena enunciativa. As questões – por exemplo, “com que frequência você pode tomar decisões independentes no seu trabalho?” ou “há oportunidade de tomar decisões para resolver questões que surgem de maneira imprevista?” – permitem depreender as dramáticas do uso de si diante das normas prescritas e o uso dos valores e saberes das trabalhadoras na resolução de situações cotidianas e, entre estas, algumas inesperadas.

Assim, a análise será desenvolvida partindo do seguinte ordenamento:

- a) identificação de como as normas antecedentes revelam o interdiscurso que se circunscreve nos discursos das empregadas domésticas, além de descrever como os saberes instituídos, presentes no espaço discursivo, manifestam uma memória sócio-histórica, por meio da materialidade discursiva da cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015);
- b) seleção das informações dos depoimentos das empregadas domésticas que denotam cenas enunciativas das quais resultam cenografias instauradas, possibilitando construir uma imagem de si – *ethos* discursivo;
- c) aplicação das categorias teóricas advindas da abordagem ergológica e entrelaçadas com as categorias enunciativo-discursivas da semântica global, da cenografia e do *ethos* discursivo, com a finalidade de depreender o(s) *ethos* discursivo(s) como imagem de si na materialidade linguística analisada;
- d) análise do que se aproxima e do que converge com relação aos *ethos* depreendidos dos depoimentos da coletânea de relatos *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (PRETA-RARA, 2019) e das respostas das empregadas domésticas (entrevista), a fim de determinar um universo discursivo, seu campo e espaço diante de cenas enunciativas, evidenciando cenografias que constroem *ethos* discursivos provenientes da linguagem no trabalho das empregadas domésticas em sua atividade laboral.

Na primeira seção da análise, realizo a inter-relação da cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015) com os relatos do livro *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da*

empregada (PRETA-RARA, 2019), bem como as respostas das empregadas domésticas entrevistadas, mediante recortes discursivos do livro que configuram quadros de análise.

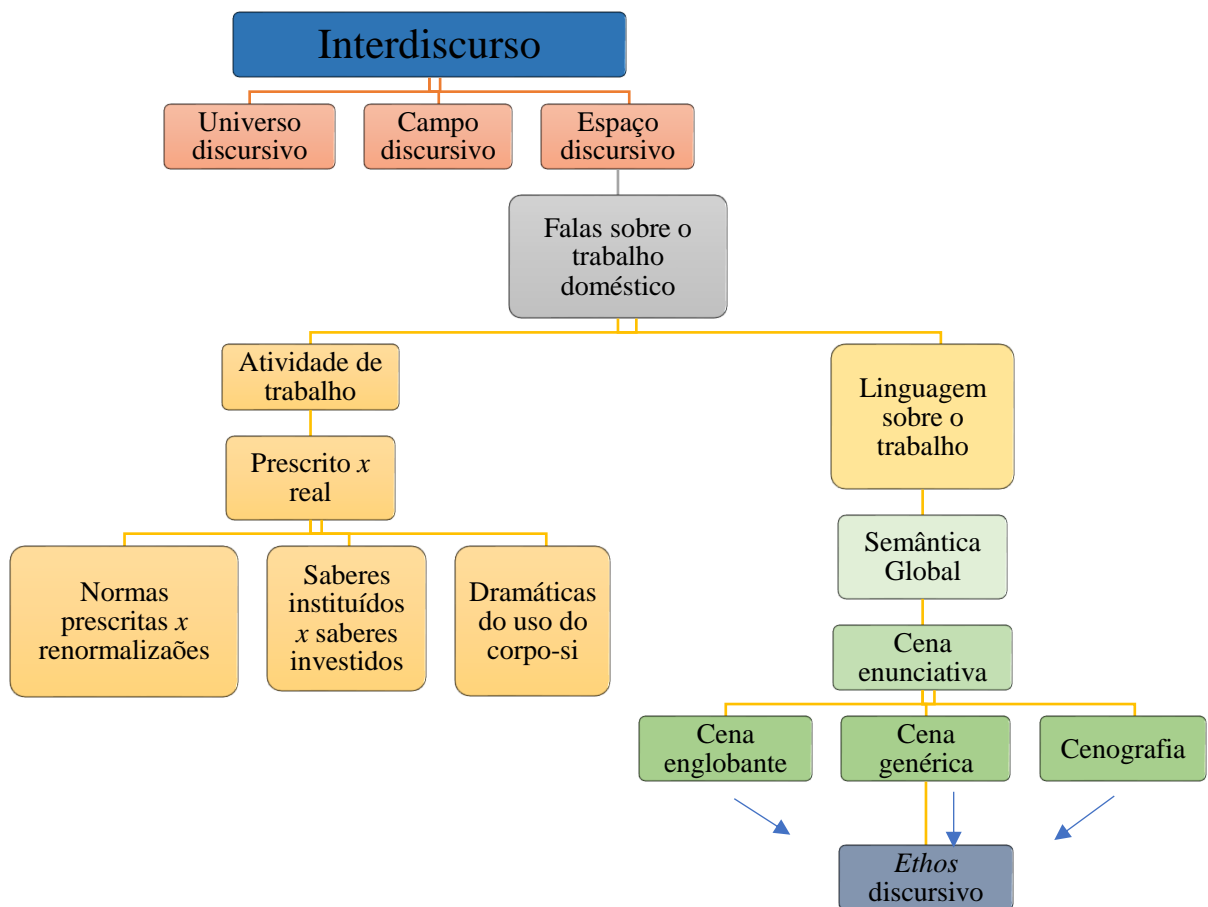
Cada quadro possui um tema, a saber: Quadro 2 – Respostas das empregadas domésticas às questões relativas ao trabalho doméstico; Quadro 3 – Respostas das empregadas domésticas às questões relativas ao vazio de normas; Quadro 4 – Respostas das empregadas domésticas às questões relativas aos direitos trabalhistas; Quadro 5 – Respostas das empregadas domésticas às questões relativas à maternidade e ao trabalho doméstico e Quadro 7 – Respostas das empregadas domésticas às questões relativas ao relacionamento com o empregador.

Nessa primeira seção, analiso as materialidades com base nos postulados da abordagem ergológica de Schwartz (2010a; 2010b; 2010c; 2011), Schwartz e Durive (2010), Trinquet (2010) e Nouroudine (2002), tais como linguagem e trabalho, atividade de trabalho, conceitos de prescrito e real, saberes instituídos e saberes investidos, normas prescritas e renormalizações e dramáticas do uso do corpo-si, demonstrando as cenografias e o ethos advindo da norma.

Na segunda seção analítica, utilizando a mesma materialidade linguística, isto é, os quatro blocos advindos do livro *Eu, empregada doméstica*, bem como os quadros onde constam as respostas das trabalhadoras domésticas, realizo a análise com base na teoria enunciativo-discursiva, de cunho sócio-histórico, de Maingueneau (2008a; 2008b; 2010; 2018; 2020), destaco universo, campo e espaço discursivo, semântica global, cena da enunciação, cenografia e ethos discursivo, evidenciando as cenografias e os ethos das trabalhadoras domésticas.

Nesse sentido, para alcançar os objetivos propostos e defender a tese que orienta esta pesquisa, demonstro, na Figura 9, como contemplo as categorias teóricas acionadas e entrelaçadas durante a análise. Desse modo, na Figura 9, consta a interface entre as duas abordagens teóricas entremeadas pelos discursos das trabalhadoras domésticas nas duas materialidades discursivas: os excertos discursivos selecionados nos depoimentos do livro e as respostas aos questionamentos feitos nas entrevistas aplicadas. Essa figura contará novamente na discussão da análise, seção na qual relaciono a teoria discursiva e a abordagem ergológica como interface possível.

Figura 9 – Roteiro teórico-metodológico de análise



Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2021)

No esquema descrito (Figura 9), os discursos das empregadas domésticas advêm de um interdiscurso, uma memória social e uma coletiva, dividida em três aspectos: um universo discursivo (falas sobre o trabalho); um campo discursivo (falas sobre o trabalho doméstico); e um espaço discursivo (falas das empregadas domésticas em concorrência com as falas de outros trabalhadores).

O discurso das trabalhadoras sobre o seu fazer laboral manifesta uma atividade de trabalho em que o embate entre o real do trabalho e o prescrito será fruto da gestão própria, de si mesmo, do ser humano que trabalha, resolvendo os confrontos impertinentes à situação concreta que ocorre na atividade laboral. Esse embate se dá no vazio de normas, quando as trabalhadoras renormalizam as prescrições do ambiente laboral, dispondo de saberes constituídos para preencher esse vazio, assim que os saberes instituídos se tornam insuficientes. Essa dimensão da atividade de trabalho junto aos debates de normas e ao agir do trabalhador,

com seus saberes, seus valores e sua história, serão contemplados no conceito das dramáticas do uso do corpo-si.

Nesse espaço de renormalizações, temos “uma singularidade viva”, uma entidade, um corpo-si que faz uso de si por outros quando interpelado pelas normas prescritas, e faz uso de si por si quando as renormaliza em demandas específicas e incontornáveis, manifestando-se por meio da linguagem sobre o trabalho quando a trabalhadora enuncia o mundo e a si própria. Assim, na análise, a interface entre a abordagem ergológica e a teoria enunciativo-discursiva possibilita através dos discursos das trabalhadoras, perceber a tessitura discursiva mediante uma semântica global. Dos planos discursivos advém uma cena enunciativa que constitui uma cenografia, da qual emerge um *ethos* discursivo como imagem de si.

Com base nesse roteiro metodológico, desenvolvo, no próximo capítulo, as seções de análise com base na materialidade linguística apreendida da obra *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (PRETA-RARA, 2019), juntamente com as respostas decorrentes das entrevistas realizadas com as empregadas domésticas, entremeadas com as normas prescritas da cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015).

6 ELA, EMPREGADA DOMÉSTICA: SOBRE COMPREENDER O TRABALHO PARA TRANSFORMÁ-LO

estamos na luta por dias melhores, para garantir nossos direitos trabalhistas até sermos respeitadas dentro do nosso local de trabalho. estamos na luta em busca de uma relação trabalhista na qual humanizam nossa existência (Preta-Rara).

Este capítulo é dedicado à análise dos *corpora* de pesquisa. Para tanto, desenvolvo duas seções. A primeira seção entrelaça os recortes feitos da cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015) com os blocos discursivos retirados da obra *Eu, empregada doméstica...* (PRETA-RARA, 2019), e as respostas provenientes das entrevistas realizadas com as empregadas domésticas.

Nesse entrelaçamento são feitas relações teóricas de pressupostos sócio-históricos com postulados da Ergologia, a fim de emoldurar, na atividade de trabalho, o espaço discursivo das falas sobre o trabalho doméstico, além de verificar quais saberes, renormalizações e dramáticas os discursos das empregadas domésticas constituem, além de em um movimento de interface determinar as cenografias e os *ethos* que advém da análise ergológica.

Na segunda seção, analiso, por meio do desdobramento da abordagem ergológica da atividade, em linguagem sobre o trabalho, como se constitui uma semântica global para os *corpora* analisados, qual quadro cênico apresenta e que *ethos* discursivo revela.

6.1 DISCURSO DO CORPO-SI: O PRESCRITO E O REAL NA ATIVIDADE DE TRABALHO DOMÉSTICO

O Ministério do Trabalho e Previdência Social lançou uma nova versão da cartilha *Trabalho doméstico: direitos e deveres*, publicada inicialmente em 2004 (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015). Essa cartilha, em sua sexta edição, foi revista e atualizada para contemplar os direitos previstos na Emenda Constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013 (BRASIL, 2013), e na Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015 (BRASIL, 2015), estendidos aos(às) trabalhadores(as) domésticos(as), com a intenção de contribuir com trabalhadores e empregadores, reunindo, em um único documento, as informações sobre as normas legais dos domésticos, com o intuito de melhorar e fortalecer as relações trabalhistas. De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência Social (2015, p. 3), “[...] esta edição é uma resposta rápida e objetiva do Ministério do Trabalho e Previdência Social às recentes

alterações legislativas, cuidadosamente elaborada para esclarecer dúvidas quanto aos direitos dos empregados domésticos”.

Esta seção analítica emprega conceitos estipulados pela cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015), entremeados com as respostas das entrevistas obtidas junto às empregadas domésticas e com os excertos da obra *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (PRETA-RARA, 2019), para ilustrar como se dá o funcionamento do prescrito e do real na atividade de trabalho. Nesse sentido, consideram-se as noções conceituais de debate de normas e dramática do uso de si por si e pelos outros, postulados pela abordagem ergológica, além de apresentar o espaço discursivo das falas sobre o trabalho doméstico.

O texto da cartilha dos *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015, p. 5) traz o seguinte conceito de “empregado doméstico”:

EMPREGADO DOMÉSTICO – Considera-se empregado(a) doméstico(a) aquele(a) maior de 18 (dezoito) anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante), subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana. Assim, o traço diferenciador do emprego doméstico é o caráter não-econômico da atividade exercida no âmbito residencial do(a) empregador(a).

O primeiro aspecto relevante a ser destacado, no excerto do texto, é a natureza trabalhista ser configurada apenas com maiores de 18 anos. Esse aspecto não condiz com a realidade de muitas mulheres, que, para sustentar a família ou fugir dos maus tratos na própria residência ou, ainda, por almejar uma vida melhor, iniciam sua trajetória laboral muito antes da idade prevista em lei. Apresento quatro blocos com excertos retirados da coletânea de relatos sobre o trabalho infantil doméstico.

Bloco 1

Eu comecei a trabalhar aos 14 anos. Todas as minhas patroas foram boas pra mim, não teve muita ruindade não. Só aquelas coisas, né? De poder comer quando todos já comeram.
Já teve vez que eu passava o dia todo trabalhando, e ela só me dava dois salgadinhos [...].
Eu trabalhei dos 14 aos 44 anos como empregada doméstica [...].

Fonte: Preta-Rara (2019, p. 15)

Bloco 2

As mulheres da minha família (avós, mãe e tias) todas trabalharam como domésticas.
Minha mãe, **desde os 6 anos, trabalhava e morava no lugar.**
Com 7 anos ela trabalhou em uma casa com uma varanda de pedra toda em volta. Ela tinha que esfregar a varanda inteira com uma escova de mão.

Fonte: Preta-Rara (2019, p. 51)

No primeiro bloco, a trabalhadora conta que iniciou cedo na função de empregada doméstica, em uma residência, aos 14 anos de idade, e, mesmo não reconhecendo como

“ruindade” das patroas, sofreu abusos trabalhistas, como alimentação inadequada e a força e energia demandadas pelas tarefas domésticas. No segundo depoimento, a filha narra a experiência da mãe, uma criança de 6 anos que já desenvolvia funções do trabalho doméstico que requerem grande esforço para o corpo de uma menina adolescente: “escovar uma varanda de pedra com escova de mão”. De acordo com a cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015, p. 17), isso constitui crime, conforme o recorte:

PROIBIÇÃO DO ADOLESCENTE COMO EMPREGADO DOMÉSTICO – É vedada a contratação de menor de 18 (dezoito) anos para desempenho de trabalho doméstico, de acordo com o parágrafo único do artigo 1º da Lei Complementar nº 150, de 2015, com a Convenção nº 182, de 1999, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com o Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.

Nesses excertos, observo o conceito de “debate de normas e valores”, proposto pela Ergologia, em que as normas antecedentes “enquadram, antecipam, predeterminam as atividades a serem realizadas e apresentam-se como uma combinação inextricável de conquistas e riscos, tanto facilitadoras como opressoras da vida social” (SCHWARTZ, 2011, p. 135-136). Ou seja, elas são imprescindíveis à vida social e laboral, pois organizam as hierarquias, funções e atividades. Contudo, somente seguir as normas pode ser opressor, limitador da identidade individual e impossível de ser feito.

Segundo Souza-e-Silva (2014, p. 286), o uso das normas no ambiente laboral, ou mesmo em sociedade, torna-se necessário, já que:

É uma conquista de toda a sociedade humana, mas ela comporta também um risco, aquele de ser considerada como um fim em si, como um poder de antecipação absoluto, como uma tentativa de simplificar a atividade humana, ou seja, de prepará-la de tal forma pelos outros de modo que os trabalhadores, aqueles que teriam que executá-la, não teriam de pensar.

Diante disso, as normas regulam a atividade, mas não devem ter um fim em si mesmas, apesar dos discursos de muitos gestores que apelam para “apenas fazer o predeterminado” e, quando as situações de trabalho inesperadas acontecem, espera-se que o indivíduo utilize seu conjunto de valores, isto é, seus recursos pessoais, para solucionar a demanda que extrapolou as normas. Por isso, a tendência à renormalização é um fato universal. Como afirma Schwartz (2011, p. 138-139), “a necessidade de recriar normas, de renormalizar [...] para a saúde de cada humano no trabalho, reforça a impossível estandardização do agir”.

Nessa perspectiva, os empregados realizam suas atividades a partir de ordens e procedimentos dos quais não são autores, que são prescritos ao trabalhador, de modo que a sua

atividade seria a realização dessas tarefas. Porém, não há uma relação direta entre essas duas dimensões – isso significa que existem muitas lacunas entre o que é prescrito e o real. Assim, “este quadro se amplia ainda mais e nos faz presenciar uma corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, que foi dominante ao longo do século XX, de matriz taylorista-fordista”. (ANTUNES, 2011, p. 406). Nesse contexto, a Ergologia propõe os conceitos de normas antecedentes e renormalizações, buscando a análise e transformação das situações de trabalho. Para isso, o conceito de trabalho utilizado se relaciona diretamente com o de atividade industriosa, que envolve sempre um debate de normas.

No segundo bloco, o trabalho infantil doméstico torna-se uma forma de dominação, em que o corpo adulto em posição de poder utiliza o corpo infantil para desempenhar funções incompatíveis com a sua constituição. Logo, trata-se de uma relação de submissão do mais forte para com o mais fraco, tanto física quanto psicologicamente. Nesse discurso, o grau de autonomia e responsabilidade da empregada doméstica era superior ao que conseguiria demonstrar, tanto fisicamente quanto psiquicamente, para perceber naquele momento o quão abusiva e desmedida era a norma estabelecida pela empregadora, o que denota abuso do poder do empregador sob a trabalhadora que residia na casa onde executava as tarefas. Essa trabalhadora possuía uma relação análoga à escravidão, à medida que trabalho infantil é tido como crime e realizar tarefas em troca de moradia, sem garantias de salário, descanso e outros direitos trabalhistas configura o mesmo tipo de relação trabalhista imposta aos escravos. Ao mesmo tempo, a empregadora tem o poder – a casa, a comida, um lugar para ela ficar – e baseada nisso decide que pode exigir qualquer tipo de serviço.

Apresento o Bloco 3, ainda sobre a temática do trabalho infantil doméstico.

Bloco 3

Certo dia as crianças da casa a encurralaram num canto e começaram a beliscar e puxar seu cabelo. Quando ela gritou chamando a patroa, a mulher veio furiosa porque o patrão estava cochilando e ela iria acordá-lo. Nesse dia ela apanhou da patroa e passou a sofrer calada. Todas as vezes que as crianças faziam isso não revidava, por medo de apanhar, e chorava baixinho pra ninguém ouvir.

Fonte: Preta-Rara (2019, p. 51)

O trabalho infantil doméstico é considerado uma das piores formas de exploração de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos. Isso porque, entre outros riscos, expõe as vítimas a esforços físicos intensos, ao isolamento e a longas jornadas de trabalho, inclusive durante a noite. Mais do que isso, longe da família, dentro de um ambiente privado e vulneráveis às vontades dos patrões, as crianças e os adolescentes ficam mais suscetíveis a abusos físicos, psicológicos e sexuais.

Segundo uma pesquisa do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, com base em dados da PNAD, em 2013, mais de 200 mil crianças e adolescentes pobres entre 5 e 17 anos eram vítimas do trabalho infantil doméstico: 94% delas meninas, 73% negras e 40% nordestinas (IBGE, 2013). Dados mais recentes, de 2016, mostram que 12,7% das vítimas de trabalho infantil eram exploradas em atividades domésticas, sendo que metade delas tinha entre 5 e 13 anos (IBGE, 2017).

Esses dados revelam que o trabalho infantil doméstico ainda é comum em regiões mais pobres, sendo socialmente aceito quando se trata de meninas. Esse estereótipo de o trabalho doméstico ser predestinado às mulheres leva à exploração de crianças e adolescentes, por quase nenhum salário e em condições insalubres. O Quadro 2 ilustra o estereótipo do trabalho infantil feminino, baseado na herança familiar que constitui o aprendizado sobre as funções de doméstica.

Quadro 2 – Respostas das empregadas domésticas às questões relativas ao trabalho doméstico

	Empregada A	Empregada B	Empregada C	Empregada D
Com quem ou onde você aprendeu a realizar as tarefas domésticas?	Com minha mãe.	Eu aprendi desde 11 anos de idade , um pouco mais cedo. Minha mãe era empregada doméstica e me levava junto. Aprendi tudo com ela!	Vem de casa, a tua mãe te ensina e você “corre mundo”.	Sozinha.
Desde quando você trabalha no serviço doméstico? Já trabalhou apenas para assegurar um local para se alimentar e dormir, sem receber salário?	Iniciei no ano de 2018. Não!	Eu trabalho de diarista há uns quatro ou cinco anos. Felizmente, eu nunca trabalhei para ter onde morar e dormir. Mas tem colegas minhas que precisam se submeter a esse tipo de emprego para poder comer e sobreviver.	Desde criança. De adulta pra suprir as necessidades da família.	Quatro ou cinco anos. Sim!

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021)

Nas respostas das trabalhadoras, há uma predominância da dinâmica familiar de a mãe ensinar as tarefas domésticas para as filhas. Creio que esse é um movimento cultural que ocorre na maioria das famílias, levando em consideração que é um aprendizado para suas futuras casas. De alguma maneira, assemelha-se a uma determinação machista, que ensina as meninas a limparem e organizarem a casa, enquanto os meninos aprendem outras tarefas ou não desenvolvem nenhum tipo de tarefa doméstica em seus lares. As empregadas domésticas A e B

informaram que trabalham há pouco tempo com o serviço doméstico remunerado, apesar de, desde criança, conhecerem as atividades que envolvem esse trabalho. Outro aspecto relevante é que essa naturalização do trabalho doméstico como exclusivamente feminino leva as meninas a saberem cuidar desde cedo de uma casa e apontarem para uma única direção quando precisam de um emprego: o trabalho doméstico infantil.

Sobre essa cenografia do trabalho doméstico infantil, observo que ela se desdobra em duas: uma criança explorada realiza trabalho doméstico infantil, o que é manifestado na materialidade linguística: “desde criança”, “desde os 6 anos, trabalhava e morava no lugar” e “com 7 anos ela trabalhou em uma casa”, e uma segunda cenografia que projeta um *antiethos*¹⁹ representado pela empregadora que contratou essa criança. Dessa forma, a imagem de si da trabalhadora é de um *ethos* de empregada doméstica oprimida, na primeira cenografia; e um *ethos* de empregadora abusiva na segunda cenografia, conforme resumo no Quadro 3.

Quadro 3 – Constituição das cenografias e *ethos* discursivo do trabalho doméstico infantil

CENOGRAFIAS	<i>ETHOS</i> DISCURSIVO
Criança explorada realiza trabalho doméstico infantil.	<i>Ethos</i> de empregada doméstica oprimida.
Empregadora explora criança para trabalhar.	<i>Ethos</i> de empregadora abusiva.

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2022)

Esses relatos das trabalhadoras demonstram uma precarização do trabalho, que ocorre no país há muito tempo: a utilizando mão de obra infantil para realizar o trabalho doméstico. Isso revela uma economia no emprego que advém do sistema capitalista que regula os papéis produtivos dos indivíduos. De acordo com Marx (2014, p. 97),

O capital tem a tendência a reduzir ao necessário o trabalho vivo diretamente empregado, a encurtar sempre o trabalho requerido para fabricar um produto — explorando as forças produtivas sociais do trabalho — e, portanto, a economizar o mais possível o trabalho vivo diretamente aplicado. Se observamos de perto a produção capitalista, abstraindo do processo de circulação e da hipertrofia da concorrência, verificamos que procede de maneira extremamente parcimoniosa com o trabalho efetuado, corporificado em mercadorias.

O trabalho da empregada doméstica é, dessa forma, corporificado em mercadoria com o corpo do sujeito empregado na função. Mas quais seriam os motivos de se submeter a abusos no ambiente laboral? Porque, talvez, conforme afirma Antunes (2011, p. 407), “[...] o capital desemprega cada vez mais trabalho estável, substituindo-os por trabalhos precarizados, que se

¹⁹ Abordarei esse conceito de forma aprofundada na próxima seção analítica.

encontram em enorme expansão no mundo agrário, industrial e de serviços, bem como nas múltiplas interconexões existentes entre eles, como na agroindústria, nos serviços industriais ou na indústria e serviços”.

Nesse contexto de desemprego ou empregos precarizados (como da diarista, que faz o trabalho doméstico, mas recebe por diária, em vez de possuir um vínculo empregatício consistente na casa em que trabalha), as empregadas que prestaram esses relatos se viram obrigadas a suportar abusos diversos para não correrem o risco de ficar sem um local para morar.

Diante disso, ressaltam-se as prescrições das normas, que se estabelecem sobre o trabalho doméstico e implicam significativamente o que Schwartz (2010a) denomina de “dramáticas da atividade”, porque podem ocorrer de maneira mais ou menos conflituosa, conforme a correlação de forças no grau de exigência das solicitações externas ao sujeito, como é possível observar quando a empregada D respondeu que já necessitou trabalhar apenas para assegurar um local para viver. Desse modo, conforme Schwartz (2002, p. 135), “toda atividade é sempre, e em todos os graus imagináveis entre o explícito e não formulado, entre o verbo e o corpo, entre a história coletiva e o itinerário singular, o lugar de um debate de normas”.

As condutas abusivas são configuradas como assédio moral e apresentadas na cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015, p. 531) da seguinte forma:

ASSÉDIO MORAL – toda e qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, escritos, comportamento, atitude etc.), intencional e de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho. As condutas mais comuns, dentre outras, são: instruções confusas e imprecisas ao(à) trabalhador(a); atribuir erros imaginários ao(à) trabalhador(a); exigir, sem necessidade, trabalhos urgentes; sobrecarga de tarefas; ignorar a presença do(a) trabalhador(a), ou não cumprimentá-lo(a) ou, ainda, não lhe dirigir a palavra na frente dos outros, deliberadamente; fazer críticas ou brincadeiras de mau gosto ao(à) trabalhador(a) em público; agressão física ou verbal, quando estão sós o(a) assediador(a) e a vítima; revista vexatória; restrição ao uso de sanitários; ameaças; insultos; isolamento.

A legislação sobre o trabalho doméstico aborda o tema do assédio moral, de forma a ilustrar os tipos de condutas consideradas assédio. As mais graves são agressão física ou verbal, ameaças, insultos e restrição ao uso de sanitários, ou aquelas que passam despercebidas no dia a dia das trabalhadoras domésticas, como exigir sem necessidade trabalhos urgentes, não lhe dirigir a palavra na frente dos outros, sobrecarregá-las de tarefas, bem como atribuir erros imaginários e dar instruções confusas e imprecisas ao trabalhador. Quanto a esse tipo de abuso invisível sofrido pelas trabalhadoras, trago o Bloco discursivo 4 para ilustrar:

Bloco 4

Minha mãe é de um interior minúsculo e aos 13 anos foi mandada para a capital para trabalhar, ela sempre me conta de um episódio em que a patroa pediu que ela fizesse carne assada e ela cortou a carne em pedaços (a patroa não especificou como queria a carne) e quando ela chegou obrigou minha mãe a comer aproximadamente um quilo de carne ofendendo ela o tempo todo **chamando a de burra, puta e mula**, quando minha mãe terminou a carne a patroa proibiu ela de comer na casa.

Fonte: Preta-Rara (2019, p. 49)

Conforme esse relato da trabalhadora doméstica, há sérios abusos verbais (chamando de “burra”, “puta” e “mula”) e físicos (obrigando a mãe a comer aproximadamente um quilo de carne), o que configura uma visão sócio-histórica pautada na relação de posse advinda da escravidão. O trabalho infantil doméstico, para quem trabalha, é uma questão de sobrevivência; mas, para quem emprega, é um modo de perpetuar a cultura escravagista e garantir a execução do trabalho em detrimento às especificidades da condição humana infantil.

Nesse sentido, o emprego para essas meninas não é sinônimo de trabalho, e sim apenas uma forma de trabalho remunerado e reconhecido socialmente. Segundo Rohm e Lopes (2015, p. 335), “[...] trabalhar significa aprender a fazer e saber fazer alguma coisa que transforma a realidade e a própria pessoa que trabalha. Portanto, o trabalho não pode ser considerado uma tortura para o ser humano, e, sim, um processo de desenvolvimento e valorização do homem sobre a natureza”, aspecto que não é contemplado nos discursos sobre o trabalho doméstico, já que o erro nesse tipo de atividade é punido com agressões físicas e/ou verbais. O fazer diário das empregadas domésticas não pode ser uma tortura, permeada por ameaças e abusos, mas sim um ambiente para aprender a fazer algo que transforme a realidade do local onde trabalha e a própria trabalhadora.

Outro aspecto relevante que se percebe nesse relato são as prescrições de normas, pois a patroa não havia especificado como era para preparar a carne. Nesse ponto, temos uma criança que não deveria executar as ações de cozinhar, manusear objetos aquecidos e se expor ao calor do fogão. Uma criança não conseguiria realizar de forma satisfatória uma tarefa perigosa e complexa, o que revela uma situação em que a trabalhadora não poderia executar bem o que gera uma punição abusiva da parte da empregadora. Tanto nesse caso da carne assada, que a patroa não informou como deveria ser feito o corte, quanto no caso de lavar a varanda inteira de pedra aos sete anos de idade, o mínimo esperado era o reconhecimento por parte de quem prescreveu as orientações para com quem mal teria capacidade física de realizar a tarefa.

De acordo com Dejours (2007, p. 34), “[...] o reconhecimento esperado por quem mobiliza sua subjetividade no trabalho assume formas extremamente reguladas, [...] e implica a participação de atores, também estes rigorosamente situados em relação à função e ao trabalho

de quem espera o reconhecimento”, ou seja, essa valoração do trabalho desempenhado pelas trabalhadoras, conforme Dejours (2007, p. 34), “depende na verdade do sentido do sofrimento”, já que elas haviam deixado a família e executavam tarefas muito árduas para suas idades. Segundo esse teórico, “quando a qualidade do meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido”. (DEJOURS, 2007, p. 34).

No processo pessoal do trabalhador de dar sentido ao seu trabalho e marcar sua tarefa com sua subjetividade, Duraffourg (2010, p. 68) aponta que “para trabalhar, é necessário que haja um prescrito, um conjunto – de objetivos, de procedimentos, de regras – relativo aos resultados esperados e à maneira de obtê-los”, e quem prescreve esse conjunto é a sociedade. Sendo assim, o universo discursivo das falas sobre o trabalho doméstico, com sua herança social pautada na escravidão, incide nas tarefas diárias das trabalhadoras em forma de normas prescritas. Contudo, o que ocorre quando as tarefas não são desenvolvidas de acordo com a prescrição é da natureza do indivíduo que executa as ações, afinal há uma distância entre o prescrito e o real do trabalho, pois “a situação real é sempre diferente daquilo que foi antecipado pelo prescrito. Essas diferenças entre o que te é demandado e o que se passa na realidade devem ser geridas”. (DURAFFOURG, 2010, p. 68).

Ao mesmo tempo, as empregadas gerem o vazio de normas deixado pelas patroas diante das situações reais de trabalho. Nesse aspecto, a abordagem ergológica propõe que se coloque em prática, em toda a atividade de trabalho, um saber pessoal para preencher e gerir a distância entre o prescrito e o real. Esse saber é o resultado da história individual de cada um, sempre singular, ou seja, adquirida da própria experiência profissional e de outras experiências, e é denominado por Trinquet (2010, p. 100) como “saber investido”.

O saber investido que as trabalhadoras põem em prática, para gerir o vazio de normas, advém de seus valores e vivências – talvez, na casa da empregada, que, do ponto de vista da patroa, cortou errado a carne, fosse a forma correta de se realizar essa tarefa. A empregada doméstica utilizou o saber investido disponível para gerir o vazio entre o que foi prescrito e o real do trabalho, levando em consideração que se tratava de uma criança de apenas 13 anos de idade. Schwartz, Duc e Durrive (2010) nomeiam os saberes instituídos como “valores da experiência”; então, como determinar a experiência que uma criança teria para desenvolver funções domésticas?

Desse modo, os saberes instituídos são necessários, mas exteriores e anteriores à situação de trabalho, e se inscrevem em desaderência com a atividade real de trabalho, enquanto os saberes investidos “ocorrem em aderência, em capilaridade com a gestão de todas as

situações de trabalho, elas mesmas adquiridas nas trajetórias individuais e coletivas singulares, contrariamente aos saberes acadêmicos”. (SCHWARTZ, 2010a, p. 44).

Quando a abordagem ergológica configura o DD3P (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010), prevê três polos: o primeiro dos saberes instituídos; o segundo dos saberes investidos; e o terceiro o lugar onde as normas antecedentes são renormalizadas. Conforme Trinquet (2010, p. 103), “é indispensável criar um lugar onde todos os interlocutores possam definir e elaborar as disposições e os meios para que a busca de soluções seja possível”. Esse lugar, na materialidade linguística analisada, está representado apenas parcialmente pelo esforço das empregadas em preencher o vazio de normas, porém não encontra uma renormalização completa, visto que os interlocutores não elaboram soluções para o vazio da prescrição das normas.

As patroas não percebem que, ao não especificar o modo como devem ser executadas as tarefas, deixam um vazio que deve ser redefinido, conforme a ação da trabalhadora, e quiçá implementado no cotidiano do fazer doméstico e na atividade laboral. Esse vazio de normas, que atinge toda a realização humana enquanto trabalho, poderia ser minimizado, levando em conta que apenas ser menina não é aspecto determinante para realizar bem o trabalho doméstico. Além disso, denota, por parte das patroas, uma visão de normas prescritas necessárias à casa ideal, o que é, no entanto, uma expectativa irreal diante da realidade concreta.

Nesse cenário, quando as situações de trabalho inesperadas acontecem, espera-se que o indivíduo utilize seu conjunto de valores e seus recursos pessoais para solucionar a demanda inesperada não prescrita pelas normas. Por isso, há sempre a tendência à renormalização, pois é um fato universal. Com o intuito de verificar o grau de autonomia em tomar decisões em seu trabalho diário, além de constatar como se dá a renormalização no trabalho doméstico, elaborei, a partir de duas questões respondidas pelas empregadas entrevistadas o Quadro 4.

Quadro 4 – Respostas das empregadas domésticas às questões relativas ao vazio de normas

	Empregada A	Empregada B	Empregada C	Empregada D
Com que frequência você pode tomar decisões independentes no seu trabalho? Comente.	c. Às vezes.	a. Com extrema frequência. Porque nas casas que eu trabalho as donas de casa nunca estão. Eu tenho a chave e tomo todas as decisões.	c. Às vezes.	c. Às vezes.
Há oportunidade de tomar decisões para resolver questões que surgem de maneira imprevista?	Sim, há oportunidade.	Sim, eu, na maioria das vezes, quando acontece algum imprevisto, eu mesma resolvo. Tenho os telefones do encanador, quando dá algum problema, do síndico. Tenho muita autonomia pra resolver tudo isso.	Muito raro eu tomar decisões porque quase sempre já estão resolvidas pelos chefes.	Às vezes.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021)

Nas respostas das entrevistadas sobre os imprevistos e os vazios de normas, noto uma discrepância entre as respostas das empregadas A C e D em relação à da empregada doméstica B, que informou perceber pouco o vazio de normas em suas atividades e as renormalizações depreendidas dessas lacunas. Observo que, na resposta à segunda pergunta, a empregada C relatou que é “muito raro eu tomar decisões porque quase sempre já estão resolvidas pelos chefes”; logo, as normas prescritas são dadas e ela as executa, sem se dar conta de que algumas decisões ainda dependem da sua subjetividade.

Já na resposta da empregada doméstica B, sobre a frequência que toma decisões na atividade de trabalho, ela relatou que “com extrema frequência. Porque nas casas que eu trabalho as donas de casa nunca estão. Eu tenho a chave e tomo todas as decisões”, além de ter autonomia para resolver os imprevistos, como comentou: “Sim, eu, na maioria das vezes, quando acontece algum imprevisto, eu mesma resolvo. Tenho os telefones do encanador, quando dá algum problema, do síndico. Tenho muita autonomia pra resolver tudo isso”. Nesse depoimento, a renormalização, isto é, a gestão de si mesma, é completa, pois as patroas deixam as chaves da casa com a funcionária e ela resolve os imprevistos, preenchendo o vazio de normas e deixando tudo funcionando para quando as patroas retornarem para casa.

No embate entre as normas prescritas e as renormalizações, durante a atividade de trabalho, temos uma pessoa, como menciona Schwartz (2014, p. 260): “uma singularidade viva

no tratamento de situações a viver”. Essa entidade, esse corpo-si, faz uso de si por outros quando interpelado pelas normas prescritas e faz uso de si por si quando as renormaliza em demandas especificadas e incontornáveis. Schwartz (2014, p. 260) assim pontua: “nenhuma atividade industriosa humana [...] poderia estar desprovida deste último”, ou seja, a atividade laboral está intrinsecamente relacionada ao uso do corpo-si e, portanto, às ações do ser humano.

De acordo com Schwartz (2010a; 2010b; 2020c), o enfoque ergológico critica as abordagens que consideram o trabalho como uma mera execução de uma prescrição dos procedimentos estabelecidos, como se existisse uma divisão transparente entre os que planejam e os que executam dada tarefa. No caso dos excertos discursivos dos blocos entre os que planejam a legislação e a tarefa a ser executada e aqueles que vivem o real da atividade de trabalho – as empregadas domésticas –, apresentam-se os empregadores com contornos de mentalidade servil, punitiva e exploratória.

Sobre as questões legais do trabalho, tais como remuneração, registro em carteira de trabalho e jornada de trabalho, as trabalhadoras domésticas fizeram seus depoimentos, apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 – Respostas das empregadas domésticas às questões relativas aos direitos trabalhistas

	Empregada A	Empregada B	Empregada C	Empregada D
Você tem carteira assinada? Conhece os direitos e deveres do trabalhador doméstico?	Não tenho carteira assinada.	Não tenho carteira assinada, pois quero pagar o INSS como autônoma. Não conheço os direitos e deveres do trabalhador doméstico.	Não tenho a carteira assinada e conheço os direitos e deveres do trabalhador doméstico, pois tenho uma empresa que emprega trabalhadoras domésticas.	Não tenho carteira assinada e não conheço os direitos do trabalhador doméstico.
Você reside no seu trabalho? Desempenha mais de 40 horas semanais? Como é sua jornada de trabalho?	Não resido e trabalho por diária.	Não resido no trabalho, mas sou diarista. Às vezes, passo o dia sem almoçar na casa do empregador. Saio às 10:30 e toco direto até as 17 horas. Almoço às 18 horas e janto às 20. Vou dormir pra ir trabalhar no outro dia.	Não resido no trabalho, mas minha jornada é muito puxada. É uma jornada muito puxada de quem faz faxina.	Não resido, mas desempenho até mais de 40 horas semanais, somando as casas em que trabalho. Minha jornada de trabalho é muito cansativa.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021)

Nas respostas das entrevistadas, há recorrência da falta de conhecimento sobre os direitos e deveres do trabalhador doméstico, tanto de legislações específicas quanto das

recomendações propostas pela cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015), com exceção da empregada C, que disse conhecer os direitos e deveres, pois tem uma empresa de serviço doméstico e, então, provavelmente os conhece para poder aplicar no dia a dia com as funcionárias. Quanto ao registro em carteira de trabalho, nenhuma das entrevistadas possui; todas trabalham em sistema de diária e recebem pelo dia trabalhado. Ainda, relataram ter uma jornada cansativa, deixando de fazer algumas refeições para cumprir o trabalho, bem como somando mais de 40 horas semanais de trabalho com faxinas.

O sistema de diária por faxina evidencia a precarização do trabalho doméstico, sem um salário fixo; logo, se trabalha para sobreviver ou por algum motivo de doença, os filhos pequenos ou outros contratemplos que ocorrerem na vida pessoal podem levar essa mulher a não conseguir realizar a “faxina” diária para receber remuneração, ficando, assim, diante de uma situação precária de subsistência. Segundo Abramo e Valenzuela (2016, p. 121), “o nível de remuneração das trabalhadoras domésticas evidencia a baixa valoração social e econômica dessa ocupação”, o que contribui para que o ambiente de trabalho afete a qualidade de vida e a saúde mental dessas trabalhadoras. Segundo Guimarães (2012, p. 146), “a incidência de depressão entre as/os trabalhadoras/es domésticas/os alcançava 6,5%, bem acima da média correspondente ao conjunto da população ocupada (3,9%)”, logo é uma profissão em que se adoece mais por problemas mentais em comparação a outras profissões.

Na primeira questão do Quadro 4, sobre o registro em carteira de trabalho, nenhuma entrevistada possuía o documento registrado pelos empregadores. Sobre esse tema, a cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015, p. 7) prevê o seguinte:

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – devidamente anotada, com os dados do(a) empregador(a), especificando-se a data de admissão, salário ajustado e celebração de contrato por prazo determinado, se for o caso (artigo 9º da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015). As anotações devem ser efetuadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após a entrega da carteira de trabalho pelo(a) empregado(a), quando da sua admissão. A data de admissão a ser anotada corresponde à do primeiro dia de trabalho, mesmo em contrato de experiência.

O aspecto sobre o salário é tratado por Federici (2019, p. 42) quando essa estudiosa expõe que, apesar de, sob o capitalismo, todo trabalhador ser manipulado e explorado,

[...] o salário dá a impressão de um negócio justo: você trabalha e é pago por isso, de forma que você e seu patrão ganham o que lhes é devido, quando na realidade, o salário, em vez de ser um pagamento pelo trabalho que você realiza, oculta todo o trabalho não pago que resulta no lucro. Mas, pelo menos, o salário é uma forma de reconhecimento como trabalhador, sendo possível barganhar e lutar contra os termos e a quantidade desse salário.

Ainda, conforme Federici (2019, p. 42), “[...] ter um salário significa fazer parte de um contrato social, e não há dúvidas a respeito do seu significado: você não trabalha porque gosta, ou porque algo brota naturalmente dentro de você, mas porque a única condição sob a qual você está autorizado a viver”, ou seja, o mito liberal de trabalhar por amor, por satisfação pessoal não condiz com a realidade da classe trabalhadora que precisa de seus salários para suas necessidades básicas e seu lazer ou para adquirir qualquer bem material.

No que diz respeito à jornada de trabalho, a cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015, p. 8) postula o seguinte:

JORNADA DE TRABALHO – duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, facultada a compensação de horários, mediante acordo escrito entre empregado(a) e empregador(a).
OBSERVAÇÃO: O uniforme e outros acessórios concedidos pelo(a) empregador(a) e usados no local de trabalho não poderão ser descontados, assim como é vedado ao(à) empregador(a) doméstico(a) efetuar descontos no salário do(a) empregado(a) por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia, bem como por despesas com transporte, hospedagem e alimentação em caso de acompanhamento em viagem.

Nesse sentido, sobre jornada de trabalho, o tempo utilizado para o trabalho, Antunes (2015, p. 132) aborda os conceitos de “tempo, o tempo de trabalho, o autocontrole sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida”, por acreditar que os trabalhadores necessitam de uma vida dotada de sentido fora do trabalho. O autor propõe buscar uma ação contra o controle opressivo no tempo de trabalho e no tempo de vida.

No contexto das entrevistas, as respostas das empregadas sobre a jornada de trabalho excessiva desvelam um controle opressivo do sistema de precarização do trabalho. Sobre o uso do tempo, Abramo e Valenzuela (2016) constroem o conceito de “pobreza de tempo”, no qual o tempo dedicado ao trabalho aumentou, enquanto se reduziu o tempo destinado à família, à cultura, ao descanso e ao lazer. De acordo com essas estudiosas, tal tendência “[...] se acentua quando se introduz na análise uma dimensão de gênero e se considera o nível de renda das pessoas e das famílias: o uso do tempo reproduz as desigualdades sociais e econômicas dos domicílios. (ABRAMO; VALENZUELA, 2016, p. 119).

Observo, diante dessas situações, que as prescrições das normas, que se estabelecem sobre o trabalho doméstico, implicam significativamente o que Schwartz (2010a) denomina “dramáticas da atividade”, porque podem ocorrer de maneira mais ou menos conflituosa, conforme a correlação de forças entre o grau de exigência das solicitações externas ao sujeito. Os *corpora* analisados apontam para uma dramática do uso de si das empregadas domésticas em situação de vulnerabilidade social, que aplicam seus saberes e valores para preencher o vazio de normas deixado pelo prescrito na atividade de trabalho, sacrificando, assim, seu corpo pelo trabalho na atividade laboral.

Desse modo, de acordo com Schwartz (2002, p. 135), “toda atividade é sempre, e em todos os graus imagináveis entre o explícito e não-formulado, entre o verbo e o corpo, entre a história coletiva e o itinerário singular, o lugar de um debate de normas”. Sendo assim, nesses discursos sobre o trabalho doméstico, há um conflito entre o corpo, o sujeito e as normas prescritas pela cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015) e pelas empregadoras. Esse aspecto representa o conceito de trabalho invisível, já que, por mais que o sujeito esteja no seu limite físico e psicológico, o trabalho estará feito ao final do dia, sem que ninguém se pergunte sob quais condições o sujeito trabalhador executou as demandas solicitadas pelo meio, pelo empregador ou por sua própria subjetividade.

Apresento na sequência mais um quadro de respostas das empregadas domésticas sobre a temática da maternidade e trabalho doméstico conforme se consta no Quadro 6:

Quadro 6 – Respostas das empregadas domésticas às questões relativas à maternidade e ao trabalho doméstico

	Empregada A	Empregada B	Empregada C	Empregada D
Você tem filhos? Estava grávida enquanto trabalhava? Como foi essa experiência?	Tenho uma filha...	Tenho 1 filho, de 28 anos, mas felizmente eu não trabalhava enquanto estava grávida. Creio que deve ser muito difícil, porque eu tenho amigas, conhecidas minhas que precisam trabalhar de diarista grávida, é bem difícil. O máximo que dizem pra gente é se cuidar, mas não tem como trabalhar grávida nesse serviço, subindo escada, mexendo com produtos tóxicos. Mas elas precisam trabalhar, infelizmente é uma realidade.	Sim, uma filha de 18 anos. Quando faxinava não estava grávida, mas acredito que quem tem essa experiência tem “bastante crédito”.	Sim, tenho filhos e trabalhei grávida. A experiência foi péssima.
Se tem filhos: com quem seu filho fica com quem enquanto você trabalha? Escola, babá?	Na escola ou com os avós.	Quando meu filho era menor de idade ficava na creche.	Como minha filha é mais velha ela não precisa mais de cuidador, creche.	Irmãos mais velhos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

Nesses discursos das trabalhadoras, percebe-se um padrão de respostas no que diz respeito ao trabalhar enquanto gestante, já que nenhuma das entrevistadas viveu essa experiência. Porém, o que chama a atenção é o fato da trabalhadora B ter conhecimento dessa vivência por meio de amigas e conhecidas. Ela mencionou que “felizmente” não precisou executar serviços domésticos remunerados enquanto gestava, mas avaliou como “muito difícil”, visto que as funções desempenhadas são “subir escada”, “mexer com produtos tóxicos”. o que ela identificou como incompatível com o “cuidado” que as gestantes devem assumir nessa fase da vida. A entrevistada relatou com pesar que “infelizmente é uma realidade”.

Essa visão da trabalhadora corrobora o que pondera Schwartz (2011, p. 41): “o que é trabalho, o quanto ele custa, em termos de atividade corporal, mental social, torna-se cada vez mais um ponto cego da vida coletiva”, porque é difícil ponderar o quanto o trabalho pode desgastar mentalmente e fisicamente o indivíduo, já que a busca está situada no produto do trabalho.

Outro padrão analisado nas respostas é sobre os cuidados com os filhos menores que ficam na escola ou com parentes próximos como avós ou irmãos durante o período em que as trabalhadoras estão em serviço. Sobre a avaliação do trabalho doméstico realizado enquanto gestantes, a trabalhadora C mencionou “dar bastante crédito”, ou seja, vê como algo a ser recompensado, reconhecido pelo valor do esforço, mas não julgou como inadequado realizar essas funções mesmo grávida para manter a si, a família e o emprego.

Pela abordagem ergológica, percebe-se que as empregadas domésticas vivem e experienciam uma dramática do uso de si ao saber que enfrentam(rão) situações não prescritas pelas normas (como no caso de trabalhar em ambiente insalubre estando grávida). Se, por um lado, mantém o emprego apesar das relações nocivas do ambiente laboral, por outro, sacrifica estudos, um futuro em outra atividade ou, ainda, seu descanso, lazer e tempo livre.

Esta seção analítica apresenta, com base nas normas prescritas pela cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015), um interdiscurso revelado enquanto espaço discursivo das falas de empregadas domésticas sobre seu ambiente laboral, em que “o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 37); ou seja, nos blocos discursivos ou mesmo nas respostas das trabalhadoras, as falas que antecedem esses discursos não são localizáveis, visto que o Outro, no espaço discursivo, não pode ser reduzido apenas à figura do interlocutor.

Nos excertos retirados do livro *Eu, empregada doméstica...* (PRETA-RARA, 2019), há uma relação entre os dizeres da testemunha que relata a situação de uma posição de enunciativa, mas que reporta ao mesmo espaço discursivo dos interlocutores (empregadas domésticas ou familiares dessa classe de trabalhadoras) – os leitores da coletânea. Para esse público, os relatos são renovados por seus protagonistas, mas carregam uma carga semântica já conhecida, que permite a adesão dos leitores ao discurso. Segundo Maingueneau (2008a, p. 40), o espaço discursivo tem um duplo estatuto: “pode-se apreendê-lo como um modelo dissimétrico que permite descrever a constituição de um discurso, mas também um modelo simétrico de interação conflituosa entre dois discursos para os quais o outro representa totalmente ou em parte seu Outro”. Assim, com o enunciado da cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015, p. 8), “duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais”, subentende-se que essa norma foi prescrita para coibir o trabalho excessivo, com jornadas sem

limite diário ou semanal, como no caso das empregadas domésticas que moram nas casas dos empregadores.

Nesse sentido, o discurso primeiro, de morar na casa da família e executar as tarefas domésticas sem limite de horas, é constitutivo da lei trabalhista que proíbe essa prática, considerando o discurso da cartilha como discurso segundo e concorrente ao discurso do fazer laboral escravagista. Nesses discursos, a relação do interdiscurso é de uma interação conflituosa, em que o discurso primeiro, das empregadas domésticas que vivem na casa dos patrões, contraria a norma prescrita na legislação, representando o Outro historicamente inscrito em uma conjuntura social de desigualdade entre as práticas e as leis.

Nesse sentido, o processo de constituição do *ethos* discursivo passa pela relação com o interdiscurso, pois o universo discursivo ao qual os discursos pertencem ecoam no discurso sobre o trabalho doméstico, seja quando afirmam “não tenho carteira assinada e não conheço os direitos e deveres do trabalhador doméstico”, que apontam estarem deslocadas da norma trabalhista, seja quando afirmam “mas tem colegas minhas que precisam se submeter a esse tipo de emprego para poder comer e sobreviver”, o que demonstra contrariar a regra da jornada de trabalho ser de 40 horas, do trabalho ser remunerado com um salário compatível, de poder gozar férias regulamentares, etc. Sendo assim, a cenografia, que advém dessas análises pode ser evidenciada pelo Quadro 7.

Quadro 7 – Constituição do *ethos* discursivo das empregadas domésticas versus norma

CENOGRAFIAS	<i>ETHOS</i> DISCURSIVO
Leis são criadas para assegurar e normatizar o fazer doméstico	<i>Ethos</i> de legislativo regulador
Empregadas domésticas pouco instruídas perpetuam exploração do seu trabalho	<i>Ethos</i> de empregada doméstica vulnerável

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

Nesse quadro resumitivo, há os discursos das filhas das empregadas domésticas que evidenciam uma concorrência entre as falas sobre a norma, que veio depois, e os relatos das mães. Ou seja, a norma vem algum tempo depois para regular condutas e prever uma abordagem justa à atividade de trabalho, considerando essa como um trabalho que deve ser remunerado e organizado de forma a não ferir a dignidade da trabalhadora. A mesma situação ocorre nos discursos das trabalhadoras que participaram da pesquisa ao mencionar não conhecer seus direitos, pois comprovam que, mesmo trabalhando sob a nova legislação, desconhecem a norma que assegura seus direitos. Assim, aponto uma cenografia advinda da legislação em que leis são criadas para assegurar e normatizar o fazer doméstico, que engendra o *ethos* discursivo de legislativo regulador que irá concorrer com a cenografia das empregadas domésticas pouco

instruídas que perpetuam a exploração do seu trabalho, que resulta um *ethos* de empregada doméstica vulnerável.

Assim sendo, com o intuito de descrever a linguagem sobre o trabalho em que os *corpora* analisados estão circunscritos, abordo, na próxima seção, os conceitos propostos por Maingueneau (2008a; 2008b; 2010; 2018; 2020) sobre semântica global, cena enunciativa e *ethos* discursivo.

6.2 O *ETHOS* DISCURSIVO E A IMAGEM DE SI NA LINGUAGEM SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO

Nesta seção, analiso como a linguagem sobre o trabalho constitui uma semântica, qual quadro cênico apresenta e que *ethos* discursivo revela, a partir da teoria enunciativo-discursiva de Maingueneau (2008a; 2008b; 2010; 2018; 2020).

Na seção anterior, o que se verifica parece ser a perpetuação da mentalidade escravocrata dos patrões com uma objetificação do corpo do empregado, aliando a uma noção de posse na situação em que exploram crianças em situações de vulnerabilidade social, que precisam do emprego para sobreviver. Essa mentalidade vai embasar os comportamentos das empregadoras para com suas empregadas, funcionando como uma memória discursiva que se manifesta na materialidade linguística, conforme os enunciados dos Blocos 1, 2, 3 e 4, retirados do livro “Eu, empregada doméstica”, em que as passagens mais relevantes para a discussão estão assinaladas em negrito.

Bloco 1

Eu comecei a trabalhar aos 14 anos. Todas as minhas patroas foram boas pra mim, não teve muita ruindade não. Só aquelas coisas, né? **De poder comer quando todos já comeram.**
Já teve vez que eu passava o dia todo trabalhando, e **ela só me dava dois salgadinhos [...].**
Eu trabalhei dos 14 aos 44 anos como empregada doméstica [...].

Fonte: Preta-Rara (2019, p. 15)

Bloco 2

As mulheres da minha família (avós, mãe e tias) todas trabalharam como domésticas.
Minha mãe, desde os 6 anos, **trabalhava e morava no lugar.**
Com 7 anos ela trabalhou em uma casa com uma varanda de pedra toda em volta. **Ela tinha que esfregar a varanda inteira com uma escova de mão.**

Fonte: Preta-Rara (2019, p. 51)

Bloco 3

Certo dia as crianças da **casa** a encurralaram num canto e começaram a beliscar e puxar seu cabelo. Quando ela gritou chamando a patroa, a mulher veio furiosa porque o patrão estava cochilando e ela iria acordá-lo. **Nesse dia ela apanhou da patroa e passou a sofrer calada.** Todas as vezes que as crianças faziam isso não revidava, por medo de apanhar, e **chorava baixinho pra ninguém ouvir.**

Fonte: Preta-Rara (2019, p. 51)

Bloco 4

Minha mãe é de um interior minúsculo e aos 13 anos foi mandada para a capital para trabalhar, ela sempre me conta de um episódio em que a patroa pediu que ela fizesse carne assada e ela cortou a carne em pedaços (a patroa não especificou como queria a carne) e quando ela chegou **obrigou minha mãe a comer** aproximadamente um quilo de carne **ofendendo ela o tempo todo chamando a de burra, puta e mula**, quando minha mãe terminou a carne a patroa proibiu ela de **comer na casa**.

Fonte: Preta-Rara (2019, p. 49)

Nos enunciados “ela só me dava dois salgadinhos”; “ela tinha que esfregar a varanda inteira com uma escova de mão”; “nesse dia ela apanhou da patroa”; “obrigou minha mãe a comer” e “ofendendo ela o tempo todo chamando a de burra, puta e mula”. Esses enunciados, na forma de excertos apresentados para análise, revelam o funcionamento do interdiscurso, conceito que Maingueneau (2008a) propõe que seja constituído por uma tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discurso. Portanto, neste estudo, o interdiscurso é apresentado por meio dessa tríade.

O universo discursivo referente aos *corpora* são as falas sobre o trabalho, enquanto o campo discursivo é “o conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 34), entendidas de maneira mais ampla como um confronto de ideias de um discurso que possui a mesma função social. Assim sendo, neste trabalho, está presente a concorrência entre os discursos dos sujeitos que executam o trabalho, em sua atividade laboral, e os discursos da sociedade fundada em estereótipos escravocratas, constituindo, desse modo, o campo discursivo do fazer doméstico. Sobre o espaço discursivo que abordo nesta pesquisa, diz respeito aos discursos das empregadas domésticas sobre seu fazer no trabalho, que são postos em relação aos discursos que circulam no imaginário social, quanto ao que já é dito sobre esse trabalho.

Nessa apropriação da linguagem para compreender a atividade de trabalho, ela se torna um “elemento essencial na construção da ação e da significação, na afirmação das identidades profissionais, no planejamento, na coordenação, na negociação das atividades e das tomadas de decisão”. (FAÏTA, 2002, p. 47). Desse modo, uma aproximação com os estudos discursivos de Maingueneau (2008a) e os ergológicos de Schwartz (2010a) permite compreender o modo como o processo interativo no ambiente laboral se constitui, relegando ao discurso um meio de desvelar o debate de normas e saberes, bem como remete a uma imagem e construção de si mesmo.

O sujeito da Ergologia reconfigura o trabalho e as normas, de acordo com as necessidades impressas no momento. Nesse sentido, o sujeito da ação precisa ser considerado em relação ao seu discurso, pois, a partir do pressuposto da existência de uma linguagem que faz (como trabalho), uma linguagem circundante (no trabalho) e uma linguagem que interpreta

(sobre o trabalho), torna-se possível conduzir uma análise, tendo em mente essas distinções, para conhecer a ação sobre o trabalho (NOUROUDINE, 2002).

Do ponto de vista discursivo, ao fazer uso da linguagem sobre o trabalho, tanto na prescrição de normas nos documentos oficiais quanto nas ordens dadas pelas patroas, depreende-se uma semântica global que engendra um quadro cênico. Essa “perspectiva enunciativa” (TEIXEIRA, 2013: 82) nos remete de fato à história, ao presente a viver, à “cena de enunciação” para alterar um pouco um conceito de Maingueneau, proposto por Souza-e-Silva (Souza-e-Silva, 2014: 283-284). Ergologicamente falando, vemos a enunciação como esse momento de explicação do corpo-si com ele mesmo, em que o corpo-si procura sintetizar sua tentativa de tratar o inédito da situação, momento da usinagem de um sentido, esforço da aderência ao irrepetível de seu encontro a viver.

Na materialidade linguística do Bloco 3, na materialidade linguística, “passou a sofrer calada” e “todas as vezes que as crianças faziam isso não revidava, por medo de apanhar, e chorava baixinho pra ninguém ouvir”, constato que o corpo-si procurar tratar a situação que foge das normas, pois apanhar das crianças da casa não faz parte de tarefas domésticas, sofrendo calada as violências impostas pelas crianças, pois quando procurou ajuda da patroa ela apanhou. De acordo com a passagem “quando ela gritou chamando a patroa, a mulher veio furiosa porque o patrão estava cochilando e ela iria acordá-lo”, nessa cena de enunciação, percebo o esforço da aderência do corpo-si àquilo que é inédito da situação de trabalho, procurando uma explicação desse corpo-si consigo mesmo e dando um novo sentido à situação, pois a primeira alternativa, que seria pedir ajuda à patroa para que o comportamento das crianças cessasse não teve o resultado esperado. A cena remete ao debate de normas e saberes da trabalhadora que fez uso do saber investido para pedir ajuda – já que o saber constituído não prevê essas ocorrências - porém quando não tem a resposta adequada, utiliza outro saber renormalizando as normas: não pedir mais ajuda da patroa e sofrer calada.

Essa cena de enunciação, da casa de família onde as empregadas trabalham e sofrem embates do corpo-si pode ser explanada nos planos constitutivos do discurso, propostos por Maingueneau (2008a). São sete planos: a intertextualidade, o vocabulário, os temas, estatuto do enunciador e destinatário, dêixis enunciativas, modo de enunciação e modo de coesão. Passo a apontar na materialidade analisada como se constituem esses planos sete planos discursivos.

No primeiro plano da semântica global, que se refere à intertextualidade, o campo discursivo em que os *corpora* apresentados estão inseridos remetem a discursos anteriores do mesmo campo, uma vez que a cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015) advém das seguintes leis:

Lei Complementar n. 150, de 2015 (BRASIL, 2015), que estabeleceu a aplicação das Leis n. 605, de 1949 (repouso semanal remunerado), n. 4.090, de 1962, e n. 4.749, de 1965 (ambas sobre gratificação natalina, o 13º salário), e n. 7.418, de 1985 (vale-transporte), observadas as peculiaridades do trabalho doméstico e, também, a aplicação subsidiária da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 (BRASIL, 1943; 1949; 1962; 1965; 1985; 2015). Isso ocorre nos relatos retirados do livro *Eu, empregada doméstica...* (PRETA-RARA, 2019) e nos depoimentos dados nas respostas às perguntas feitas na entrevista realizada com cada uma das quatro empregadas domésticas, quando se observou que são revelados discursos anteriores e usados desde a época da escravidão, como: apanhar da patroa, comer pouco e depois dos patrões.

Quanto ao segundo plano constitutivo da semântica global, o vocabulário, verifico o léxico do gênero entrevista, mediante depoimentos escritos em primeira pessoa, como na resposta da empregada B (“eu tenho a chave”), e relatos em terceira pessoa, por exemplo, quando o enunciador se refere à mãe (“ela me contou”). O vocabulário utilizado é simples para se aproximar dos leitores (no caso do livro analisado) e nas respostas das trabalhadoras também possui esse caráter de simplicidade e coloquialidade, tanto pelo grau de estudo das entrevistadas, como pela familiaridade com que tratam do tema de seu trabalho.

Os temas – terceiro plano constitutivo da semântica global, previsto por Maingueneau (2008a) –, nesses recortes, são o ambiente laboral das empregadas domésticas, expondo como ainda necessitam de uma fiscalização e aplicação da lei mais rígida, além da desconstrução do pensamento elitista de superioridade das classes dominantes.

Outro plano diz respeito ao estatuto do enunciador e do destinatário, pois o que confere esses papéis aos produtores dos discursos (as empregadas domésticas) é a competência discursiva. Desse modo, os enunciadores se utilizam de regras que lhe permitem produzir enunciados, de acordo com a formação discursiva em que se inscrevem (de trabalhadoras domésticas), despertando nos destinatários uma resposta – nesse contexto, conhecer a realidade laboral das empregadas domésticas e se mobilizar enquanto sociedade para rechaçar e denunciar abusos no ambiente de trabalho. Dessa forma, toda enunciação confere um corpo, o qual é constituído tanto pelo enunciador quanto pelo coenunciador e que “adere a um mesmo discurso” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 73); no caso dos *corpora* de análise, os leitores são levados a aderir aos discursos construídos pelas trabalhadoras.

Nesse sentido, a corporalidade é uma maneira de habitar o corpo de enunciador, e é daí que se origina a noção de incorporação: os enunciadores ganham corpo através do discurso (os relatos do livro, as respostas ao questionário), e o coenunciador é levado a incorporar e assimilar

uma forma concreta de se inscrever no mundo por meio da corporalidade da empregada doméstica. Enquanto na corporalidade do enunciador, percebo as dramáticas do uso do corpo, por si e pelos outros quando relata suas memórias da atividade de trabalho levam à comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso realizar uma incorporação desse discurso.

O estatuto do enunciador e do destinatário, outro plano integrante da semântica global, supõe a instauração da dêixis enunciativa que situa o discurso no espaço e no tempo (MAINGUENEAU, 2008a). Quanto ao espaço que é constitutivo à situação de enunciação, o ambiente retratado nos recortes dos excertos analisados são as casas de família onde as empregadas domésticas desenvolvem suas funções – é lá que as leis trabalhistas e o seu cumprimento podem ser arbitrários, e é nesse ambiente laboral que as contratadas sofreriam abusos trabalhistas. Esse espaço é uma marca pela qual a enunciação é legitimada e a cena delimitada. Porém, o que emoldura o espaço discursivo são as marcas linguísticas que identificam o enunciador e o coenunciador em um lugar que lhes é próximo – o lar onde cada sujeito vive, organiza e limpa, conforme as passagens “trabalhava e morava no lugar”, “casa” e “casa com uma varanda de pedra toda em volta”.

Junto ao espaço coexiste o tempo que caracteriza a atualidade do discurso. Quando menciono a categoria tempo, não me refiro a datas como as em que foram publicadas a cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015) ou o livro analisado. Trata-se, pois, do tempo linguístico, do *agora*, da atualização pela fala. O que prevalece nos *corpora* é a conjugação dos tempos presente: “passo o dia sem almoçar na casa do empregador”, e passado, “quando ela gritou chamando a patroa”, oscilando nos momentos narrados pelas testemunhas (filhas das empregadas domésticas conforme consta no Bloco 2 e 3, na materialidade linguística “minha mãe”) e pelas protagonistas dos relatos (nos quadros de perguntas e respostas).

Retomo o Quadro 4 com as respostas das empregadas domésticas sobre vazios de normas para ilustração das materialidades linguísticas ressaltadas:

Quadro 4 – Respostas das empregadas domésticas às questões relativas ao vazio de normas

	Empregada A	Empregada B	Empregada C	Empregada D
Com que frequência você pode tomar decisões independentes no seu trabalho? Comente.	c. Às vezes.	a. Com extrema frequência. Porque nas casas que eu trabalho as donas de casa nunca estão. Eu tenho a chave e tomo todas as decisões.	c. Às vezes.	c. Às vezes.
Há oportunidade de tomar decisões para resolver questões que surgem de maneira imprevista?	Sim, há oportunidade.	Sim, eu, na maioria das vezes, quando acontece algum imprevisto, eu mesma resolvo. Tenho os telefones do encanador, quando dá algum problema, do síndico. Tenho muita autonomia pra resolver tudo isso.	Muito raro eu tomar decisões porque quase sempre já estão resolvidas pelos chefes.	Às vezes.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021)

Nesse momento, observando o tempo que caracteriza esse discurso, há o tempo da renormalização, no presente da atividade de trabalho em que a empregada percebe o vazio de normas entre o que é prescrito e o real da atividade como, por exemplo, nas respostas sobre o vazio de normas que a trabalhadora menciona tomar decisões com “com extrema frequência. Porque nas casas que eu trabalho as donas de casa nunca estão. Eu tenho a chave e tomo todas as decisões”, ou quando acontece algum imprevisto, “eu mesma resolvo. Tenho os telefones do encanador, quando dá algum problema, do síndico. Tenho muita autonomia pra resolver tudo isso”.

A maneira de dizer, o tom que dá a propriedade de caráter e a de corporalidade, pode ser observada nos dizeres “às vezes” dando um caráter evasivo, o mesmo ocorre na passagem “sim, há oportunidade”, mas não explora quais oportunidades ou situações pode tomar essas decisões. Segundo Maingueneau (2008a) “Esse caráter é inseparável de uma corporalidade”, isto é, de esquemas que definem uma maneira de habitar “seu corpo de enunciador e, indiretamente, de enunciatário” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 92) – ou seja, uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, no caso das trabalhadoras, ocupam um lugar no mundo de forma servil e submissa em que sua presença não deve ser notada, como noto em “poder comer quando todos já comeram” do Bloco 1, como também na passagem do Bloco 3 “chorava

baixinho para ninguém ouvir”. Esse aspecto constitui o modo de enunciação que se refere ao sexto plano discursivo da semântica global, previsto por Maingueneau (2008a).

A propósito, a corporalidade, que remete a uma representação do corpo do enunciador na formação discursiva, é determinada pelo conjunto dos traços psicológicos que o leitor constrói ao ler os textos, tendo em vista o modo de enunciação, pois é de um enunciador que, por meio de suas vivências e experiências como empregada doméstica, revela sua historicidade como a baixa escolaridade (ao usar forma mais coloquiais como “corre mundo” “toco direto” “jornada puxada”).

O sétimo plano implica a interdiscursividade, que é o modo como um discurso constrói seus parágrafos ou mesmo a forma como passa de um tema a outro; esse plano Maingueneau (2008a) denomina de “modo de coesão”. Esse domínio recobre fenômenos como o recorte discursivo e os encadeamentos. Dessa forma, cada gênero textual tem seu modo de organização e cada formação discursiva “tem uma maneira que lhe é própria de construir seus parágrafos, seus capítulos, de argumentar, de passar de um tema a outro” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 96). Nos *corpora* analisados, os relatos são construídos como narrativas de um recorte no tempo passado, enquanto as respostas obedecem à estrutura do gênero entrevista.

Nesse sentido, na conjuntura dos planos que remetem ao modo de enunciação e ao de coesão, percebo que os discursos possuem um certo “tom”, isto é, uma “vocalidade” capaz de dar corporalidade ao enunciador; dessa forma, o sentido, na semântica global, implica uma maneira de dizer e de ser.

Demonstro, no Quadro 8, um resumitivo da semântica global depreendida dos discursos analisados.

Quadro 8 – Planos da semântica global na análise dos discursos das empregadas domésticas

PLANOS DA SEMÂNTICA GLOBAL	COMO SE MANIFESTA NO <i>CORPORA</i> ANALISADO
Intertextualidade	Os discursos revelam uma memória sociocultural da escravidão em práticas advindas da exploração dos indivíduos.
Vocabulário	O léxico simples e de fácil compreensão caracteriza um discurso familiar e aproximativo.
Tema	O ambiente laboral das empregadas domésticas.
Estatuto do enunciador e do destinatário	O enunciador se insere em uma cena enunciativa e, a partir dessa cena, ocupa um lugar discursivo, que serve como fiador do dizer, visando à adesão do destinatário/coenunciador a esse discurso.
Dêixis enunciativa	O espaço são as casas de família onde as empregadas domésticas desenvolvem suas funções. Esse espaço é uma marca pela qual a enunciação é legitimada e a cena delimitada. O tempo presente atualiza o discurso a cada nova enunciação.
Modo de enunciação	O modo de enunciação se refere à maneira de dizer e de ser das empregadas domésticas, determinada pelo conjunto dos traços psicológicos que o leitor constrói ao ler os textos. O modo como enuncia é de um enunciador que, por meio de suas vivências trabalhistas, revela possíveis abusos, as opressões e o caráter escravocrata da atividade de trabalho.
Modo de coesão	A maneira própria como um discurso constrói seus encadeamentos internos. Os relatos são construídos como narrativas de um recorte no tempo passado, enquanto as respostas obedecem à estrutura do gênero entrevista.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021)

No Quadro 8, tanto o enunciador como o destinatário/coenunciador, bem como a dêixis em sua dupla modalidade, espacial e temporal, são vistos no quadro de uma cenografia enunciativa, que abriga os coenunciadores do discurso, uma topografia e uma cronografia respectivamente. Essa cenografia é composta por três cenas enunciativas; são elas:

1. a cena englobante: discurso sobre o trabalho doméstico;
2. a cena genérica: gênero entrevista, mediante relato/depoimento;
3. a cenografia, que se desdobra em quatro situações de enunciação:
 - a. criança explorada realiza trabalho doméstico infantil;
 - b. empregadora explora criança para trabalhar;
 - c. leis são criadas para assegurar e normatizar o fazer doméstico;
 - d. empregadas domésticas pouco instruídas perpetuam a exploração do seu trabalho.

Nos *corpora* de análise, a situação de enunciação se constrói em cenografias, por meio da enunciação: “o discurso implica um enunciador e um coenunciador, um lugar e um momento de enunciação que valida a própria instância que permite sua existência” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 51).

Na teoria socio-histórica-discursiva de Maingueneau (2008b, p. 51), a cenografia é concebida ao mesmo tempo como quadro e como processo: “é um processo de inscrição legitimante que traça um círculo: o discurso implica certa situação de enunciação, um *ethos* e um código linguageiro através dos quais se configura um mundo que, em retorno, o valida por sua própria emergência”. Dessa maneira, um posicionamento implica uma situação de enunciação, uma relação com a linguagem, mas também um corpo, em que “as ideias são apresentadas através de uma maneira de dizer que é também uma maneira de ser associada a representações e normas de disciplina do corpo”. Elas são percebidas a partir do enunciador e o tom que ocasiona “certa determinação de seu próprio corpo, à medida do mundo que ele instaura em seu discurso”. (MAINGUENEAU, 2008b, p 53).

Sendo assim, Maingueneau (2008b, p. 53) propõe que a encenação da enunciação esteja fundada em três registros:

- Um investimento cenográfico do discurso faz deste último o movimento em que se elabora uma representação de sua própria situação de enunciação;
- Um investimento em um código linguageiro permite, jogando com a diversidade irreduzível de zonas e de registros de língua, produzir um efeito prescritivo que resulta de uma conveniência entre o exercício da linguagem que o texto implica e o universo de sentido que ele manifesta;
- Um investimento imaginário dá ao discurso uma voz atestada por um corpo condizente com a cenografia e com o código linguageiro.

Nesse contexto, a imagem corporal do enunciador faz emergir a figura do fiador, entendida aqui como aquela que deriva da representação do corpo do enunciador efetivo, construindo-se no campo do discurso e de como “a leitura faz emergir uma origem enunciativa, uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 72). O “fiador” é a figura que “o leitor deve construir com base em indícios textuais de diversas ordens”; vê-se, desse modo, investido de um caráter e de uma corporalidade, cujo grau de precisão varia conforme os textos, visto que “toda fala procede de um enunciador encarnado” (MAINGUENEAU, 2011, p. 95), e aí temos a voz de um sujeito situado para além texto.

Assim, a interface deve ser sem dúvida ampliada na medida em que a abordagem ergológica considera que o núcleo da enunciação, a entidade que trata os debates de normas é antes um sujeito, um corpo-si, como acima mencionado. Assim, Souza-e-Silva (2014) desenvolve uma noção proposta por Maingueneau (2011) enquanto conexão com o ponto precedente: a noção de *ethos* faz compreender que “a legitimação dos discursos não passa somente pela articulação dos conteúdos”, mas inclui também uma certa corporalidade do enunciador. “A opção de Maingueneau se manifesta por uma concepção mais ‘encarnada’ do

ethos que recobre não apenas a dimensão verbal, mas também características físicas (corporalidade) e psíquicas [...]”. (SOUZA-E-SILVA, 2014, p. 284).

Nessa perspectiva, a cenografia e o ato de tomar a palavra implicam um *ethos*, uma voz que no discurso é revestida por um corpo. Esse termo, *ethos*, advém da concepção aristotélica, que, conforme comenta Maingueneau (2008b, p. 56), “consiste em causar uma boa impressão mediante a forma com que se constrói o discurso, em dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança”. Dessa maneira, *ethos* diz respeito à construção de uma imagem de si por meio do discurso. A concepção discursiva de *ethos*, neste estudo, advém da semântica global (MAINGUENEAU, 2008a), pois, conforme Possenti (2011, p. 150), “[...] a semântica global de um discurso também define um *ethos* característico (doce, duro, irônico) e, em decorrência, em boa medida, seu léxico, que, por sua vez, é um dos elementos que dão concretude ao *ethos*”.

O *ethos*, portanto, não é uma característica inerente e exclusiva do enunciador, em que o destinatário, por intermédio de um processo chamado de “incorporação” (MAINGUENEAU, 2008b; 2010), assimila também um *ethos*. Assim como a cenografia, o *ethos* se configura através do seu próprio enunciado, no qual o enunciador deve legitimar sua maneira de dizer, não sendo possível dissociar a organização dos conteúdos e a legitimação da cena de fala. De acordo com Maingueneau (2008b, p. 65), a incorporação ultrapassa uma simples identificação com a personagem fiadora, pois “ela implica um mundo ético do qual o fiador é parte prenha e ao qual ele dá acesso”.

Esse mundo ético diz respeito, então, ao estereótipo cultural, que, segundo Maingueneau (2008b, p. 65), “subsume determinado número de situações estereotípicas associadas a comportamentos”, como nos casos relatados de trabalhadoras que parecem sofrer abusos físicos e psicológicos, em seu local de trabalho, que são situações estereotípicas de uma sociedade com comportamentos de subjugação de outros indivíduos, datadas do período da escravidão no Brasil, como pode ser verificado no Quadro 9.

Quadro 9 – Respostas das empregadas domésticas às questões relativas ao relacionamento com o empregador

	Empregada A	Empregada B	Empregada C	Empregada D
Descreva a relação de trabalho entre você e o seu empregador.	Trabalho cada dia em uma casa diferente, cada casa é um caso, tem casas que tenho mais intimidade pra limpeza e organização outras já não. Tem casas que possuo relação de amizade e outras somente de trabalho	São todas pessoas muito boas. Penso que fiz uma boa escolha porque já trabalhei no comércio e você tem muitos chefes. Nesse meu trabalho eu tenho uma relação muito boa com as minhas clientes porque elas procuram alguém que enxerga o que fazer. Eu tento fazer meu melhor. Elas mandam mensagens parabenizando meu trabalho, que a casa está cheirosa, agradecem meu trabalho. Sou uma pessoa privilegiada, ganho presentes delas. Minhas clientes deixam lanche. São pessoas que me tratam muito bem.	É bem tranquilo porque cada um respeita o seu espaço. Elas são orientadas, é explicado e eu acho que acima de tudo o respeito e a atenção com elas.	Razoável.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

Nas repostas que constam nesse Quadro 9, sobre a relação das trabalhadoras com suas empregadoras, vemos uma noção de intimidade, por exemplo: a entrevistada A comentou: “cada casa é um caso, tem casas que tenho mais intimidade pra limpeza e organização outras já não”, e isso corrobora a ideia de que o serviço doméstico por ser da esfera particular se assemelharia a uma relação de amizade entre os dois polos (patrão X empregado), sentimento esse que não se subentende em outros tipos de atividade de trabalho. Quando perguntada sobre a relação com a patroa, a entrevistada relacionou com liberdade para executar as tarefas e não com o bem-estar proporcionado pela patroa para a execução das tarefas, nem a clareza com que passa as normas ou como reage aos erros inerentes da atividade.

Outra entrevistada, a empregada B, disse que as patroas procuram alguém que “enxergue o que fazer”, eis aí novamente uma questão de prescrição de normas que a empregada preenche o vazio de normas com os saberes investidos e, dessa forma, consegue “enxergar o que fazer” sem precisar das ordens e normativas da patroa. Essa trabalhadora manifestou ser recompensada pelo trabalho: “elas deixam mensagem me parabenizando” o que pode ser

entendido como o “privilégio” da trabalhadora, além dos presentes, do lanche e do bom tratamento. Esses aspectos reforçam a ideia de que o trabalho doméstico, por ser realizado nos lares das pessoas, tem esse caráter familiar, de se presentear, mas em nenhum momento a entrevistada B mencionou o tratamento às possíveis falhas, aos erros, ou seja, o tom da patroa ao dar as ordens ou alguma questão de pagamento pelo trabalho realizado.

A relação patroa e empregada é baseada em troca de presentes e permissão para lancha na casa (como se fosse uma premiação, um suborno pelo trabalho inferior que ela realiza), no entanto, a empregada não avaliou os dias que “não come” para desempenhar as tarefas ou que “toca direto” sem descanso, como condições inadequadas à situação de trabalho remunerado.

Por sua vez, a entrevistada C, empresária, que possui uma empresa de serviço doméstico, ponderou que o “respeito ao espaço” e as orientações às suas trabalhadoras são suficientes para garantir um bom relacionamento entre patroa e empregada. Isso denota que a empregada tem uma posição de subordinação ao espaço da patroa, já que o espaço dela deve ser o da limpeza e que ela estando focadas nas tarefas as patroas não irão reclamar. Novamente, a relação é baseada em sentimentos afetivos e não em resultados, reconhecimento remunerado ou clareza na execução das tarefas e ressignificação do erro, como em outras atividades de trabalho. A entrevistada D não explicou com mais detalhes porque a relação com as empregadoras seria “razoável”.

Diante desse cenário de respostas, observo alguns aspectos que fazem do trabalho doméstico uma perpetuação da escravidão e como essa atividade é desvalorizada e pouco reconhecida socialmente. Penso esse tipo de tessitura social como uma herança da situação escravocrata, visto que, como menciona Souza (2017, p. 53), ao retomar os sentidos dos termos “criado” e “servo” se percebe que esses termos estiveram relacionados a história do trabalho doméstico ao longo dos séculos e que esse tipo de trabalho esteve vinculado às relações servis e que em vários contextos, significou um trabalho de “ajuda” ou “complementar”, não especificamente doméstico.

A autora também pontua que um “dos sentidos metafóricos de “servo” ou “criado” é exatamente “escravo”, ou seja, todos esses termos, que em português caracterizam ideias contidas na noção de “trabalhador doméstico”, carregam consigo a própria carga histórica do trabalho doméstico e das relações entre o trabalhador e os empregadores. (SOUZA, 2017, p.53)

Na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), de 1992, foi criada a categoria “trabalhador doméstico”, que se referia ao emprego ou serviço doméstico remunerado e não ao trabalho doméstico realizado sem remuneração no espaço da reprodução social – esse continua a ser captado através da categoria “afazeres domésticos”. Essa é uma categoria ampla

e diversificada que inclui um leque heterogêneo de tarefas, sejam manuais, como limpar a casa, lavar e passar, como cuidar dos filhos, dos idosos e dos doentes, administrar a casa e o cotidiano doméstico e familiar, fazer as compras entre outras.

Apesar da mudança nos termos e reconhecimento das tarefas, segundo Sbravati (2018, p. 33), “a incorporação de novos sentidos, não significou o abandono de antigas práticas, mas a coexistência de diferentes tipos de relações de trabalho doméstico”, o que corrobora ter punições físicas mencionadas nos discursos das empregadas domésticas, mesmo passados tantos anos da abolição da escravatura. Sbravati (2018, p. 33) argumenta que “a compreensão do trabalho doméstico no Brasil no século XIX esteve relacionada às mudanças sociais provocadas pela influência da ideologia da domesticidade, impulsionada pelo liberalismo e profundamente enraizada na escravidão”, no sentido de que o trabalhador é “posse” e o erro visto como passível de castigo.

De fato, conforme Graham (1992, p. 24), “a dependência é uma das categorias fundamentais para se pensar trabalho doméstico no século XIX no Brasil. O trabalhador, mesmo sendo livre, não vivia como pessoa independente, mas como membro do lar, sujeito a autoridade do “senhor”, o único livre de fato e com soberania sobre si mesmo”, que demonstra que o domínio do trabalho doméstico, a casa, particular do indivíduo – contribui para a visão de que as leis – a rua, o público – estão fora desse domínio. Tanto que Sbravati (2018, p. 36) aponta que “a lei eleitoral, criada na Constituição de 1824 negava a todos os dependentes (aqueles que não formavam uma economia separada) o direito de voto”, ou seja, mesmo o indivíduo possuindo a liberdade legal, não a possuía perante as instituições por sua relação de subordinação, que se assemelhava a de um servo e o senhor de escravos.

Nos recortes do livro “*Eu, empregada doméstica...*” e nas respostas enunciadas pelas empregadas domésticas entrevistadas, um fiador real é revelado, que viveu todas essas experiências nas casas em que trabalhou, possibilitando uma possível incorporação do leitor, que se coloca como ouvinte de tais narrativas. Essas trabalhadoras são reais e carregam a historicidade do período escravagista no seu discurso sobre a atividade de trabalho, embora, mesmo sem perceber, revelem aspectos de servidão como constou no Quadro 2, ao responder sobre ter que trabalhar como empregada doméstica para garantir um lugar para dormir e comer.

Percebo que sobre esse contexto, na pergunta “desde quando você trabalha no serviço doméstico? Já trabalhou apenas para assegurar um local para se alimentar e dormir, sem receber salário?” a entrevistada 2 respondeu: “mas tem colegas minhas que precisam se submeter a esse tipo de emprego para poder comer e sobreviver”; enquanto a entrevistada 4 somente responde que “sim!”. Na primeira resposta, a própria trabalhadora se referiu ao seu trabalho como “esse

tipo de emprego”, denotando um sentido “inferior” dado a sua atividade e ainda acrescenta a submissão a essa forma de trabalho, sem remuneração adequada ou direitos trabalhistas assegurados, apenas para comer e sobreviver. Enquanto na segunda resposta, a entrevistada não acrescentou detalhes de como foi a experiência de trabalhar para se alimentar e sobreviver, morando na casa dos patrões; respondeu com um “sim!” exclamativo, percebido pelo tom de voz da entrevistada, o que indica que essa forma de “pagamento” de seu trabalho foi relevante na constituição da memória discursiva. Toda essa cena, de trabalhar para assegurar alimentação e habitação, possui os fiadores do discurso que atestam a credibilidade, a veracidade do vivido, pois falam de experiências próprias.

No caso dos relatos do livro “*Eu empregada doméstica...*”, como no Bloco 1 em que a trabalhadora afirma “passar o dia todo trabalhando” e se alimentar com “apenas dois salgadinhos”, possui o mesmo sentido de submissão e servidão entranhada na relação de trabalho entre patroas e empregadas domésticas, porém o fiador do discurso, que legitima o dizer, são testemunhas, familiares para quem as histórias foram contadas. Em um segundo momento, quando esse discurso passa a circular nas redes sociais e após a repercussão se transforma em um livro, o papel de fiador será desempenhado pela autora do livro, que atesta a veracidade por sua trajetória como escritora e também como empregada doméstica, advinda de uma família que por gerações desempenhou essa atividade de trabalho.

Nos relatos das trabalhadoras compilados no livro, a figura de narrador feita pelas filhas das empregadas, apaga-se para participar de uma história compartilhada por esse narrador com a sua mãe, empregada doméstica, e pelo narratário²⁰ (leitores da obra), que são os membros de uma mesma comunidade cultural. Nesse plano enunciativo, segundo Maingueneau (2008b, p. 109), “o hiperenunciador aparece como uma instância que, por um lado, garante a unidade e a validade da irreduzível multiplicidade dos enunciados [...], por outro, confirma os membros da comunidade em sua identidade, pelo simples fato de eles manterem uma relação privilegiada com ele”.

Torna-se possível assim assumir que as práticas de participação estão ligadas por esse porta-voz, denominado por Maingueneau (2008b) de “hiperenunciador”. Essa figura faz parte da cenografia e garante aos leitores (destinatário) a veracidade dos fatos, além de perpetuar as memórias da classe trabalhadora.

Isso tudo, que está posto até o momento, engendram cenas enunciativas que alicerçam cenografias de onde se identificam os respectivos ethos do discurso sobre o trabalho doméstico.

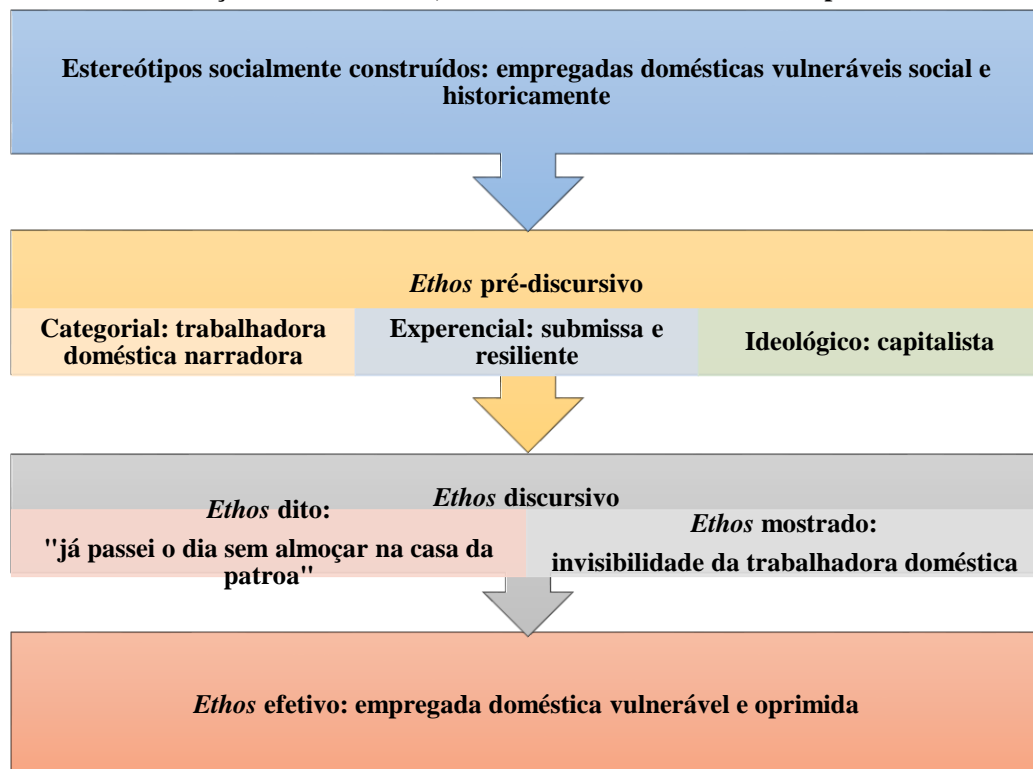
²⁰ O termo “narratário” aparece na obra *Cenas da Enunciação* de Maingueneau (2008b). Neste estudo, não utilizo essa terminação.

O *ethos*, conforme Maingueneau (2020), possui três dimensões: categorial, experiencial e ideológica. Essas dimensões podem ser descritas, levando em consideração os relatos de narrativas sobre o trabalho doméstico, da seguinte forma:

- a) Categorial: trabalhadora doméstica narradora
- b) Experiencial: submissa e resiliente;
- c) Ideológica: capitalista.

Nesse sentido, as três dimensões interagem fortemente nos relatos retirados do livro *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quatinho da empregada* (PRETA-RARA, 2019), visto que essa obra traz uma narradora, a trabalhadora doméstica (categorial). A partir do estereótipo de funcionária que suporta tudo para se manter no emprego, demonstrando uma submissão e uma resiliência que, em realidade, é fruto da vulnerabilidade social (experiencial). Quando as trabalhadoras decidem relatar como é o ambiente laboral em que vivem, revelam possíveis abusos cometidos pelos patrões, o que considero fruto do sistema capitalista que estabelece a troca da força de trabalho por remuneração. Nos relatos o sujeito busca romper com a dinâmica patriarcal do serviço doméstico feminino e infantil (ideológico). Utilizo a Figura 10, caracterização do *ethos* efetivo, considerando as três dimensões aplicadas ao discurso analisado.

Figura 10 – A caracterização do *ethos* efetivo, considerando as três dimensões aplicadas ao discurso (2022)



Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2021)

Diante disso, quando se pensa em *ethos* discursivo, logo se vincula a resultados da interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo (prévio) e *ethos* discursivo (mostrado), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos* dito). Desse modo, na construção da cenografia desse relato (parágrafo anterior), constato uma relação de trabalho que se sinalizaria como abusiva, que não promove o bem-estar do funcionário. Assim, a imagem evidenciada no discurso mostra a atividade laboral como um processo de execução, em que a obrigação da patroa é prescrever e a da funcionária é a de executar, mesmo que isso custe a saúde física e mental da empregada. Assim, o *ethos* discursivo revela-se da seguinte forma: 1) *ethos* dito: “já passei o dia sem almoçar na casa da patroa”, “toco direto”, “a experiência de trabalhar grávida foi péssima” ;) *ethos* mostrado: remete à invisibilidade da trabalhadora, empregada doméstica, que anula sua subjetividade pelas coerções do mundo laboral, mas que executa as tarefas sem que os patrões percebam as dificuldades por trás das ações.

Nesse quadro resumitivo, destaco que cada cenografia prevê um *ethos* pré-discursivo resultante de estereótipos ligados ao mundo ético, para determinar o quadro cênico da enunciação. As cenografias possuem um *ethos* discursivo decorrente do estereótipo cultural das empregadas com pouco conhecimento e baixa escolarização, que adquirem esse perfil pelo aspecto de vulnerabilidade em que se encontram social e historicamente. Para que essa cenografia seja legitimada, ela se apoia em cenas que são validadas socialmente, pois conforme Maingueneau (2005, p.92) “as cenografias podem se utilizar de cenas instaladas na memória coletiva, seja a título de modelos que se rejeitam ou de modelos que se valorizam”.

Outro aspecto presente nos discursos das trabalhadoras aponta para pontos relevantes a serem observados e cumpridos, de acordo *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015), principalmente ao refletir sobre o ambiente laboral abusivo vivido por décadas pelas trabalhadoras. A falta de fiscalização e de cumprimento da legislação representa um drama vivido pela população, no que concerne à aplicação legislativa no país, o que não impede que seja reforçada a necessidade de conhecimento e de denúncias de irregularidades.

Dessa forma, os *ethos* discursivos, como imagem de si, nos *corpora* analisados, atuam em quatro planos simultâneos:

- (1) têm uma eficácia retórica ao facilitar a difusão do texto, apresentando um “caráter e corporalidade” de empregada doméstica, personagem de uma narrativa que impressiona os leitores;

- (2) a empregadora abusiva encarna um *antiethos* ao posicionamento democrático e legalmente correto;
- (3) as narradoras assumem um lugar de porta-voz dos discursos de uma classe de trabalhadoras;
- (4) as empregadas domésticas relatam suas experiências e constroem uma imagem perpetuada pelos estereótipos socioculturais.

Os *ethos* que advém do discurso sobre o trabalho doméstico revelam um trabalho prescrito, que pressupõe um conjunto de condições e exigências a partir das quais a tarefa deverá ser realizada, e inclui tanto as condições determinantes de uma situação de trabalho (ambiente físico, matéria-prima, equipamentos etc.) quanto as prescrições (normas, ordens, manuais, metas e objetivos, resultados a serem obtidos etc.), é revelado no plano (2) mencionado acima (a empregadora abusiva encarna um *antiethos* ao posicionamento democrático e legalmente correto). Assim sendo, de acordo com Schwartz (2010), o enfoque ergológico critica as abordagens que consideram o trabalho como uma mera execução de uma prescrição, dos procedimentos estabelecidos, como se existisse uma divisão transparente entre os que planejam e os que executam dada tarefa.

No caso da empregada doméstica, parece que ela deveria trabalhar sem se alimentar, trabalhar grávida em situação insalubre ou mesmo executar tarefas desgastantes para um adulto, mesmo sendo crianças, apenas por medo de ser punida (perder o emprego e a casa em que morava enquanto executava as tarefas domésticas). Espera-se que as tarefas sejam bem executadas, apesar da situação pela qual o indivíduo esteja passando.

Nesse sentido, o trabalho é um misto de visível e invisível, conforme aponta Daniellou (1996, p. 1, grifo do autor) aponta:

Em suas atividades, os homens ou as mulheres tecem no trabalho. Em relação à *trama*, os fios os religam a um processo técnico, a propriedades da matéria, das ferramentas ou dos clientes, às políticas econômicas – elaboradas eventualmente em um outro continente –, às regras formais, ao controle de outras pessoas... Em relação à *cadeia*, aqui religados à sua própria história, a seu corpo que aprende e que envelhece; a uma multidão de experiências de trabalho e de vida; a muitos grupos sociais que lhes ofertaram saberes, valores, regras com os quais eles produzem dia após dia; aos parentes também, fontes de energia e de preocupações; aos projetos, desejos, angústias, sonhos.

Poderíamos aproximar esta oposição da “trama” ao “visível” do trabalho; e a “cadeia”, ao menos visível ou ao invisível do trabalho, com os discursos sobre o trabalho das empregadas domésticas, em que a trama ocorre no processo de limpeza, na organização da casa, nas normas prescritas pelos patrões. Quanto à cadeia, são as suas histórias, mesmo que contadas por outros,

que evocam memórias. São os corpos invadidos e levados ao extremo para a execução do trabalho e aos saberes e valores do grupo de empregadas domésticas que são passados de geração em geração.

Assim, concluímos a análise com a demonstração do Quadro 10 que ilustra as relações ergológicas e discursivas na constituição dos *ethos* discursivos, como imagens de si: a) *Ethos* de empregada doméstica oprimida; b) *Ethos* de empregadora abusiva; c) *Ethos* de legislativo regulador e d) *Ethos* de empregada doméstica vulnerável.

Quadro 10 – Constituição do *ethos* discursivo das empregadas domésticas

CENOGRAFIAS	<i>ETHOS</i> DISCURSIVO
Criança explorada realiza trabalho doméstico infantil.	<i>Ethos</i> de empregada doméstica oprimida.
Empregadora explora criança para trabalhar.	<i>Ethos</i> de empregadora abusiva.
Leis são criadas para assegurar e normatizar o fazer doméstico	<i>Ethos</i> de legislativo regulador
Empregadas domésticas pouco instruídas perpetuam a exploração do seu trabalho.	<i>Ethos</i> de empregada doméstica vulnerável.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021)

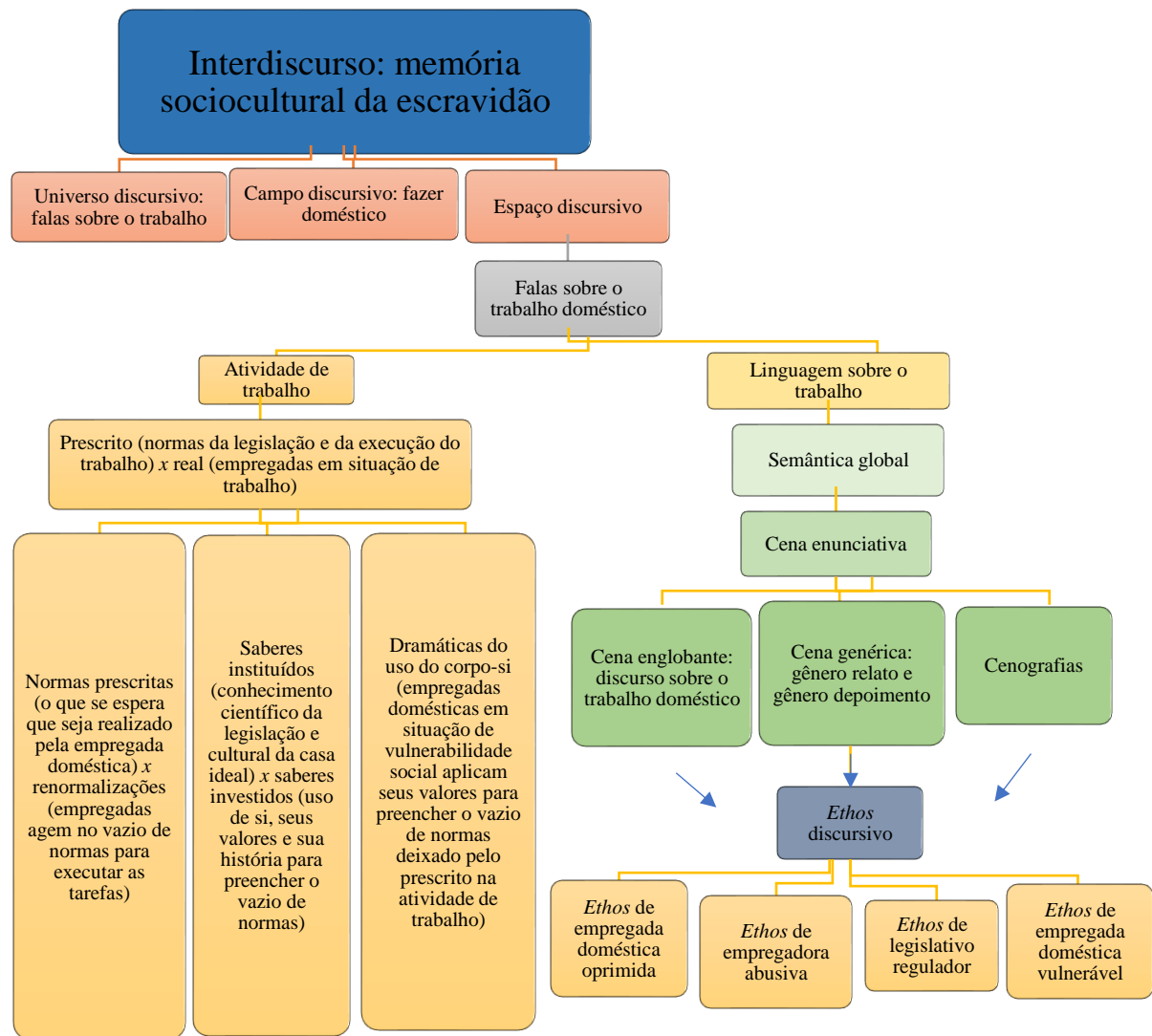
Na sequência, aponto os resultados apresentados nas análises em uma breve discussão.

6.3 UMA INTERFACE POSSÍVEL: O *ETHOS* E O CORPO-SI DA TRABALHADORA DOMÉSTICA

Nesta pesquisa, me propus, em primeiro lugar, a realizar uma interface entre os estudos discursivos e a abordagem ergológica, na relação linguagem e trabalho. Essa tarefa, construída utilizando os discursos de empregadas domésticas em uma atividade real de trabalho e os conceitos teóricos, que elevam uma hipótese de estudo a uma possibilidade metodológica e analítica. Nesta seção, portanto, demonstro como, de acordo com os corpora analisado e os resultados alcançados edifico um trabalho interdisciplinar, de interface teórica e aplicada.

Ilustro, na Figura 11, como se engendram as relações ergológicas e discursivas na constituição dos *ethos* discursivos nesta pesquisa.

Figura 11 – Relações ergológicas e discursivas no *ethos* discursivo da empregada doméstica



Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2021)

O esquema apresentado na Figura 11 explica a interface entre: a) a teoria enunciativo-discursiva, de cunho sócio-histórico, de Maingueneau (2008a, 2008b, 2010, 2018, 2020), mediante as noções conceituais de universo discursivo, semântica global, cena discursiva e *ethos* discursivo; e b) os postulados da abordagem ergológica, de Schwartz (2010a, 2010b, 2010c, 2011); Schwartz e Durrive (2010); Trinquet (2010) e Nouroudine (2002), como atividade de trabalho, prescrito e real, normas prescritas e renormalizações, saberes instituídos e saberes investidos, além de dramáticas do uso do corpo-si e da linguagem sobre o trabalho.

As categorias analíticas se mobilizam na materialidade discursiva, com um universo discursivo (falas sobre o trabalho), um campo discursivo (falas sobre o trabalho doméstico) e um espaço discursivo (falas das empregadas domésticas em concorrência com as falas de outros

trabalhadores). Esse espaço discursivo, o interdiscurso, está apoiado na memória sociocultural da escravidão, em uma cena socialmente validada que legitima o discurso que apresenta cenas de abusos trabalhistas diversos: punições físicas, agressões verbais, falta de descanso ou de tempo de alimentação. Em um contexto ergológico, as cenas validadas funcionam como um sintoma do ambiente laboral capitalista que demonstra a urgência em compreender o trabalho doméstico como uma atividade em que o produto final, a limpeza, a organização diária possa ser valorizado como um trabalho remunerado digno e que sua execução corresponda às diretrizes previstas em lei.

O discurso das trabalhadoras sobre o seu fazer laboral denota uma atividade de trabalho em que o embate quanto ao real do trabalho está muito presente, quando, por exemplo, a empregada doméstica é punida ao usar o saber investido, os seus valores, a sua história e a vivência de uma criança de 13 anos, no caso do que consta no Bloco 4. Essas falas sobre o trabalho, apontadas na abordagem ergológica, tornam-se objeto de estudo discursivo para perceber na atividade de trabalho como se dá a prescrição de normas e qual quadro cênico constrói. Assim, a partir da linguagem sobre o trabalho aponto aspectos da semântica global que constituirá uma cena enunciativa, cuja cenografia remete ao corpo-si que vivencia as dramáticas da atividade laboral em sua concretude.

O encontro entre o prescrito e a situação real de trabalho também se manifesta nas respostas das trabalhadoras, ao relatarem tomar decisões quando surgem os imprevistos. Esse embate se dá no vazio de normas quando as trabalhadoras renormalizam as prescrições do ambiente laboral, dispondo de saberes constituídos para preencher as lacunas/vazios normativos, situação em que os saberes instituídos se tornam insuficientes. Tem-se, então, que para compreender o trabalho doméstico é preciso estar atento às situações de vazios de normas que são muito constantes, já que grande parte do trabalho em si é realizada de forma solitária, sem instrutores acompanhando.

Nesse cenário, das cenografias construídas desdobram-se *ethos* discursivos, como imagem de si, advindos das normas, do trabalho infantil doméstico, das trabalhadoras pouco instruídas que perpetuam os abusos trabalhistas, bem como da empregadora que contrata as empregadas domésticas. O *ethos* de empregada oprimida, por sua vulnerabilidade social que destina o corpo infantil em atividades incompatíveis com a sua condição física, por exemplo. Há, então, o *antiethos* da empregadora, que fortalece um sistema capitalista abusivo sobre o corpo infantil; o *ethos* da testemunha, que revela aos leitores situações desumanas vividas pelas trabalhadoras; e o *ethos* da empregada doméstica vulnerável, que é pouco instruída em relação aos seus direitos, tornando-se vítima da perpetuação da mentalidade elitista em relação ao

serviço doméstico, como uma forma “moderna e subterfugia” de escravizar e de manipular pessoas no ambiente laboral.

Diante do exposto nesse capítulo analítico, a seguir apresento as considerações finais deste estudo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desta pesquisa interdisciplinar trata da construção da cenografia e do *ethos* discursivo no trabalho doméstico, com foco na linguagem das empregadas, em sua constituição como sujeito *na* e *pela* língua, debatendo o papel social dessas mulheres trabalhadoras no contexto cotidiano de suas atividades laborais.

Sendo assim, a delimitação do tema decorre da mobilização das categorias teóricas, em interface entre a teoria enunciativo-discursiva, de cunho sócio-histórico, de Maingueneau (2008a; 2008b; 2010; 2018; 2020), em suas categorias/noções conceituais – universo discursivo, semântica global, cena discursiva e *ethos* discursivo –, e os postulados da abordagem ergológica, conforme Schwartz (2010a; 2010b; 2010c; 2011), Schwartz e Durrive (2010), Trinquet (2010) e Nouroudine (2002) – tais como atividade de trabalho, prescrito e real, normas prescritas e renormalizações, saberes instituídos e saberes investidos, além das dramáticas do uso do corpo-si e da linguagem sobre o trabalho.

A justificativa pela temática e sua delimitação se fundamenta na relevância do trabalho doméstico na constituição da história humana, bem como na possibilidade de um debate com foco na linguagem das empregadas *sobre* o trabalho doméstico na atividade laboral, percebendo essas mulheres como trabalhadoras essenciais para a dinâmica capitalista da sociedade. Todas as mulheres desempenham as tarefas domésticas em maior e menor grau, porém os discursos aquelas que abrem mão de seus filhos, sua casa e sua vida pessoal, para que outros possam desfrutar de suas residências limpas, organizadas e funcionais, são o objeto deste estudo.

Os *corpora* de análise são compostos por entrevista individual, realizada com quatro empregadas domésticas, e recortes de três relatos da obra *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (PRETA-RARA, 2019), além de alguns conceitos abordados na cartilha *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015), que constam as normas a serem seguidas pelos empregadores e constituem o universo discursivo do trabalho doméstico.

Diante desse cenário, que contextualiza este estudo de tese, a pergunta problematizadora da pesquisa se apresenta da seguinte maneira: Como se constrói o *ethos* discursivo advindo do uso de si pelos outros nas cenografias decorrentes de práticas languageiras sobre o trabalho de empregadas domésticas, considerando o debate de normas e valores que caracteriza essa atividade laboral?

Com base nesse questionamento, elaborei as seguintes hipóteses:

- e) Os postulados teóricos da teoria enunciativo-discursiva e da ergologia utilizados na interdisciplinaridade do estudo possibilitam analisar os discursos mediante cenografias que circulam sobre a atividade laboral da empregada doméstica, que revelam marcas de um modelo escravocrata dominador e misógino que ainda prevê o trabalho doméstico como inferior, pouco valorizado e merecedor de um tratamento desigual;
- f) o ethos discursivo constitui-se no discurso sobre o trabalho doméstico e no uso de si pelos outros, implicando forças que perpassam os sujeitos em suas relações com seu trabalho na dinâmica de hierarquização social;
- g) as pistas linguísticas marcadas em cenografias remetem a um intenso debate de normas e valores no uso do corpo-si que emerge no fio do discurso sobre a atividade laboral, remetendo a um embate entre aqueles que produzem a norma e a execução das tarefas, de onde se identificam ethos como imagens de si.
- h) a linguagem sobre o trabalho demonstra a experiência e a vivência dos trabalhadores, bem como os seus valores e os saberes, a sua ideologia e a história que constituem suas escolhas diante das coerções diárias que regem as dinâmicas do ambiente laboral.

Foi possível confirmar essas hipóteses, já que, por meio da materialidade discursiva dos *corpora* analisados, depreende-se uma semântica global que remete a um debate de normas e valores consistente entre as trabalhadoras e suas empregadoras, além de aplicação conflituosa entre a norma prescrita, na cartilha dos *Trabalhadores domésticos: direitos e deveres* (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015), e a realidade de quem executa o fazer doméstico.

Nesse sentido, a atividade de trabalho, conforme a abordagem ergológica utilizada em interface com a análise do discurso neste estudo, sempre comporta os debates de normas e valores, os quais envolvem os trabalhadores em tomadas de decisões em situação de trabalho, pois, constantemente, aparecem circunstâncias novas e não previstas. Assim, o sujeito ressignifica a atividade de trabalho, fazendo uso de si, de seus saberes e valores, bem como de sua história e subjetividade, para lograr os resultados esperados no fazer laboral.

A linguagem sobre o trabalho demonstrou como se constitui a vida diária de uma empregada doméstica e revelou as dramáticas vividas nessa atividade. Além disso, as pistas linguísticas, em destaque, possibilitaram uma constituição do ethos discursivo da norma, das trabalhadoras e do *antiethos* da empregadora que evidenciam marcas de uma sociedade que ainda se baseia em um modelo escravocrata de relação trabalhista.

Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo geral descrever e analisar como se constrói o ethos discursivo que se origina do uso de si pelos outros nas cenografias emanadas

de práticas linguageiras sobre o trabalho de empregadas domésticas disto o debate de normas e valores que caracteriza essa atividade laboral.

Diante desse objetivo geral, desdobram-se os objetivos específicos que assim foram previstos:

- e) realizar uma interface teórico-aplicada envolvendo a abordagem teórica e sócio-histórica, de configuração enunciativo-discursiva, e da ergologia que fundamentam a pesquisa;
- f) mostrar imagens de si no uso de si pelos outros, como ethos-discursivo, construídas nas práticas linguageiras sobre o trabalho doméstico através de marcas linguísticas que originam cenografias delimitadas no e pelo espaço laboral, evidenciando representações hierárquico-sociais;
- g) identificar como as pistas linguísticas remetem aos embates entre as normas prescritas pelos empregadores e a execução das atividades da empregada doméstica a partir de uma perspectiva sociodiscursiva e ergológica sobre o vazio de normas e o invisível do trabalho doméstico;
- h) conhecer através da linguagem sobre o trabalho como vivem/trabalham as empregadas domésticas, demonstrando como a cenografia construída no fio do discurso desvela a situação de trabalho, dessas profissionais, para transformar o modo como as trabalhadoras domésticas são percebidas pelo empregador e pela sociedade.

Dessa forma, para alcançar os objetivos propostos nesta tese foi necessário criar um modelo analítico metodológico que possibilitou aplicar a teoria enunciativo-discursiva de Maingueneau (2020) em interface com a abordagem ergológica de Schwartz (2010) para analisar, por meio da materialidade linguístico-discursiva, tanto a representação hierárquico-social quanto as dramáticas do uso de si por si e pelo outro, revelando o invisível do trabalho doméstico. O conhecimento, por meio da linguagem sobre o trabalho, gerou a transformação do modo como as trabalhadoras domésticas são percebidas pela sociedade. Foram as dramáticas do corpo-si, que engendram uma semântica global e todo um quadro cênico do trabalho doméstico, que permitiram desvelar cenografias que constroem ethos discursivos como imagem de si das enunciativas, empregadas domésticas em situação de trabalho.

Todo esse quadro teórico-aplicado desenvolvido para realizar a interface proposta, visando compreender o trabalho doméstico na sua realização cotidiana, resultou na concretização da tese defendida neste estudo: a trabalhadora, ao enunciar-se sobre sua atividade de trabalho, revela dramáticas do uso de si pelos outros que denotam cenografias das quais

emergem *ethos* discursivos advindos de uma memória sócio-histórica sobre o trabalho doméstico, perpetuado em desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero na sociedade brasileira.

O quadro cênico que os discursos construíram nesta tese, cujos *ethos* discursivos podem ser retomadas no Quadro 10, capítulo de análise, ilustrou as relações ergológicas e discursivas na construção de imagens de si (empregadas domésticas) e do outro (empregadora): a) criança explorada realiza trabalho doméstico infantil; b) empregadora explora criança para trabalhar; c) leis são criadas para assegurar e normatizar o fazer doméstico; e d) empregadas domésticas pouco instruídas perpetuam a exploração do seu trabalho. Dessas cenografias advêm os seguintes *ethos* discursivos que se relacionam com sua respectiva situação de enunciação, a saber: (a) *Ethos* de empregada doméstica oprimida; (b) *Ethos* de empregadora abusiva; (c) *Ethos* de legislativo regulador e (d) *Ethos* de empregada doméstica vulnerável.

Essas cenografias resultam *ethos* discursivos, como imagem de si, das práticas linguageiras sobre o trabalho doméstico, tanto da coletânea de relatos quanto das respostas das empregadas entrevistadas, que denotaram um constante debate de normas e valores, no embate da atividade laboral, mediante os estatutos de enunciador e coenunciador que perpetuam o estereótipo sociocultural da escravidão.

Como resultado desta pesquisa, aponto que os debates de normas e valores, assim como o agir do trabalhador, os seus saberes e a sua história são contemplados no conceito das dramáticas do uso do corpo-si. Nesse espaço de renormalizações, o corpo-si faz uso de si por outros quando interpelado pelas normas prescritas e faz uso de si por si, na medida em que as renormaliza em demandas específicas e incontornáveis das patroas, utilizando o corpo para manter o vínculo empregatício.

Marco como contribuição o debate interdisciplinar entre a abordagem ergológica e a teoria enunciativo-discursiva, com a elaboração de um método de análise para os estudos do discurso que possuem *corpora* advindos do ambiente laboral. No âmbito pessoal, realizo um levantamento da situação trabalhista das empregadas domésticas que estão socialmente invisibilizadas pelo estatuto de sua profissão: um trabalho de importância menor, com pouca valorização social e trabalhadoras substituíveis, pela crença na baixa complexidade de sua atividade.

Já como sugestão de continuidade dessa temática em outros estudos, aponto a realização de interface entre a teoria enunciativo-discursiva e a abordagem ergológica com outros discursos na atividade de trabalho, para ampliar a discussão teórica sobre *ethos* discursivo na

atividade laboral, seus desdobramentos, as dramáticas nas relações trabalhistas e possibilitar visibilidade desse lugar emblemático que é o homem no trabalho.

Este estudo apresentou limitações, ao passo que o universo das trabalhadoras entrevistadas é pequeno e oriundo de uma coleta de dados apenas virtual. Para futuros estudos, que preveem analisar o discurso em atividade de trabalho, faz-se necessária uma coleta de dados mais densa e em situação real de entrevista. (importante para os pesquisadores da ergologia e análise do discurso pra provocar mudanças no método de análise e proporcionar um subsídio teórico e analítico para aqueles que pesquisam o trabalho e o trabalhador).

Com base na análise dos enunciados proferidos pelas trabalhadoras entrevistadas, acerca da atividade de trabalho, torna-se possível verificar que o fazer doméstico é uma atividade complexa que envolve aspectos da memória sócio-histórica, tanto em relação ao trabalho executado quanto em relação às normas impostas pelos empregadores.

Desse todo visto, lido e analisado, percebo que o trabalho doméstico ainda é visto como atividade inferior e exclusivamente de conotação feminina, mas se faz necessário desconstruir essa concepção para que no futuro essas trabalhadoras sejam tratadas com dignidade e respeito por sua história, seus valores, suas experiências e suas habilidades. Dito de outra maneira: que realmente a compreensão de como o trabalho doméstico se constitui tenha o propósito de transformar o ambiente laboral das trabalhadoras. Essas mulheres precisam acreditar que seu trabalho é valioso, necessário e indispensável para o desenvolvimento da sociedade. Em realidade, todos nós precisamos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. **Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina**: Uma repartição desigual. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; In: HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 113-124.
- AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 19, p. 25-42, 1990.
- AZEVEDO, Juliana Ribeiro. “Pacote anticrime”: possíveis deslocamentos na cena enunciativa de notícias do Ministério da Justiça e Segurança Pública. In: ROCHA, Décio *et al.* (org.). **Em discurso 4**: Pesquisar com gêneros discursivos: interpelando mídia e política. Rio de Janeiro: Cartolina, 2020. p. 71-92.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BAVARESCO, Neuzer; FREITAS, Ernani Cesar de. Ela, empregada doméstica: a linguagem no trabalho invisível. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 24, p. 118-133, jan./abr. 2021.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: Mitos e Fatos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 out. 2021.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 6 out. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013.** Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em: 5 out. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015.** Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 5 out. 2021.

BRASIL. **Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949.** Brasília: Presidência da República, 1949. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0605.htm. Acesso em: 6 out. 2021.

BRASIL. **Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962.** Brasília: Presidência da República, 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4090.htm. Acesso em: 6 out. 2021.

BRASIL. **Lei n. 4.749, de 12 de agosto de 1965.** Brasília: Presidência da República, 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4749.htm. Acesso em: 6 out. 2021.

BRASIL. **Lei n. 7.418, de 16 de dezembro de 1985.** Brasília: Presidência da República, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7418.htm. Acesso em: 6 out. 2021.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição n. 66, de 2012.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109761>. Acesso em: 5 out. 2021.

BUTLER, Judith. Sex and Gender in Simone de Beauvoir's *Second Sex*. **Yale French Studies**, n. 72, p. 35-49, 1986.

BUTLER, Judith. **Variaciones Sobre Sexo y Género:** Beauvoir, Wittig y Foucault. Valencia: Ediciones Alfons el Maghilmim, 1990.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão de identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANGUILHEM, Georges. Le vivant et son milieu. *In:* CANGUILHEM, Georges. **Connaissance de la vie.** Paris: Librairie Hachette, 1952. p. 160-193.

COWLING, Camillia. O fundo de emancipação “livro de ouro” e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880. *In:* XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio (org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação.** São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 214-227.

DEJOURS, Cristophe. **A banalização da injustiça social.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, 1987.

DURAFFOURG, Jacques. O trabalho e o ponto de vista da atividade. *In*: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. **Trabalho e Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010. p. 131-148.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. Glossário da ergologia. **Laboreal**, v. 4, n. 1, p. 384-385, 2008.

DURRIVE, Louis; JACQUES, Anne Marie. O formador ergológico ou “Ergoformador”: uma introdução à ergoformação. *In*: SCHWARTZ, Yves.; DURRIVE, Louis (org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010. p. 295-307.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2021.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. Revista Anhembi, São Paulo, v. X, n. 30, p. 433-90, maio 1953.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

FAÏTA, Daniel. Análise das práticas languageiras e situações de trabalho: uma renovação imposta pelo objeto. *In*: SOUZA-e-SILVA, Maria Cecília Pérez de; FAÏTA, Daniel (org.). **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002. p. 45-60.

FAÏTA, Daniel. A linguagem como atividade: uma conversa entre Daniel Faïta, Christine Noël e Louis Durrive. *In*: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (org.). **Trabalho e Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: Ed. UFF, 2010. p. 165-186.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREITAS, Ernani Cesar de. Linguagem na atividade de trabalho: *ethos* discursivo em editoriais de jornal interno de empresa. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 170-197, jul./dez. 2010.

FREITAS, Ernani Cesar de. As práticas de linguagem no e sobre o trabalho: discursos da prescrição na atividade docente. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGIA DE AMÉRICA LATINA, 17., 2014. **Anais [...]**. João Pessoa: ALFAL, 2014. p. 1-15.

FREITAS, Ernani Cesar de; FACIN, Débora. Semântica global e os planos constitutivos do discurso: a voz feminina na literatura de Rubem Fonseca. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 7, p. 198-218, 2011.

FUMAGALLI, Rita de Cassia Dias Verdi. **A construção do ethos discursivo kaingang em narrativas orais:** imagens de si fundamentadas no coletivo. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Sirvientas y amos em Río de Janeiro em la década de 1870: percepciones de la casa y la calle. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs). **Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y.... más nada:** trabajadoras domésticas em América Latina y Caribe. Venezuela: Ed. EPU, 1993, p. 67-78.

GÜÉRIN, François *et al.* **Comprender o trabalho para transformá-lo:** a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil:** um olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília: OIT, 2012.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAUBRICH, Gislene Feiten. **Coworking “is not a place, it's a people”:** um olhar comunicacional à produção de saberes no Brasil e na França. Tese (Doutorado em Processos e Manifestações Culturais) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2019.

HINZ, Josiane Redmer. **Saberes instituídos e saberes investidos na atividade laboral do professor de Língua Portuguesa:** uma abordagem dialógica. Tese (Doutorado em Linguística) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França:** perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 113-124.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD):** Síntese dos Indicadores 2013. Brasília: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>. Acesso em: 6 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua 2016: Brasil tem, pelo menos, 998 mil crianças trabalhando em desacordo com a legislação. **Agência IBGE Notícias**, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18383-pnad-continua-2016-brasil-tem-pelo-menos-998-mil-criancas-trabalhando-em-desacordo-com-a-legislacao>. Acesso em: 6 out. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI:** Reflexões para o Caso Brasileiro a Partir dos Dados da PNAD. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf. Acesso em: 5 out. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Petrópolis: Edições Vozes, 1998.

- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico à noção de *ethos*. **Letras de Hoje**, v. 53, n. 3, p. 321-330, 2018.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. São Paulo: Parábola, 2020.
- MARX, Karl. **O capital**: extratos por Paul Lafargue. São Paulo: Veneta, 2014.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Trabalhadores domésticos: direitos e deveres**. Brasília: E-Social, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/cartilha-trabalhadores-domesticos-direitos-e-deveres>. Acesso em: 5 out. 2021.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MONTICELLI, Thays Almeida. **Diaristas, afeto e escolhas: ressignificações no trabalho doméstico remunerado**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- NOUROUDINE, Abdallah. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-e-SILVA, Maria Cecília Pérez de; FAÏTA, Daniel (org.). **Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-30.
- NOUROUDINE, Abdallah. Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais o trabalho? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 69-83, 2011.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção e Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos**. 2011. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/--travail/documents/publication/wcms_169517.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

PEÇANHA, Natália Batista. **Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço de casa:** cotidiano e agências de servidas/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca (1880-1930). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

PINHO, Paloma de Sousa. **Sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres.** Dissertação (Mestrado em Saúde coletiva) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2006.

POSSENTI, Sírio. Ethos e corporalidade em textos de humor. *In:* MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). **Ethos discursivo.** São Paulo: Contexto, 2011. p. 149-156.

PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica:** a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramentos, 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, D.; DAHER, M.; SANT'ANNA, V. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. **Polifonia**, v. 8, n. 8, 2004.

ROHM, Ricardo Henry Dias; LOPES, Natália Fonseca. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 332-345, abr./jun. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **Emprego Doméstico e Capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1978.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** 25.ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SCHWARTZ, Yves. Disciplina Epistêmica Disciplina Ergológica–Paideia e Politeia. **Proposições**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 126-149, jan./abr. 2002.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e ergologia. *In:* SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (org.). **Trabalho e ergologia:** conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010a. p. 25-46.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e uso de si. *In:* SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (org.). **Trabalho e ergologia:** conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010b. p. 187-204.

SCHWARTZ, Yves. A linguagem em trabalho. *In:* SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (org.). **Trabalho e ergologia:** conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010c. p. 131-148.

SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 9, n. 1, p. 19-45, 2011.

SCHWARTZ, Yves. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, jul./set. 2014.

SCHWARTZ, Y. Entrevista: Yves Schwartz. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 457-466, 2016.

SCHWARTZ, Yves; DUC, Marcelle; DURRIVE, Louis. O homem, o mercado e a cidade. *In*: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (org.) **Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana**. 2.ed. Niterói: Ed. UFF, 2010. p. 247-273.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 1-29. jul./dez. 1995.

SELCH, Vilson Francisco. **Linguagem e trabalho: ergogestão e urdiduras do corpo-si na atividade de trabalho da gestão educacional em Dois Irmãos/RS**. Tese (Doutorado em Processos e Manifestações Culturais) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2020.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOARES TERCEIRO, Clívio Buenno. **Aprendizagem e imprevizagem: trajetórias profissionais e relação com o saber na atividade de trabalho na panificação e na confeitaria**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de; ROCHA, Décio. Por que ler Gênesis dos discursos? Resenha de “Gênesis dos discursos”, de Dominique Maingueneau. **ReVEL**, v. 7, n. 13, p. 1-25, 2009.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de; FAÍTA, Daniel. **Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de. A interface entre estudos discursivos e ergológicos. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 253-274, jul./set. 2014.

SOUZA, Flávia Fernandes. **Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017, p. 53 -72.

TRINQUET, Pierre. Trabalho e educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, v. 10, n. 38e, p. 93-113, 2010.

WEBER, Max. **The theory of social and economic organization**. Glencoe-Ill: The Free Press e The Falcon Wing Press, 1947.

WISNER, Alain. **A Inteligência no Trabalho: textos selecionados de ergonomia**. São Paulo: Fundacentro, 1994.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP)

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ VICE-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O ETHOS DISCURSIVO, COMO IMAGEM DE SI, DA EMPREGADA DOMÉSTICA NA ATIVIDADE LABORAL: LINGUAGEM NO TRABALHO INVISÍVEL

Pesquisador: NEUZER HELENA MUNHOZ BAVARESCO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 45345921.4.0000.5342

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.676.561

Apresentação do Projeto:

O projeto pretende investigar a relação que se estabelece entre linguagem e trabalho no ambiente laboral de empregadas domésticas. É um estudo que apresenta uma interface entre a temática Ergologia, Linguagem e Trabalho (SCHWARTZ, 2010, 2011, TRINQUET, 2010; NOUROUDINE, 2002) e a teoria enunciativo-discursiva de Maingueneau (2008a, 2008b, 2008c, 2010, 2019) com o objetivo de analisar a cenografia e o ethos construído a partir de relatos de cinco empregadas domésticas. Trata-se de pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa e objetivo exploratório. Os dados advêm das pesquisas bibliográfica e documental. O corpus constitui-se dos seguintes corpora: a Lei Complementar nº 150, de 2015, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 72; a cartilha direitos e deveres do trabalhador doméstico, lançada pelo Ministério do Trabalho e Previdência social, em 2004. Utilizo a 6ª edição, que foi revista e atualizada para contemplar os direitos previstos na citada lei, de 1º de junho de 2015, estendidos aos trabalhadores domésticos e tem a intenção de contribuir com trabalhadores e empregadores, reunindo em um único documento as informações sobre as normas legais dos domésticos com o intuito de melhorar e fortalecer as relações trabalhistas. O estudo será realizado através de entrevistas com 5 empregadas domésticas, a fim de exemplificar o uso de si na linguagem sobre o trabalho, que revelam o ethos discursivo da empregada doméstica. A análise ocorrerá a partir das marcas linguísticas, retiradas dos discursos das empregadas domésticas, que

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar

Bairro: São José **CEP:** 99.052-900

UF: RS **Município:** PASSO FUNDO

Telefone: (54)3316-8157

E-mail: cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ VICE-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



Continuação do Parecer: 4.676.561

possam evidenciar o ethos e as dramáticas do uso de si por si e pelos outros presentes nessas falas para determinar como se constitui o ethos e como as empregadas fazem uso da cartilha dos empregados domésticos e da legislação vigente.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Descrever e analisar como se constrói a imagem de si no discurso das empregadas domésticas analisando as relações de invisibilidade social no trabalho, que se caracteriza com um não-lugar de fala nesse contexto sociodiscursivo.

Objetivo Secundário:

- Realizar uma interface entre a ergologia e a teoria sociodiscursiva que fundamentam a pesquisa.
- Verificar como a linguagem na atividade de trabalho constitui o sujeito, seu ethos discursivo através de uma cenografia estabelecida no e pelo espaço laboral.
- Discutir o lugar de fala da empregada doméstica a partir de uma perspectiva sociodiscursiva evidenciando o não lugar social da atividade laboral
- Identificar diferentes perspectivas sobre o trabalho da empregada doméstica para dar visibilidade a essa atividade laboral.
- Produzir conhecimentos sobre como vivem as empregadas domésticas, evidenciando como a cenografia discursiva mostra as condições de trabalho dessas profissionais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como riscos possíveis:

- a. Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário;
- b. Desconforto;
- c. Medo;
- d. Vergonha;
- e. Estresse;
- f. Quebra de sigilo;
- g. Cansaço ao responder às perguntas; e
- h. Quebra de anonimato.

Além de:

- a) alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José **CEP:** 99.052-900
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 **E-mail:** cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ VICE-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



Continuação do Parecer: 4.676.561

conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante;
b) alterações de visão de mundo e de comportamentos em função de reflexões sobre o seu trabalho.

Benefícios:

Este estudo contribui, nesse sentido, para perceber a complexidade da linguagem na atividade e as posições hierárquicas ocupadas pelos indivíduos, bem como as coerções que o mercado laboral impõe. Para os estudos do discurso, a pesquisa traz a interface com a ergologia como uma possível abordagem às questões enunciativas e discursivas. Do mesmo modo que para a sociedade esta pesquisa reconhece o trabalho

invisível das empregadas domésticas, e seus abusos, para dar voz às mulheres que desempenham essa função em busca de valorização e

respeito.

Residem muitos embates entre empregadores e seus funcionários, principalmente na relação entre as empregadas domésticas e seus patrões, já que essa atividade ainda é invisível possuindo um aspecto mercantil, beirando em alguns casos a situações degradantes e indignas como as vistas na época da escravidão. Nas relações discursivas presentes na atividade de trabalho, no uso dos saberes e valores que fazem parte da história e do espaço que se constituem os indivíduos, podemos dar visibilidade, reconhecimento e humanizar a existência das empregadas domésticas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata de projeto de tese de doutorado em Letras da Universidade de Passo Fundo que se encontra adequadamente estruturado, apresenta clareza temática e de objetivos, consistência e clareza metodológica. Atende todos as exigências éticas e normas administrativas. Embora a pesquisadora não descreva as providências que adotará no caso de algum desconforto, medo, insegurança ou qualquer outro mal estar das entrevistadas no ambiente das "informações básicas", ela as descreve no TCLE.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os direitos fundamentais do(s) participante(s) foi(ram) garantido(s) no projeto e no TCLE. O protocolo foi instruído e apresentado de maneira completa e adequada. Os compromissos do (a) pesquisador (a) e das instituições envolvidas estavam presentes. O projeto foi considerado claro em seus aspectos científicos, metodológicos e éticos.

Recomendações:

Após o término da pesquisa, o CEP UPF solicita:

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José **CEP:** 99.052-900
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 **E-mail:** cep@upf.br

**UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ VICE-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF**



Continuação do Parecer: 4.676.561

- a) A devolução dos resultados do estudo aos sujeitos da pesquisa ou a instituição que forneceu os dados;
- b) Enviar o relatório final da pesquisa, pela plataforma, utilizando a opção, no final da página, "Enviar Notificação" + relatório final.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, este Comitê, de acordo com as atribuições definidas na Resolução n. 466/12, do Conselho Nacional da Saúde, Ministério da Saúde, Brasil, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa na forma como foi proposto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1711493.pdf	08/04/2021 10:40:55		Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	08/04/2021 10:40:10	NEUZER HELENA MUNHOZ BAVARESCO	Aceito
Outros	Declaracao.pdf	12/03/2021 15:41:57	NEUZER HELENA MUNHOZ BAVARESCO	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	10/03/2021 11:52:52	NEUZER HELENA MUNHOZ BAVARESCO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	10/03/2021 11:52:29	NEUZER HELENA MUNHOZ BAVARESCO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	10/03/2021 11:30:34	NEUZER HELENA MUNHOZ BAVARESCO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José **CEP:** 99.052-900
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 **E-mail:** cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ VICE-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



Continuação do Parecer: 4.676.561

PASSO FUNDO, 28 de Abril de 2021

Assinado por:
Felipe Cittolin Abal
(Coordenador(a))

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar

Bairro: São José

CEP: 99.052-900

UF: RS

Município: PASSO FUNDO

Telefone: (54)3316-8157

E-mail: cep@upf.br

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS –
IFCH
DOUTORADO EM LETRAS

Universidade de Passo Fundo
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
 Campus I - BR 285, Bairro São José - CEP 99052-900
 Passo Fundo/RS
 E-mail: ppgletras@upf.br
 Telefone: (54) 3316-8341

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa **O *ethos* discursivo, como imagem de si, da empregada doméstica na atividade laboral: linguagem no trabalho invisível**, de responsabilidade da pesquisadora **Neuzer Helena Munhoz Bavaresco**. Essa pesquisa consiste no trabalho de tese de Doutorado em Letras, na linha de pesquisa Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, sob a orientação do Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundamento dos estudos e das pesquisas pertinentes à atividade das trabalhadoras domésticas. Um estudo interdisciplinar, envolvendo a Análise do Discurso, de Maingueneau, e a Ergologia, de Schwartz, contribui para uma análise detalhada, com base em enunciados dos indivíduos na situação real de trabalho. Desse modo, a pesquisa pretende dar visibilidade ao trabalho das empregadas domésticas, por meio da observação e análise de suas atividades e dos discursos que circulam nas diferentes comunidades que os constituem e cujos traços indicam uma certa identidade enunciativa. Partir do princípio de que toda atividade de trabalho é infinitamente mais complexa do que se pode antecipar, porque há um ser humano complexo envolvido em sua realização, é transcender do óbvio quando se discute a atividade de trabalho.

Como objetivo geral, descrevo e analiso como se constroem as cenografias das quais emergem os *ethos* discursivos, como imagens de si, advindos das práticas languageiras no discurso sobre o trabalho doméstico, considerando o constante debate de normas e valores que caracteriza essa atividade laboral.

A sua participação na pesquisa será como sujeito entrevistado, que consistirá em uma entrevista semiestruturada, com perguntas a respeito da temática deste projeto que trata da interface Linguagem e Trabalho: diálogos entre a Ergologia e a Análise do Discurso. A delimitação do tema decorre da perspectiva teórica interdisciplinar que compreende os diálogos entre Ergologia e noções de semântica global da Análise do Discurso, enfocando as práticas discursivas, em situação de trabalho da empregada doméstica, por meio do *ethos*, como imagem de si, construído mediante as cenografias instituídas na atividade.

A técnica de entrevista acontecerá através de grupos de empregos em redes sociais e, após, de conversa virtual com algumas empregadas domésticas, por meio de um aplicativo de

mensagens. A pesquisadora utilizará um questionário e as ferramentas de áudio de um aplicativo de mensagens. Na entrevista, abordaremos 19 questões relacionadas à sua formação profissional e à atividade real de trabalho, abordando, inclusive, as adversidades encontradas, as suas relações no ambiente de trabalho e as condições laborais.

Mesmo que a intensidade dos riscos para o público-alvo seja mínima, entre os possíveis riscos e desconfortos que você poderá sentir, há a possibilidade de: riscos de origem intelectual, por identificar um vazio de normas em relação à sua profissão; riscos de origem emocional, por sentir um certo desconforto ao identificar as “dramáticas” que envolvem a profissão; e ter a constante necessidade de realizar escolhas entre uma ou outra opção, a fim de suprir a falta de orientação.

Se você se sentir desconfortável em responder alguma das questões levantadas durante a entrevista da pesquisa, poderá reservar seu direito de resposta. Se for identificado algum sinal de desconforto psicológico ou constrangimento pela sua participação durante o processo dos encontros de grupo focal, a pesquisadora se compromete em orientá-lo(a) e encaminhá-lo(a) aos profissionais especializados na área do Núcleo de Apoio Pedagógico da Universidade de Passo Fundo.

Ao participar da pesquisa, você terá os seguintes benefícios: a) refletir sobre a atuação profissional da empregada doméstica; b) emitir suas opiniões sobre o tema da pesquisa; c) contribuir para a compreensão acerca da sua atividade laboral e das dramáticas vivenciadas diariamente no trabalho.

Você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada à pesquisa e poderá ter acesso aos dados dela em qualquer etapa do estudo.

Sua participação nessa pesquisa não é obrigatória e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento. Para tanto, basta comunicar sua desistência ao pesquisador. Importante destacar que a pesquisa se destina a indivíduos maiores de 18 anos, com participação voluntária.

Você não terá qualquer despesa para participar da presente pesquisa e não receberá pagamento pela sua participação no estudo. Caso você sofra qualquer tipo de dano em virtude da pesquisa, você tem a garantia de buscar indenização.

Sua identidade será totalmente resguardada e não será citada, em nenhum momento, nos relatos da pesquisa. O material coletado se destinará somente à realização da pesquisa, sendo que, ao final dela, tais informações serão deletadas. Durante a entrevista, não será solicitado o nome ou qualquer outro dado que possa identificar os participantes. No relato da investigação, trataremos os entrevistados por sujeito 1, sujeito 2, sujeito 3 e assim por diante. Durante a pesquisa, apenas os discursos sobre a atividade serão considerados; qualquer nome citado nas verbalizações será imediatamente excluído e não utilizado na investigação.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Tese de Doutorado, em possíveis eventos científicos e em trabalhos acadêmicos da pesquisadora, mas você terá a garantia do sigilo e da confidencialidade dos dados, bem como a certeza de que suas respostas não serão alteradas.

Caso você tenha dúvidas sobre o comportamento dos pesquisadores ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considere prejudicado(a) na sua dignidade e autonomia, você pode entrar em contato com a pesquisadora Neuzer Helena Munhoz Bavaresco, pelo número (54) 999458032, ou com a secretária do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF, pelo telefone (54) 3316-8341. Também pode consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da UPF, pelo telefone (54) 3316-8157, no horário das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira. O Comitê está localizado no *Campus I* da Universidade de Passo Fundo, na BR-285, Bairro São José, Passo Fundo/RS. O Comitê de Ética em Pesquisa exerce papel consultivo e, em especial, educativo, para assegurar a formação continuada dos pesquisadores e promover a discussão dos aspectos éticos das pesquisas em seres humanos na comunidade.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa, como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo. Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será, também, assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e a outra com a pesquisadora.

Passo Fundo, 10 de março de 2021.

Nome do(a) participante: _____

Assinatura: _____

Nome do(a) pesquisador(a): _____

Assinatura: _____

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE A SITUAÇÃO DE TRABALHO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS

Você está sendo convidada a participar da pesquisa **O ethos discursivo da empregada doméstica: linguagem no trabalho invisível**, de responsabilidade da pesquisadora **Neuzer Helena Munhoz Bavaresco**. Essa pesquisa consiste no trabalho de tese de Doutorado em Letras, dentro da linha de pesquisa Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, sob a orientação do Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundamento dos estudos e pesquisas pertinentes à atividade das trabalhadoras domésticas. Desse modo, a pesquisa pretende dar visibilidade ao trabalho das empregadas por meio da observação e análise de suas atividades e dos discursos que circulam nas diferentes comunidades que os constituem e cujos traços indicam uma certa identidade enunciativa.

Na entrevista abordaremos 17 questões relacionadas à atividade real de trabalho, abordando inclusive as adversidades encontradas, suas relações no ambiente de trabalho e condições laborais.

Você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada a pesquisa e poderá ter acesso aos dados dela em qualquer etapa do estudo.

Você não terá qualquer despesa para participar da presente pesquisa e não receberá pagamento pela sua participação no estudo.

Sua identidade será totalmente resguardada e não será citada, em nenhum momento, nos relatos da pesquisa. O material coletado se destinará somente à realização da pesquisa, sendo que ao final dela tais informações serão deletadas. Durante a entrevista, não será solicitado o nome ou qualquer outro dado que possa identificar os participantes. No relato da investigação trataremos os entrevistados por entrevistado 1, entrevistado 2, entrevistado 3 e assim por diante. Durante a pesquisa apenas os discursos sobre a atividade serão considerados, qualquer nome citado nessas verbalizações, será imediatamente excluído e não utilizado na investigação.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Tese de Doutorado, em possíveis eventos científicos e em trabalhos acadêmicos da pesquisadora, mas você terá a garantia do sigilo e da confidencialidade dos dados, bem como a certeza de que suas respostas não serão alteradas.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, responda ao questionário. Desde já, agradecemos a sua colaboração!

No grupo de questões abaixo marque apenas uma alternativa.

<p>1. As tarefas do seu trabalho são rotineiras?</p> <p>a. Extremamente rotineiras</p> <p>b. Muito rotineiras</p> <p>c. Um pouco rotineiras</p> <p>d. Muito pouco rotineiras</p> <p>e. Nem um pouco rotineiras</p>
<p>2. Com que frequência você pode tomar decisões independentes no seu trabalho?</p> <p>Comente.</p> <p>a. Com extrema frequência.</p> <p>b. Com muita frequência.</p> <p>c. Às vezes.</p> <p>d. Raramente.</p> <p>e. Nunca</p>
<p>3. Qual seu grau de instrução escolar?</p> <p>a. Ensino fundamental incompleto.</p>

- | |
|---|
| b. Ensino fundamental completo.
c. Ensino médio incompleto.
d. Ensino médio completo.
e. Ensino superior incompleto.
f. Ensino superior completo. |
|---|

No grupo de questões abaixo, descreva o que se pede.

- | |
|--|
| 1. O que você faz, da hora que chega ao trabalho até a hora de saída? Qual sua rotina de tarefas? |
| 2. Há oportunidade de tomar decisões para resolver questões que surgem de maneira imprevista? |
| 3. Com quem ou onde você aprendeu a realizar as tarefas domésticas? |
| 4. Está satisfeito(a) por ter oportunidades de aplicar seus conhecimentos? |
| 5. Você tem oportunidades de crescimento profissional? Seu chefe imediato incentiva a aquisição de novos saberes ou ainda oportunidades de aperfeiçoamento escolar? |
| 6. Desde quando você trabalha no serviço doméstico? Já trabalhou apenas para assegurar um local para se alimentar e dormir, sem receber salário? |
| 7. Você tem carteira assinada? Conhece os direitos e deveres do trabalhador doméstico? |
| 8. Você tira férias? De quanto tempo? Fica totalmente afastado(a) dos seus afazeres trabalhistas? |
| 9. Você tem filhos? Estava grávida enquanto trabalhava? Como foi essa experiência? |
| 10. Se tem filhos: com quem seu filho fica com quem enquanto você trabalha? Escola, babá? |
| 11. Você pode dizer se possui benefícios em seu trabalho? Quais? |
| 12. Você reside no seu trabalho? Desempenha mais de 40 horas semanais? Como é sua jornada trabalho? |
| 13. Seu trabalho é estressante? Comente. |
| 14. Descreva a relação de trabalho entre você e o seu empregador. |



UPF

UNIVERSIDADE
DE PASSO FUNDO

UPF Campus I - BR 285, São José
Passo Fundo - RS - CEP: 99052-900
(54) 3316 7000 - www.upf.br